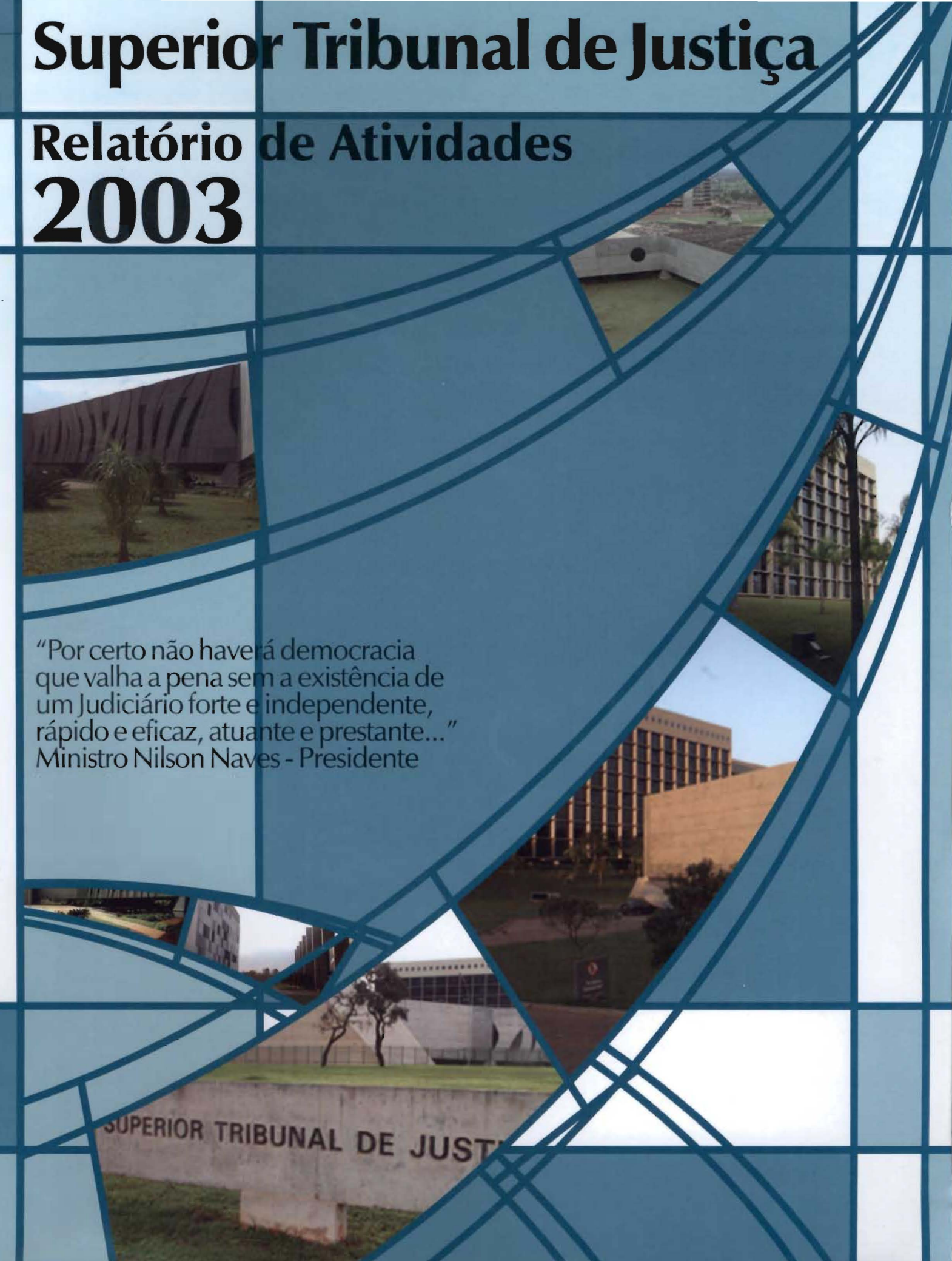


Superior Tribunal de Justiça

Relatório de Atividades 2003

“Por certo não haverá democracia
que valha a pena sem a existência de
um Judiciário forte e independente,
rápido e eficaz, atuante e prestante...”
Ministro Nilson Naves - Presidente

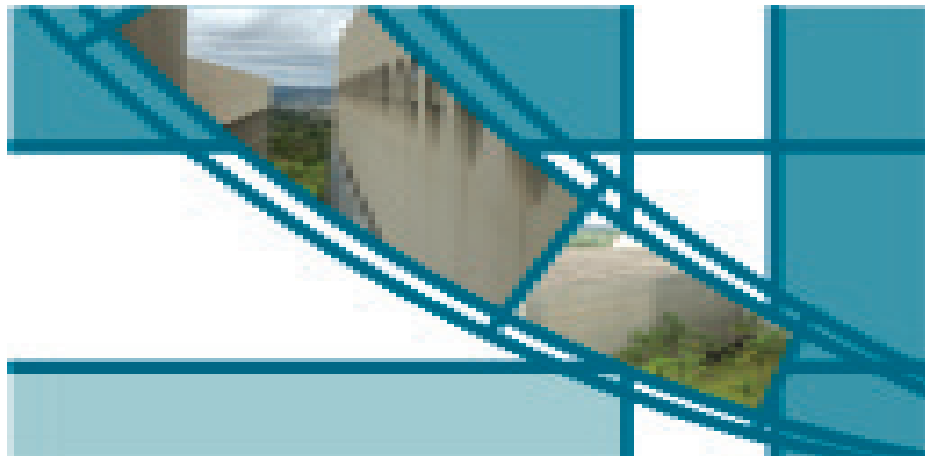


SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Sumário

I - Apresentação.....	5
II - Estrutura Orgânica do Superior Tribunal de Justiça	
Organograma.....	9
Galeria dos Ministros	11
Composição.....	19
III - Atividades Judicantes	25
IV - Atividades Sociopolíticas.....	29
V - Atividades Extrajudicantes.....	41
VI - Atividades Administrativas.....	47
VII - Conclusão	69
Anexo I - Estatística Processual	71
Anexo II - Agenda da Presidência	91

I - Apresentação



I - Apresentação

Em conformidade com o que determina o art. 21, XXX, do Regimento Interno, torno público relatório das atividades desenvolvidas, em 2003, pelo Superior Tribunal de Justiça.

Quero, antes de tudo, orientar nossa memória até o dia 3 de abril de 2002, quando, ao tomar posse, defendi a independência do Poder Judiciário sem olvidar os postulados da democracia; ao contrário, honrando a verdade constitucional, propus-me a lutar pelo aprimoramento da instituição e, conseqüentemente, por uma Justiça mais próxima dos jurisdicionados mediante duas tarefas precípuas, para cuja execução convoquei a adesão dos caros Colegas: a primeira, a de contribuir para engrandecer ainda mais a magistratura; a segunda, a de aperfeiçoar o Superior, dando-lhe perfeito corpo e a correspondente alma. Essa, a missão que estabeleci desde logo, o compromisso que renovei na abertura do ano judiciário de 2003, a visão em que acreditei e para cuja concretização ousei mudanças, consistentes na modernização contínua da função judicante.

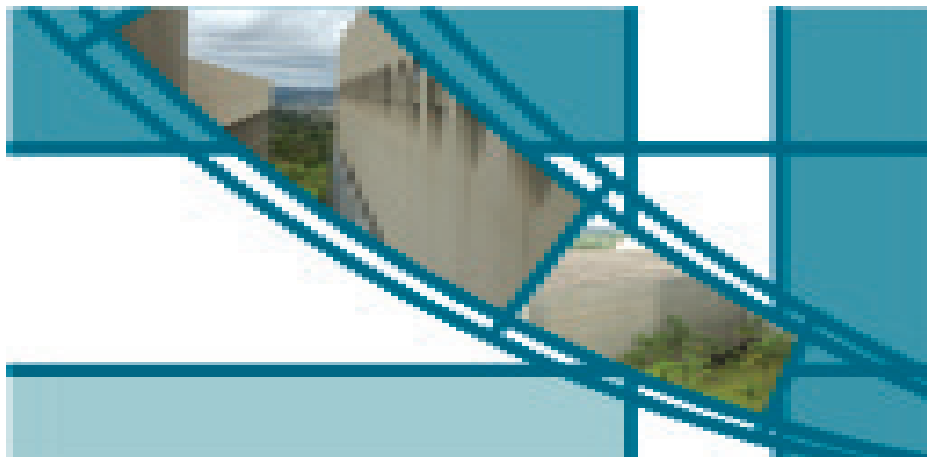
Com o propósito de atingir esse desiderato, todas as unidades do Tribunal trabalharam, harmonicamente, uma pauta comprometida com a missão institucional, na qual figuraram como itens celeridade, acessibilidade, transparência institucional, relacionamentos, administração democrática, cidadania, parcerias e conquistas legislativas. Essas esferas de ações em 2003 serviram-nos de parâmetros na busca da excelência. Percorremos mais um ano de avanços e conquistas, também de adaptações e correções de rumos. Foi assim que demos continuidade à luta por um Judiciário soberano, agente de uma justiça célere, acessível e efetiva, nos moldes sonhados pelo povo brasileiro.

Se muito foi possível alcançar no ano de 2003, muito ainda precisa ser feito. Perseverar nessa luta – afinal é a perseverança que dá sentido a nossas ações e poder de realização a nossos sonhos – é o desafio que se apresenta ao Superior Tribunal de Justiça.

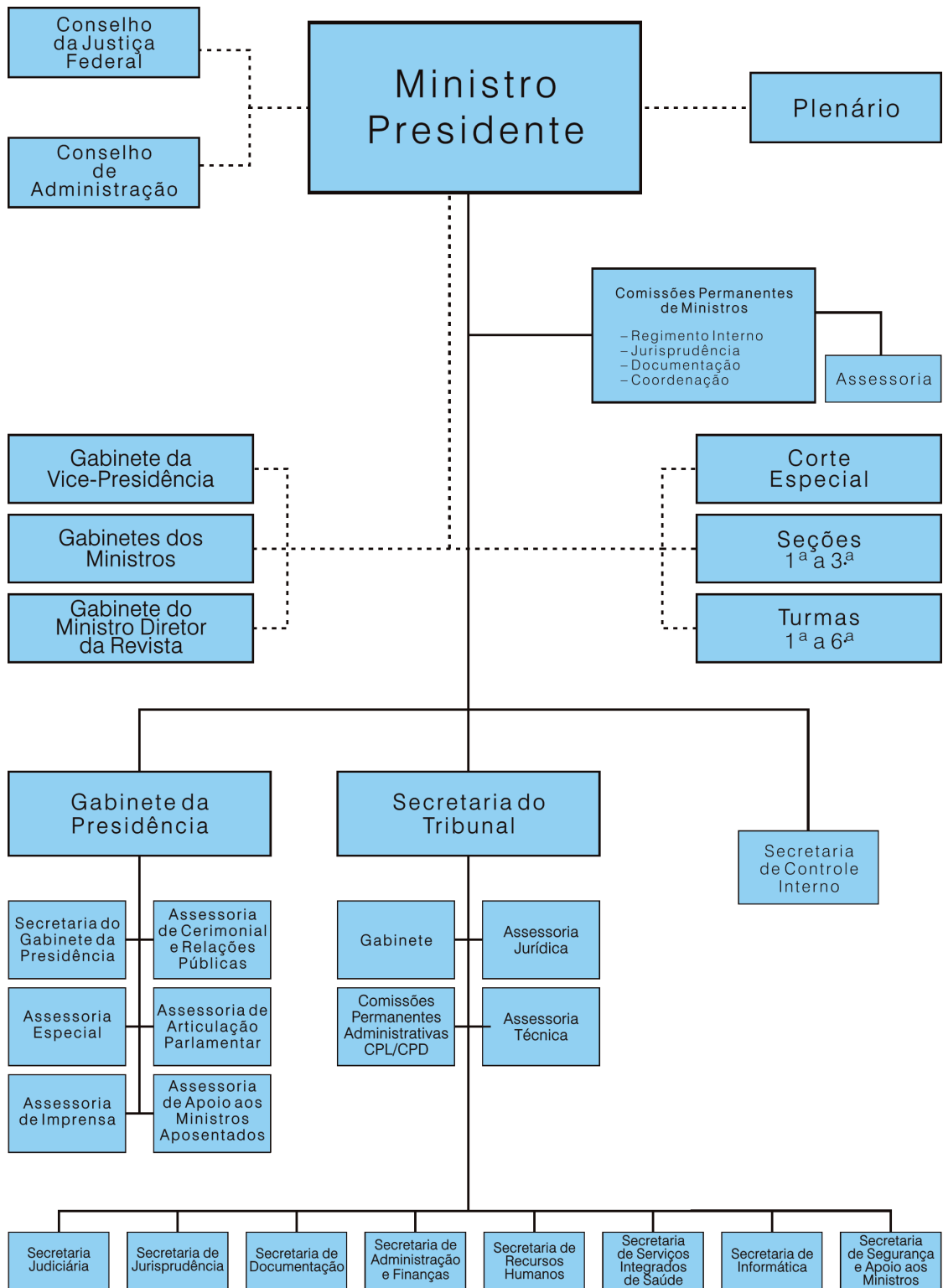
Ministro Nilson Naves

Presidente do Superior Tribunal de Justiça

II - Estrutura Orgânica do STJ



Organograma



Fonte: Assessoria Técnica

Galeria dos Ministros

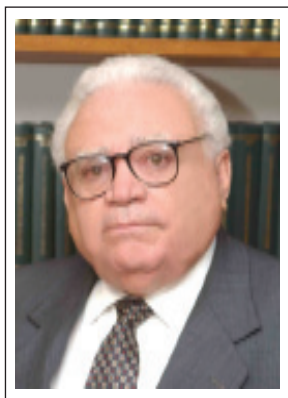
Ministro
NILSON Vital NAVES
Presidente



Ministro
ANTÔNIO DE PÁDUA RIBEIRO



Ministro
EDSON Carvalho VIDIGAL
Vice-Presidente



Ministro
Luiz Carlos **FONTES DE ALENCAR**
Aposentado em 5/12/2003



Ministro
SÁLVIO DE FIGUEIREDO TEIXEIRA
Diretor da Revista





Ministro
Raphael de **BARROS MONTEIRO** Filho



Ministro
FRANCISCO PEÇANHA MARTINS



Ministro
HUMBERTO GOMES DE BARROS



Ministro
Francisco **CESAR ASFOR ROCHA**



Ministro
RUY ROSADO DE AGUIAR Júnior
Aposentado em 12/8/2003

Ministro
VICENTE LEAL de Araújo



Ministro
ARI PARGENDLER



Ministro
JOSÉ Augusto DELGADO



Ministro
JOSÉ ARNALDO DA FONSECA

Ministro
FERNANDO GONÇALVES





Ministro
CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO



Ministro
FELIX FISCHER



Ministro
ALDIR Guimarães **PASSARINHO JUNIOR**

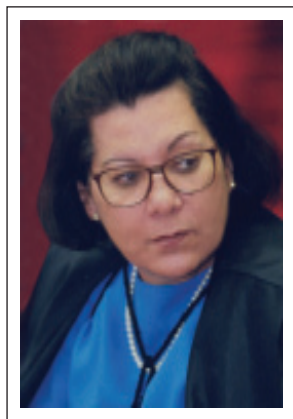


Ministro
GILSON Langaro **DIPP**



Ministro
HAMILTON CARVALHIDO

Ministro
JORGE Tadeo Flaquer **SCARTEZZINI**



Ministra
ELIANA CALMON Alves



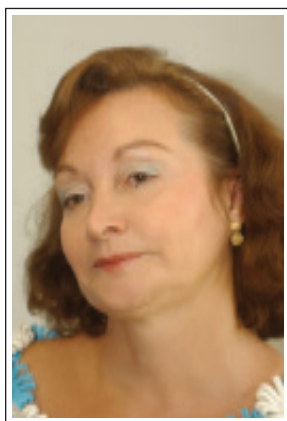
Ministro
PAULO Benjamin Frago **GALLOTTI**



Ministro
FRANCISCO Cândido de Melo **FALCÃO** Neto

Ministro
Domingos **FRANCIULLI NETTO**

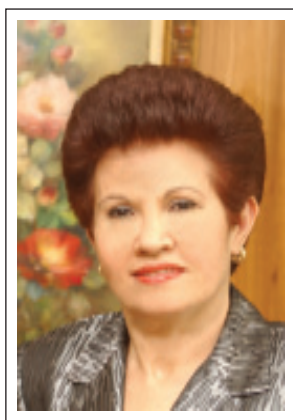




Ministra
Fátima **NANCY ANDRIGHI**



Ministro
Sebastião de Oliveira **CASTRO FILHO**



Ministra
LAURITA Hilário **VAZ**



Ministro
PAULO Geraldo de Oliveira **MEDINA**



Ministro
LUIZ FUX

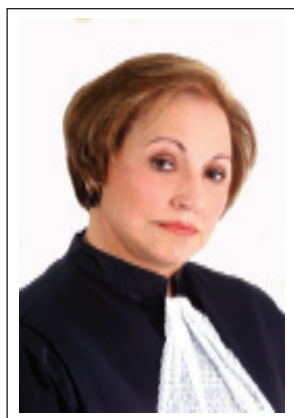
Ministro
JOÃO OTÁVIO DE NORONHA



Ministro
TEORI ALBINO ZAVASCKI
Empossado em 8/5/2003



Ministro
José de **CASTRO MEIRA**
Empossado em 4/6/2003



Ministra
DENISE Martins **ARRUDA**
Empossada em 18/11/2003

Composição

Composição do Superior Tribunal de Justiça ao encerrar o ano de 2003.

PLENÁRIO	
Nilson Naves (Presidente)	Hamilton Carvalhido
Antônio de Pádua Ribeiro	Jorge Scartezzini
Edson Vidigal (Vice-Presidente)	Eliana Calmon
Sálvio de Figueiredo (Diretor da Revista)	Paulo Gallotti
Barros Monteiro	Francisco Falcão
Francisco Peçanha Martins	Franciulli Netto
Humberto Gomes de Barros	Nancy Andrighi
Cesar Asfor Rocha	Castro Filho
Vicente Leal	Laurita Vaz
Ari Pargendler (Coordenador-Geral da Justiça Federal)	Paulo Medina
José Delgado	Luiz Fux
José Arnaldo	João Otávio de Noronha
Fernando Gonçalves	Teori Albino Zavascki
Carlos Alberto Menezes Direito	Castro Meira
Felix Fischer	Denise Arruda
Aldir Passarinho Junior	
Gilson Dipp	

Art. 2º, § 1º, RISTJ

CORTE ESPECIAL	
Nilson Naves (Presidente)	Felix Fischer
Antônio de Pádua Ribeiro	Gilson Dipp
Edson Vidigal (Vice-Presidente)	Hamilton Carvalhido
Sálvio de Figueiredo* (Diretor da Revista)	Jorge Scartezzini
Barros Monteiro	Eliana Calmon
Francisco Peçanha Martins	Francisco Falcão
Humberto Gomes de Barros	Franciulli Netto
Cesar Asfor Rocha	Luiz Fux
Vicente Leal**	(*) <i>Substituído por Carlos Alberto Menezes Direito</i>
Ari Pargendler (Coordenador-Geral da Justiça Federal)	(**) <i>Substituído por Paulo Gallotti</i>
José Delgado	
José Arnaldo	
Fernando Gonçalves	

Art. 2º, § 2º, RISTJ

PRIMEIRA SEÇÃO

Eliana Calmon (Presidente)
Francisco Peçanha Martins
José Delgado
Francisco Falcão
Franciulli Netto
Luiz Fux

João Otávio de Noronha
Teori Albino Zavascki
Castro Meira
Denise Martins Arruda

Art. 2º, §§ 3º a 6º, RISTJ

PRIMEIRA TURMA

Luiz Fux (Presidente)
José Delgado
Francisco Falcão
Teori Albino Zavascki
Denise Arruda

SEGUNDA TURMA

Franciulli Netto (Presidente)
Francisco Peçanha Martins
Eliana Calmon
João Otávio de Noronha
Castro Meira

SEGUNDA SEÇÃO

Carlos Alberto Menezes Direito (Presidente)
Antônio de Pádua Ribeiro
Sálvio de Figueiredo
Barros Monteiro
Humberto Gomes de Barros
Cesar Asfor Rocha

Fernando Gonçalves
Aldir Passarinho Junior
Nancy Andrichi
Castro Filho

Art. 2º, §§ 3º a 6º, RISTJ

TERCEIRA TURMA

Antônio de Pádua Ribeiro (Presidente)
Humberto Gomes de Barros
Carlos Alberto Menezes Direito
Nancy Andrichi
Castro Filho

QUARTA TURMA

Aldir Passarinho Junior (Presidente)
Sálvio de Figueiredo
Barros Monteiro
Cesar Asfor Rocha
Fernando Gonçalves

TERCEIRA SEÇÃO

Felix Fischer (Presidente)
Vicente Leal
José Arnaldo
Gilson Dipp
Hamilton Carvalhido

Jorge Scartezzini
Paulo Gallotti
Laurita Vaz
Paulo Medina

Art. 2º, §§ 3º a 6º, RISTJ

QUINTA TURMA

Gilson Dipp (Presidente)
 José Arnaldo
 Felix Fischer
 Jorge Scartezzini
 Laurita Vaz

SEXTA TURMA

Hamilton Carvalhido (Presidente)
 Vicente Leal
 Paulo Gallotti
 Paulo Medina

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Nilson Naves (Presidente) Antônio de Pádua Ribeiro Edson Vidigal (Vice-Presidente) Sálvio de Figueiredo (Diretor da Revista) Barros Monteiro Francisco Peçanha Martins Humberto Gomes de Barros Vicente Leal Ari Pargendler	José Delgado (Coordenador-Geral da Justiça Federal) José Arnaldo Felix Fischer Hamilton Carvalhido Eliana Calmon Francisco Falcão
---	---

Art. 5º, RISTJ

CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

Nilson Naves (Presidente)
 Edson Vidigal (Vice-Presidente)
 Ari Pargendler
 (Coordenador-Geral da Justiça Federal)
 Vicente Leal
 José Delgado
 Catão Alves -TRF 1ª
 Valmir Martins Peçanha -TRF 2ª
 Annamaria Pimentel - TRF 3ª
 Vladimir Passos de Freitas -TRF 4ª
 Margarida de O.Cantarelli -TRF 5ª

SUPLENTES

José Arnaldo
 Fernando Gonçalves
 Felix Fischer
 Carlos Mathias -TRF 1ª
 Frederico Gueiros - TRF 2ª
 Diva Malerbi - TRF 3ª
 Marga Inge Barth Tessler - TRF 4ª
 Napoleão Nunes Maia Filho - TRF 5ª

Art. 7º, RISTJ

**COMISSÃO DE
REGIMENTO INTERNO**

Cesar Asfor Rocha (Presidente)
 Vicente Leal
 José Delgado
 Aldir Passarinho Junior (Suplente)

Arts. 40, § 2º, e 41, § 1º, RISTJ

**COMISSÃO DE
JURISPRUDÊNCIA**

Antônio de Pádua Ribeiro (Presidente)
 Sálvio de Figueiredo (Diretor da Revista)
 José Arnaldo
 Eliana Calmon
 Francisco Falcão

Arts. 40, § 2º, e 41, §§ 1º e 2º, RISTJ

**COMISSÃO DE
DOCUMENTAÇÃO**

Barros Monteiro (Presidente)
Fernando Gonçalves
Franciulli Netto
Carlos Alberto Menezes Direito
(Suplente)

Arts. 40, § 2º, e 41, § 1º, RISTJ

**COMISSÃO DE
COORDENAÇÃO**

Humberto Gomes de Barros
(Presidente)
Ari Pargendler
(Coordenador-Geral da Justiça Federal)
Felix Fischer
Gilson Dipp (Suplente)

Arts. 40, § 2º, e 41, §§ 1º e 2º, RISTJ

III - Atividades Judicantes



III - Atividades Judicantes

Diante dos dados referentes às atividades judicantes, é indiscutível que a celeridade foi a marca indelével do ano de 2003. Para não permitir que atitudes procrastinatórias continuassem retardando a distribuição de justiça, o Tribunal, cite-se entre outros exemplos, conseguiu que a Caixa Econômica Federal desistisse das ações relativas ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço acerca das quais já havia jurisprudência firmada. Isso permitiu um crescimento de 481% nos processos registrados, de competência do Presidente, traduzido num total de 11.880 feitos que tiveram solução e maior número de jurisdicionados atendidos.

Se a demanda por justiça continuou a crescer, também a resposta a essa demanda teve significativo acréscimo, evidenciando o compromisso dos Ministros com a sociedade a que servem. Veja-se que, em 2003, houve um aumento da média de processos distribuídos e julgados por relator, tendo-se chegado a 7.967 e 7.689 respectivamente. No total, chegou-se a 238.909 feitos autuados, 226.440 distribuídos e 216.999 julgados. Na Presidência, apreciaram-se 246 pedidos de suspensão de decisão, proferiram-se 12.135 decisões e despachos diversos, além de 2.828 decisões em recursos extraordinários e 2.617 despachos diversos proferidos pela Vice-Presidência.

Os resultados alcançados, enfim, demonstram as conseqüências positivas das ações implementadas para atingir o objetivo de aprimorar as áreas que lidam com a atividade-fim; comprovam-no o gráfico seguinte e o anexo I.

Quadro Comparativo

Processos	2002	2003	Variação
Processos recebidos	206.995	213.968	↑↓3%
Processos autuados (1)	159.819	238.909	↑49%
Processos registrados - competência do Presidente	2.044	11.880	↑481%
Processos distribuídos	155.959	226.440	↑45%
Sessões realizadas	429	421	↓2%
Processos julgados em sessão	49.614	55.058	↑11%
Processos decididos monocraticamente	122.366	161.941	↑32%
Total de processos julgados (2)	171.980	216.999	↑26%
Acórdãos publicados	56.497	56.624	↑0,2%
Suspensões de decisão (SS e Pet) proferidas pelo Presidente	261	246	↓6%
Decisões e despachos diversos proferidos pelo Presidente	2.153	10.032	↑366%
Despachos do Presidente junto à Secretaria Judiciária	1.211	2.103	↑74%
Decisões proferidas em recursos extraordinários	2.972	2.828	↓5%
Despachos diversos proferidos pelo Vice-Presidente	2.495	2.617	↑5%
Processos com vista ao MPF em 31/12/2002 e 31/12/2003	6.097	5.263	↓14%
Média de processos distribuídos por relator	5.622	7.967	↑42%
Média de processos julgados por relator	6.200	7.689	↑24%

Fontes: Subsecretaria de Autuação, Classificação e Distribuição de Feitos; Subsecretaria de Protocolo Judicial, Informações Processuais e Baixa; Coordenadorias: Corte Especial, Seções e Turmas; Gabinetes de Ministros.

(1) Estão computados: 1º Período: 10.138 originários e 149.681 recursos.
2º Período: 10.540 originários e 228.369 recursos.

(2) Estão incluídos os agravos regimentais e os embargos de declaração.

IV - Atividades Sociopolíticas



IV - Atividades Sociopolíticas

Audiências

A par da atividade judicante, a Presidência buscou fortalecer as relações com os demais segmentos do Judiciário e com os outros Poderes da República, com autoridades civis e militares e membros do corpo diplomático. Para tanto, contou com a Assessoria de Cerimonial e Relações Públicas e recebeu, em audiência, membros do Executivo, do Legislativo e do Judiciário, dos níveis federal, estadual e municipal, titulares de embaixadas (Alemanha, Angola, Cabo Verde, França, Guiné-Bissau, Moçambique), autoridades estrangeiras representantes de Estados e organizações internacionais (China, Costa Rica, Estados Unidos, França, Guatemala, Itália) e, de igual modo, jornalistas, advogados,

representantes de sindicatos e de associações diversas.

Além disso, na defesa dos temas de interesse do Poder Judiciário em geral, do Superior Tribunal em particular e, por consequência, do jurisdicionado, o Presidente foi recebido pelas principais autoridades dos Poderes Executivo e Legislativo, entre outras, os Presidentes da República, do Senado e da Câmara Federal e ministros da área econômica; nessas ocasiões, contou com o apoio da Assessoria de Articulação Parlamentar.



Visita de representantes do Judiciário francês ao STJ.



O Presidente expõe, no Senado, propostas do STJ relativas à reforma do Judiciário.

Conquistas Legislativas

Novas varas federais: Lei nº 10.772, de 24 de novembro de 2003



Solenidade de sanção do projeto de lei que criou 183 varas no âmbito da Justiça Federal.

Ampliar o acesso dos cidadãos à Justiça foi propósito constante. Com essa preocupação, o Pleno do Superior Tribunal de Justiça aprovou, em 2001, anteprojeto de lei, para criar 183 novas varas da Justiça Federal. Em diversas audiências com os Presidentes das duas Casas Legislativas federais, o Presidente desta Corte empenhou esforços para que fosse dada atenção especial à aprovação do projeto. O esforço foi recompensado com a sanção da Lei nº 10.772/03, grande conquista do Tribunal e do jurisdicionado por dois

principais motivos: primeiro, essas varas virão beneficiar sobretudo a Justiça Federal, permitindo um melhor aparelhamento dos juizados especiais; segundo, promoverão a interiorização da Justiça Federal, pois muitas delas estão destinadas a municípios que não possuem órgãos judiciais especializados na solução de processos no âmbito federal.

Novos cargos e funções no STJ: Lei nº 10.791, de 2 de dezembro de 2003

Concebido para atender a uma necessidade premente de adequar o quadro de servidores do Superior à contínua demanda por prestação de justiça – de 1989 a 2003, houve um aumento de 5.352% –, foi aprovado o projeto que criou cargos no Tribunal, por cuja rápida sanção o Tribunal apresentou agradecimentos ao Presidente da República e ao Congresso Nacional, que haviam ficado sensibilizados com a reivindicação da Corte. Durante a tramitação, foi bastante enfatizada a importância da ampliação do número de cargos para a celeridade, pela qual se dará a esperada efetividade aos processos judiciais.



Audiência com o Presidente da Câmara, Deputado João Paulo Cunha.

Cidadania

Relatório sobre Lavagem de Dinheiro

Diretrizes para a efetiva repressão a crimes de lavagem de dinheiro

A Presidência do Tribunal participou da reunião em que foi apresentado o relatório preparado por comissão – instituída pelo Presidente do Superior

Tribunal e do Conselho da Justiça Federal e presidida pelo Ministro Gilson Dipp – cujo objetivo foi analisar aspectos relativos à questão da lavagem de dinheiro e apresentar propostas destinadas a afastar a impunidade quando ocorrem crimes dessa natureza.

É importante ressaltar que as conclusões então apresentadas deram ensejo à instalação de varas federais especializadas com competência exclusiva ou concorrente para processar e julgar os crimes mencionados. Deve ser ressaltado também que o relatório serviu de base para a elaboração de três projetos de lei apresentados no Senado para tornar mais rápido e efetivo o combate às práticas delituosas relacionadas à lavagem de dinheiro.

Programa de Escolarização Supletiva

Facilitando também o acesso à educação

Cidadania plena só se atinge por meio da educação. Empenhado em promover a cidadania, o Tribunal não poderia ignorar as lacunas ainda existentes na escolarização de seus servidores e dos que aqui prestam serviços terceirizados. Assim, para dar oportunidade aos que não tinham concluído a escolaridade no período regular, foram oferecidas duas turmas de ensino médio para sessenta pessoas e duas turmas de ensino fundamental para 59.

Em parceria com o Sesi, foram abertas duas turmas de alfabetização do projeto *Ação Educar*, das quais participaram cinquenta servidores terceirizados. Essa parceria representa a união de esforços para melhor atender às necessidades detectadas; por meio dela, promoveu-se a inclusão social dos trabalhadores, permitindo-lhes não só serem pessoas com mais capacidade, mas também abrindo-lhes as portas de um futuro melhor.



Servidor recebe do Diretor-Geral material do curso de alfabetização.

Mostra Lúdica dos Projetos Educativos do Superior Tribunal de Justiça

Educação e arte

O permanente diálogo com a sociedade tem sido o instrumento político usado pelo Tribunal no fortalecimento da cidadania. Com tal visão, foram implementados, durante o ano, os projetos *Museu-Escola* e *O Despertar Vocacional Jurídico*, destinados a desvendar esta Corte em especial e o Judiciário em geral aos alunos das escolas públicas e privadas.

Instados a manifestar de modo artístico o resultado de sua aprendizagem, os participantes dos projetos expressaram-se por meio de textos e desenhos; o resultado ficou exposto no Espaço Cultural, de 28 de novembro a 16 de dezembro. Cerca de quinhentos trabalhos compuseram a *Mostra Lúdica*, e deles foram escolhidos quatorze, que passaram a ilustrar postais e marcadores de livros no Tribunal, além de terem os dois primeiros de cada projeto recebido um prêmio

em dinheiro, oferecido pelo Banco do Brasil – mais uma vez, as parcerias resultaram em benefícios, no caso, em incentivos à criatividade dos jovens estudantes.

Parcerias e Relacionamentos

Projeto Navegar é Preciso

Um divisor de águas nas relações entre os Judiciários do Brasil e dos países e territórios de expressão portuguesa



Bandeiras dos povos integrantes da CPTLP.

A participação do Presidente do Superior Tribunal de Justiça, em 2002, na *IV Conferência dos Presidentes dos Supremos Tribunais de Justiça da Comunidade dos Países e Territórios de Língua Portuguesa* – CPTLP ensejou a aproximação desta Corte aos Poderes Judiciários dos países lusófonos. Dando continuidade a esse processo, nasceu, com o incentivo do Ministro Nilson Naves e o apoio institucional e financeiro do Ministério das Relações Exteriores, o projeto *Navegar é Preciso*, uma iniciativa que une, de maneira profícua, os países de expressão portuguesa, proporcionando o aprimoramento dos procedimentos judiciais e o fortalecimento da Justiça.

Para cumprir um dos objetivos propostos, equipe formada pelo Secretário-Geral e por assessores da Presidência realizaram, de 19 a 25 de abril, viagem a Moçambique, totalmente custeada por aquele Ministério, cujo titular elogiou a iniciativa inédita do Tribunal de se aproximar dos países africanos, lembrando que tal relação vem ao encontro da política externa do Poder Executivo.

Sendo bastante recente a independência de Moçambique, muito está por fazer no que tange ao fortalecimento dos Poderes daquele Estado; nesse sentido, as exposições sobre o funcionamento do Judiciário brasileiro contribuíram para o debate interno sobre o futuro da Justiça moçambicana.

No bojo do mesmo projeto, a fim de minimizar a falta de informações sobre os Judiciários dos integrantes da CPTLP, foi inserido, na página eletrônica deste Tribunal, o ícone *Países de Expressão Portuguesa*, com informações – fornecidas pelo próprio país – sobre legislação, eventos, artigos, estruturas administrativas e atividades dos Poderes Judiciários de Angola, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe, Moçambique, Timor Leste, Cabo Verde, Portugal, Brasil e Macau (China).

Lançamento da coleção *História do Direito Brasileiro*

Preservação da memória do Direito brasileiro

Estabelecer parcerias para agir em prol da sociedade foi um procedimento constante. Em especial, aquela que uniu o Senado e esta Corte resultou no acordo para a edição de 21 obras do Direito Penal e do Civil pátrios atualmente esgotadas ou inacessíveis ao público, as quais foram fac-similadas para constituir a coleção *História do Direito Brasileiro*.



O STJ e o Senado lançam a coleção História do Direito Brasileiro.

Em 10 de junho, no Salão Nobre do Tribunal, com a presença do Presidente do Senado, ocorreu o lançamento da coleção, cujas obras ganharam novos prefácios, de autoria dos Ministros desta Corte. Destinatários privilegiados dessa edição, os pesquisadores e estudiosos das matérias jurídicas têm, agora com acesso fácil, fontes enriquecedoras do desenvolvimento dessa ciência no país.

Viagem a Portugal e à Espanha

Acordos de cooperação em busca do aprimoramento do Judiciário

Ainda voltado para a promoção de relações entre os Poderes Judiciários das nações a fim de, mediante o intercâmbio de idéias e experiências de êxito, propiciar o aperfeiçoamento das atividades da magistratura, a Presidência, no período de 27 de setembro a 4 de outubro, esteve em visita aos Tribunais Supremos de Portugal e da Espanha, atendendo a convite dos respectivos presidentes, oportunidade em que foram assinados acordos de cooperação com aqueles Tribunais europeus. O objetivo da parceria é a implementação de ações conjuntas que promovam o aprimoramento de servidores. Os protocolos de cooperação prevêm o patrocínio conjunto de conferências, seminários e encontros acadêmicos ou outros eventos sobre justiça, democracia e temas afins.

A redução das distâncias entre os países tem de ser incentivada para que as ações de combate à criminalidade não fiquem confinadas às fronteiras, visto que os criminosos não o estão. Assim, os acordos prevêm ainda a troca de informações constantes de bancos de dados, estudos, estatísticas e material bibliográfico, bem como de outras informações de interesse mútuo.

V Conferência dos Presidentes dos Supremos Tribunais de Justiça da Comunidade dos Países e Territórios de Língua Portuguesa

O Superior no cenário jurídico internacional

Tendo iniciado o contato com os países e territórios de língua portuguesa, a participação do Presidente desta Corte na *V Conferência dos Presidentes dos Supremos Tribunais de Justiça da Comunidade dos Países e Territórios de Língua Portuguesa*, realizada em Macau, de 27 a 29 de outubro, representou o fortalecimento das relações entre os Poderes Judiciários dessas nações.

Na Conferência, foi decidida a criação do Fórum dos Presidentes dos



Macau, Brasil, Guiné-Bissau e Portugal na V Conferência.

Tribunais de Justiça dos Países e Territórios de Língua Portuguesa, cujo objetivo é o permanente intercâmbio de informações entre os integrantes. Ficou ainda acertado que o Brasil sediará o próximo encontro, o que evidencia a importância que o país vem tendo no debate com os parceiros de língua portuguesa.

Na mesma oportunidade, o Presidente foi a Xangai e a Pequim, de onde retornou no dia 4 de novembro e onde teve a oportunidade de conhecer o sistema judiciário chinês.

Doação de equipamentos de informática a Cabo Verde, Moçambique, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe e Angola

Indo além da retórica da solidariedade

O objetivo de manter relacionamentos que pudessem aproveitar aos cidadãos também se concretizou além de nossas fronteiras. A imagem de uma Corte moderna e atuante deu ensejo a que os Poderes Judiciários de São Tomé e Príncipe, Cabo Verde, Guiné-Bissau e Moçambique solicitassem apoio no processo de informatização de suas atividades.

Atendendo ao apelo, o Superior doou vinte computadores e cinco impressoras a cada país, inclusive a Angola, para serem usados na informatização dos respectivos Judiciários e, conseqüentemente, para melhorarem a distribuição da justiça àquela população.

A doação foi intermediada pela equipe técnica que promoveu o trabalho de intercâmbio entre os Poderes Judiciários do Brasil e dos países de língua portuguesa. Em 15 de julho, formalizou-se a doação do equipamento a Angola em solenidade à qual compareceu, entre outras autoridades, o Embaixador angolano. No dia 18 de dezembro, também com a presença dos respectivos embaixadores, fez-se a entrega do maquinário aos representantes de Cabo Verde e Moçambique. No caso de São Tomé e Príncipe, a entrega foi feita pelo Presidente da República quando em visita a essa nação. Oportunamente

será feita a entrega do maquinário a Guiné-Bissau.



Solenidade de doação de equipamentos de informática ao Judiciário de Cabo Verde e ao de Moçambique.

Eventos Internos

Ciente da importância de seu papel no debate jurídico e político nacional e da necessidade do fortalecimento de vínculos com vários setores da sociedade e do mundo jurídico, a Presidência apoiou a realização de seminários e congressos, neles tomando parte por meio de palestras sobre temas de grande importância para a conjuntura sociopolítica que vive o Brasil.

Seminário sobre a Reforma do Judiciário

A obstinada luta por um Judiciário soberano

Nos dias 24 e 25 de fevereiro, foi promovido seminário para discutir a reforma do Judiciário com o objetivo de subsidiar a elaboração de um relatório a ser encaminhado aos órgãos compe-



Presidente discursa na abertura do Seminário sobre a Reforma do Poder Judiciário.

tentes no qual se destacaram os pontos de consenso e de divergência na ótica dos Tribunais Superiores e das instituições de classe da área jurídica. O evento permitiu a renovação do debate sobre o tema, bastante necessária quando se considera o tempo em que a matéria está posta à discussão.

As Novas Tendências do Direito Penal

O viés da tensão entre o discurso penal e o criminológico

O Superior Tribunal atuou sempre sintonizado com as necessidades que a dinâmica social lhe impõe. Nesse sentido, foi realizado, em suas dependências, o seminário acerca das novas tendências do Direito Penal nos dias 8 e 9 de maio, quando ilustres representantes do Poder Judiciário e da sociedade civil organizada discutiram acerca da matéria, sobretudo para encontrar caminhos de conciliação entre o discurso penal e o criminológico.



O Direito Penal em contraponto.

Propostas para um Novo Brasil

Avivando rumos e delimitando competências

Sempre em busca de contribuir para o aperfeiçoamento da sociedade, o Tribunal sediou o seminário *Propostas para um novo Brasil*, ocorrido nos dias 29 e 30 de maio, cujo objetivo foi apresentar idéias para a elaboração de políticas públicas nas áreas de previdência pública, reforma tributária, acesso à Justiça, questões processuais e outros assuntos relevantes para o Judiciário.

Seminário Nacional sobre Tráfico e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes

Mobilização para garantir os direitos reconhecidos à infância e à adolescência



A participação do STJ no debate sobre o tráfico e a exploração sexual de menores.

O Tribunal não se furtou a estabelecer parcerias sempre que as considerou necessárias para o alcance de seu objetivo de promover a cidadania. Assim, em trabalho conjunto com o Ministério da Justiça e o do Turismo e com a Organização Internacional do Trabalho, promoveu, nos dias 17 e 18 de setembro, seminário para discutir o grave problema social do tráfico e exploração sexual de crianças e adolescentes. Motivou-o a certeza de que um país que possui uma legislação moderna sobre os direitos dos menores de dezoito anos não

pode aceitar que práticas dessa natureza destruam os sonhos dos futuros cidadãos.

Congresso Nacional dos Juizados Especiais Federais

Democratização do acesso ao sistema judiciário

O Congresso Nacional dos Juizados Especiais Federais buscou discutir não só questões relevantes para a democratização do acesso à Justiça, mas também para a efetividade da prestação jurisdicional. Realizado de 22 a 24 de outubro, nele foram apresentadas experiências bem-sucedidas desses juizados, sua estrutura e competência e foi discutido seu papel na busca de uma justiça de excelência a serviço do jurisdicionado.

Eventos Externos

Juizados Especiais – Processo Eletrônico e Juizado Itinerante

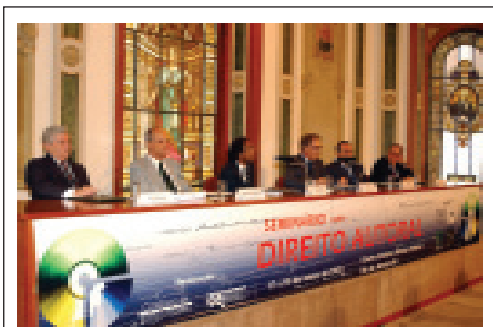
Descomplicando e desburocratizando a Justiça

Seminário realizado no Tribunal Regional Federal da 3ª Região, em São Paulo, nos dias 10 e 11 de março, com o objetivo de expor o funcionamento do Fórum Social Federal, no qual a tramitação processual se faz por meio eletrônico, a fim de que fosse discutido seu uso como modelo para implantação em todos os juizados especiais federais.

Com o avanço tecnológico fornecendo, a cada dia, novos meios de trabalho, foram discutidos, também, temas como a política de segurança das informações nos organismos públicos e a certificação digital. O Superior Tribunal pôde contribuir para o debate com a apresentação de suas inúmeras iniciativas pioneiras no emprego da tecnologia eletrônica.

Direito Autoral

Uma saída ética para a proteção dos direitos do autor



O Judiciário na defesa dos direitos dos autores.

Sediado no Rio de Janeiro, realizou-se, nos dias 17 e 18 de março, um seminário para discutir o direito dos autores, tema relevante para as produções artísticas, culturais e informativas da Justiça Federal. Na ocasião, a par de trazer à baila a nova lei brasileira de direitos autorais, discutiu-se também o direito autoral em face das legislações internacionais, bem como os novos desafios ao tema como a questão da internet e o direito dos autores de obras audiovisuais.

Acesso à Justiça

Direito do cidadão e compromisso do Superior Tribunal de Justiça

Tema que tem merecido a atenção de todos os órgãos relacionados com a distribuição da justiça e, no Superior Tribunal, tem sido um norte que não se

perde de vista, o acesso à Justiça foi o assunto do seminário que ocorreu em Belo Horizonte, nos dias 24 e 25 de abril, quando foram abordadas, entre outras, questões relativas à defensoria pública, assistência judiciária, processo civil, comunicação social e juizados especiais.

Na ocasião, o debate incluiu discussões sobre o acesso à Justiça do ponto de vista da retirada dos obstáculos postos à possibilidade de o cidadão fazer-se ouvir nos tribunais e do direito à informação sobre procedimentos e entendimento adotado, o que significa a transparência necessária na atuação do Judiciário.

II Jornada de Direito Civil

Buscando melhor entendimento da codificação vigente

A preocupação de discutir os avanços da nova legislação civil e de consolidá-la levou ao planejamento da *II Jornada de Direito Civil*, realizada em três capitais – Recife, Brasília e Porto Alegre –, em etapas distintas, sendo que, em Brasília, ocorreu nos dias 20 e 21 de novembro. Além de contar com a participação de conceituados juristas brasileiros, esteve presente também eminente jurista português, que proferiu a conferência de abertura do evento.

V Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente

União de forças na busca de soluções

No dia 1º de dezembro, o Presidente do Tribunal participou da solenidade de encerramento da *V Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente*, organizada pelo Conselho Nacional da Criança e do Adolescente, cujo objetivo foi debater as políticas públicas voltadas para os brasileiros dessa faixa etária. O encontro reuniu mais de mil crianças, adolescentes, educadores, autoridades civis e religiosas, ministros de Estado, além de ter contado com a participação do Presidente da República.

Na ocasião, reafirmou-se a crença de que somente a união de forças políticas e os investimentos maciços em saúde e educação permitirão ao país oferecer condições mais dignas de vida às suas crianças e adolescentes. Ressaltou-se, ainda, que não é reduzindo a idade para a imputação da responsabilidade penal que se resolverá o aflitivo problema da violência praticada por crianças e adolescentes.

Reuniões preparatórias da VIII Cúpula Ibero-Americana de Presidentes de Cortes Supremas e Supremos Tribunais de Justiça e do IV Encontro de Conselhos da Magistratura

Integração para o fortalecimento da Justiça

Com o desiderato de estabelecer intercâmbio com os Poderes Judiciários dos países ibero-americanos, com os quais o Brasil possui semelhança de cultura e de propósitos, o Tribunal se fez representar pelo Vice-Presidente nas reuniões preparatórias da *VIII Cúpula Ibero-Americana de Presidentes de Cortes Supremas e Supremos Tribunais de Justiça* e do *IV Encontro de Conselhos da Magistratura*, as quais se realizaram na Bolívia, em março, na República Dominicana, em junho, e na Colômbia, em setembro.

Acessibilidade

Empenhada em promover a transparência da atividade judicante, a Presidência, mediante a atuação da Assessoria de Imprensa, manteve contato permanente com órgãos da mídia local e nacional, a fim de disponibilizar notícias relativas aos mais diversos temas submetidos à deliberação do Superior Tribunal, mormente os de grande repercussão social. Mereceu destaque especial o posicionamento do Superior Tribunal quanto à reforma do Judiciário e ao projeto de criação de 183 varas federais.

A qualidade do trabalho desenvolvido, com critério e ética, atraiu a atenção dos meios de comunicação internacionais: em setembro, a rede CNN de televisão divulgou, pela primeira vez, uma notícia veiculada no *site* desta Corte.

Importante notificar a participação da Assessoria de Imprensa na confecção de pautas especiais para jornais, revistas e emissoras de televisão, das quais é exemplo a reportagem da revista *Época* sobre lavagem de dinheiro, cuja base foi a pesquisa do Conselho da Justiça Federal sobre o tema. Ressalte-se, ainda, a participação dessa Assessoria no jornal exibido pela *TV Justiça*.

Clipping eletrônico

Democratização da informação

Como forma de ampliar o alcance do *Clipping* – coletânea de notícias divulgadas em mais de quarenta jornais e nove *sites* de circulação nacional – e de diminuir os custos de sua circulação, ele já é produzido e veiculado por meio eletrônico.

Núcleo de Rádio e Televisão no STJ

Transparência institucional

O rádio e a televisão, por seu alcance, podem ser importantes veículos de acesso da população às informações sobre o Judiciário. Em sua busca de transparência institucional, o Tribunal iniciou a instalação do Núcleo de Televisão: já foram adquiridos os equipamentos destinados a seu funcionamento e se iniciaram as obras de instalação física.

Outro projeto em andamento é a implantação do Núcleo de Radiojornalismo, em fase de aquisição de equipamentos. Vale ressaltar que esse Núcleo já vem atuando na divulgação dos trabalhos do Tribunal através da Rádio Nacional.

Revista Jurídica – dos países de língua portuguesa

Intercâmbio de informações

Editada a partir de documentos apresentados nas quatro edições da *Conferência dos Presidentes dos Supremos Tribunais de Justiça da Comunidade dos Países e Territórios de Língua Portuguesa*, foi impressa a *Revista Jurídica*, cujos exemplares foram distribuídos entre os participantes do quinto encontro.

V - Atividades Extrajudicantes



V - Atividades Extrajudicantes

Homenagens a Ministros

Memorial encontro de virtudes e obras

O Plenário, mantendo honrosa tradição, reuniu-se para homenagear, em razão do término de suas funções judicantes neste Tribunal, os Ministros William Patterson, Hélio Mosimann e Paulo Costa Leite, respectivamente nos dias 20 de fevereiro, 28 de maio e 26 de agosto, bem como o ex-Ministro Waldemar Zveiter, em 19 de março. As solenidades, além de representar um preito de admiração e gratidão àqueles que deram a melhor aplicação de seus conhecimentos e empenharam o maior esforço para a edificação do Superior Tribunal de Justiça, foram momentos de profissão de fé na justiça e no papel essencial que esta Corte, apoiada em luminares daquela estirpe, tem desempenhado em sua distribuição.

II Salão de Arte dos Talentos do STJ e Entrega do Prêmio Melhores Idéias 2003

Arte e criatividade em foco

“As criações do espírito são, com efeito, um desabafo contra a monotonia das coisas, sim, um desabafo ético com valores estéticos.” São palavras do Presidente ao proceder à abertura, em 9 de abril, do *II Salão de Arte dos Talentos do STJ*, que reuniu trabalhos artísticos produzidos pelos servidores e familiares, estagiários, contratados e aposentados. Foram expostas obras de pintura, desenho, escultura, cutelaria, paisagismo em miniatura, literatura, artesanato, vídeo, e houve apresentações de música, teatro e capoeira. O evento amplia e difunde a produção artística no âmbito do Tribunal e contribui para a melhoria da qualidade de vida tanto dos artistas quanto dos apreciadores.



Abertura do II Salão de Arte dos Talentos do STJ.

Na mesma ocasião, foi entregue o *Prêmio Melhores Idéias* para os servidores que a ele fizeram jus com sugestões viáveis e condizentes com o objetivo de aperfeiçoar o trabalho desta Corte. As melhores idéias apresentadas pelos servidores refletem o comprometimento de todos com a busca da excelência e, mesmo que apenas três tenham sido selecionadas, os ganhos foram de todos.

Dia das Mães

Tradição demonstrativa de carinho e reconhecimento



Presidente fala às mães servidoras.

No dia 9 de maio, no Espaço Cultural, realizou-se o evento em homenagem às mães servidoras. Num clima de confraternização e alegria, houve uma apresentação musical, durante a qual um servidor dedicou às mães selecionado repertório da música popular brasileira.

O Presidente procedeu à abertura, momento em que, recorrendo ao poeta Drummond de Andrade, lembrou que mãe não tem limite, é eternidade e sabedoria.

Dia dos Pais

Oportunidade de confraternização entre as famílias

A 8 de agosto, na Praça do Servidor, foi comemorado o Dia dos Pais com uma festa, da qual participaram mais de trezentos servidores. A abertura do evento coube ao Diretor-Geral, José Roberto Resende. Houve um espetáculo de música brasileira e um recital de poesias, uma delas dedicada por um filho de servidor. Para encerrar o momento, foi oferecido um saboroso churrasco a todos, momento de fortalecimento dos laços familiares.

Dia do Servidor

Reconhecimento àqueles que servem à Justiça e ao país

Em 29 de outubro, o Tribunal prestou homenagem a seus servidores, elemento essencial para o alcance de seus fins. Naquela oportunidade, apresentaram-se o mímico brasileiro Miquéas Paz e o Corte em Canto, coral da Casa.

Encerrada com sorteio de brindes, a comemoração atingiu seu duplo objetivo de homenagem e de momento de confraternização.

Abertura da Semana STJ Qualidade de Vida

Humanização do ambiente de trabalho

Divulgar a necessidade de interiorização de hábitos saudáveis, bem como aumentar a capacidade dos indivíduos de enfrentar as pressões da vida moderna e de viver harmonicamente com o meio ambiente, com as pessoas e consigo mesmos, foi o objetivo do *Programa Qualidade de Vida no Tribunal*,

que dedicou ao tema uma semana de atividades – de 10 a 14 de novembro –, período em que ocorreram aulas ao ar livre, palestras e oficinas sobre temas diversos. Foram bastante concorridas as atividades de *tai chi chuan*, *jump fit*, rapel e as oficinas de *ikebana*, sabonete, pão integral e vela.

Iniciativas dessa natureza demonstram que o Tribunal busca responder às exigências da sociedade, investindo na qualidade de vida de seus servidores para que sejam pessoas mais felizes e produtivas em todas as esferas de atuação.



A qualidade de vida em palestra.

Natal solidário

A nobreza da solidariedade



Presidente procede à abertura da festa natalina.

Mais uma vez, o engajamento dos servidores na campanha *Participe desta corrente. Seja o Natal de alguém*, que arrecadou brinquedos, roupas e alimentos não-perecíveis, fez mais feliz o Natal das instituições Lar Santa Rita de Cássia, Creche Frederico Ozanan, Casa da Criança Ana Maria Ribeiro, A Família – Grupo Cristão Internacional, Serviço de Assistência ao Idoso Deficiente ou Abandonado e Centro de Ensino Fundamental 21 de Ceilândia.

O festejo natalino também ensejou um momento de comunhão entre todos os que aqui trabalham: no dia 12 de dezembro, realizou-se a festa dos servidores. Ao fazer a abertura do evento, o Presidente asseverou ser aquele um bom momento para a reafirmação da bondade entre os homens. Houve várias atividades programadas para as crianças, como brinquedos e espetáculos de mágica e de mímica, que divertiram também os adultos.

VI - Atividades Administrativas



VI - Atividades Administrativas

A Secretaria do Tribunal atuou em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Ministro Presidente, em especial a de contribuir para a agilização dos processos de trabalho das unidades que lidam com a atividade-fim; assim, imprimir celeridade à distribuição da justiça foi um objetivo constantemente perseguido. Pautou-se, para isso, no modelo de gestão alicerçado na abordagem de cidadania organizacional, que estabeleceu comportamentos e atitudes a serem adotados pelos gerentes da Secretaria, a saber:

- estimular a participação dos colaboradores, promovendo descentralização e delegação;
- ser cooperativo e estabelecer parceria com outras unidades;
- estimular a criatividade (ser inovador);
- comprometer-se com os valores e com a mudança organizacional;
- manter comunicação ágil e precisa;
- ter foco na satisfação do cliente/foco no resultado;
- agir com eficiência e economia;
- exercitar a proatividade assumindo responsabilidade;
- gerenciar com base em plano de ação.

Entre as ações implementadas para alcançar o desiderato de tornar mais eficiente e rápido o trabalho do Superior Tribunal de Justiça, sobressaem a modernização tecnológica, a ampliação do quadro de pessoal do Tribunal, a implementação do projeto Gestão por Competências e a revisão do planejamento estratégico do Tribunal.

Para dar cumprimento à missão institucional, foram desenvolvidas várias atividades, das quais se destacam, por órgão integrante da estrutura da Secretaria, as que a seguir são relatadas.

Secretaria Judiciária

Somando inovações tecnológicas a medidas gerenciais

O aumento significativo verificado na atividade processual da Secretaria Judiciária – autuação, registro e distribuição – deve-se, de um lado, a uma série de medidas gerenciais de êxito; de outro, às inovações tecnológicas implantadas no curso do ano.

A Secretaria vinha realizando encontros com os TRFs para viabilizar o malote digital, isto é, o envio eletrônico dos dados constantes dos processos destinados ao Superior Tribunal, o que evita a repetição de tarefas. A implantação foi paulatina e, nesses Tribunais, consolidou-se em 2003. O mesmo trabalho já foi iniciado nos Tribunais de Justiça.

A par disso, outros fatores contribuíram para a celeridade dos serviços de autuação e distribuição dos feitos – ora corroborada pelos dados –, tais como a implantação das impressoras de código de barras nos autos e das correspondentes leitoras ópticas, procedimentos que agilizam a localização, o deslocamento e o rastreamento dos processos.

Como medida gerencial, destaca-se a criação de linhas de produção para os processos com o mesmo assunto e de elevado número, facilitando a autuação e a distribuição. No protocolo e na classificação, trabalha-se com matrizes pré-inseridas no sistema; na classificação, através de códigos de assuntos da tabela pré-elaborada e revisada periodicamente.

O número de processos registrados, cuja competência é do Presidente, teve aumento significativo devido às homologações de desistência da Caixa Econômica Federal em processos do FGTS.

Deve ser ressaltado que a ampliação do horário extraordinário na Subsecretaria de Protocolo Judicial e Informações Processuais e Baixa e na Subsecretaria de Autuação, Classificação e Distribuição, a dedicação dos dirigentes e servidores dos setores diretamente ligados ao recebimento, protocolo, autuação, classificação e distribuição, assim como o treinamento de recursos humanos, foram de importância fundamental na obtenção dos resultados alcançados.

Processos e petições

No ano de 2003, foram autuados 228.369 processos de competência recursal e 10.540 originários, totalizando 238.909 feitos; o número de petições recebidas alcançou o montante de 140.198.

Apoio aos advogados

A Seção de Apoio aos Advogados manteve em funcionamento, atendendo a 6.266 advogados vindos de todos os Estados, uma estrutura administrativa que possibilita a eles a elaboração de documentos e a pesquisa jurídica e providencia meios de comunicação com seus escritórios e com outras instituições do Poder Judiciário, isso porque facilitar a atuação desses profissionais significa trabalhar com os olhos voltados para os jurisdicionados.

O endereço eletrônico **advogado@stj.gov.br**, usado para a troca de e-mails entre advogados, escritórios e partes, tem sido bastante utilizado, proporcionando maior celeridade na execução dos trabalhos.

Taquigrafia

Acompanhando a intensa atividade desenvolvida, a produção das notas taquigráficas e a degravação dos eventos promovidos pelo Tribunal e pelo Conselho da Justiça Federal consumiram 844 fitas magnéticas de videocassete e 436 CDs gravados. As notas taquigráficas alcançaram 40.939 folhas.

Com relação à atividade-fim, a Seção de Multimídia realizou 4.271 horas de gravação de áudio.

Estatística Processual

Período: 2.1.2003 a 31.12.2003

Processos	TOTAL
Processos recebidos	213.968
Processos autuados	238.909
Processos registrados	11.880
Processos distribuídos	226.440
Sessões realizadas	421
Processos julgados em sessão	55.058
Processos decididos monocraticamente	161.941
Total de processos julgados (1)	216.999
Acórdãos publicados	56.624
Suspensões de decisão (Pet, SL, SS e STA) proferidas pelo Presidente	246
Decisões e despachos diversos proferidos pelo Presidente	10.032
Despachos do Presidente junto à Secretaria Judiciária	2.103
Decisões proferidas em recursos extraordinários	2.828
Despachos diversos proferidos pelo Vice-Presidente	2.617
Processos com vista ao MPF em 30/12/2003	5.263

Fontes: Subsecretaria de Autuação, Classificação e Distribuição de Feitos; Subsecretaria de Protocolo Judicial, Informações Processuais e Baixa; Coordenadorias: Corte Especial, Seções e Turmas; Gabinetes dos Ministros.

(1) Estão incluídos os agravos regimentais e os embargos de declaração.

Secretaria de Jurisprudência

Tratamento técnico e sistemático dos julgados

A Secretaria de Jurisprudência assume papel importante quando se fala em tornar mais acessível e transparente o trabalho judicante; afinal, organizar a jurisprudência é apontar aos que virão os caminhos traçados por esta Corte. Para atingir tal fim, alimenta uma base de dados, na qual inseriu 51.812 novos acórdãos e 191.180 decisões monocráticas. Além disso, em atendimento à solicitação de advogados e dos Gabinetes dos Ministros, realizou 4.053 pesquisas. Por meio eletrônico, atendeu 13.083 solicitações de pesquisa e respondeu a 2.728 e-mails, aos quais segue anexo material de orientação para facilitar a utilização dos serviços oferecidos. A efetividade desse apoio transparece nos inúmeros elogios enviados à Secretaria, vindos principalmente dos advogados, os quais reconhecem ser bastante adequado o epíteto “Tribunal da Cidadania”, que identifica esta Corte.

Em razão dos investimentos feitos na melhoria das pesquisas *on-line*, o número de solicitações feitas diretamente pelos usuários tem diminuído, uma vez que se atingiu o objetivo de colocar à disposição uma página de pesquisa ágil e fácil, com acesso a qualquer hora.

No período, 44 novos temas foram incorporados à página de jurisprudência comparada – JCOMP. Atualmente a base dispõe de 197 temas atualizados e recebe em média até mil acessos por dia.

Alguns programas foram desenvolvidos para agilizar as rotinas, a exemplo da *pesquisa em lote*, que grava e executa automaticamente os critérios de pesquisa relacionados com cada um dos temas disponibilizados, otimizando, sobremaneira, a tarefa de atualização das matérias trabalhadas.

Com o objetivo de auxiliar o usuário na realização de pesquisas, está disponível o vocabulário jurídico, do qual já constam 11 mil termos de todos os ramos do Direito. Essa página na internet recebe, em média, quinhentas visitas por dia.

Secretaria de Documentação

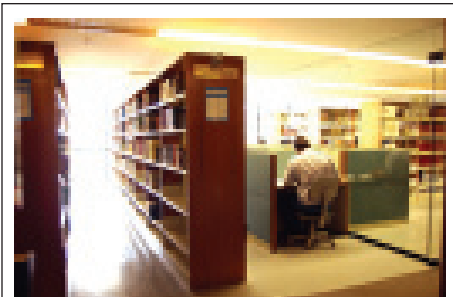
Facilitando cada vez mais o acesso à informação

A Secretaria de Documentação desenvolveu ações sobretudo para ampliar e facilitar o acesso às informações. Assim, a página da Biblioteca foi reformulada para favorecer o acesso a novas publicações eletrônicas, por exemplo, o *Clipping* de Legislação, Artigos Jurídicos e Atos Normativos do STJ.

Ainda visando otimizar o serviço, a Biblioteca implantou a *pesquisa virtual*, que orienta o interessado sobre a forma de solicitar pesquisa por meio eletrônico.

Além disso, com o objetivo de promover maior interação entre o leitor e os serviços bibliotecários, foram postos à disposição dos usuários dois computadores.

O acervo cresceu com as 2.580 obras adquiridas, nacionais e estrangeiras, e as 724 doadas.

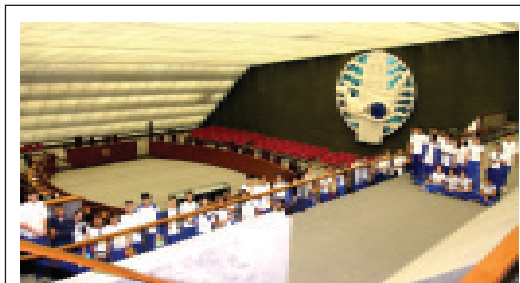


Dependências da Biblioteca Ministro Oscar Saraiva.

Projeto Museu-Escola

Resgatando a memória da instituição

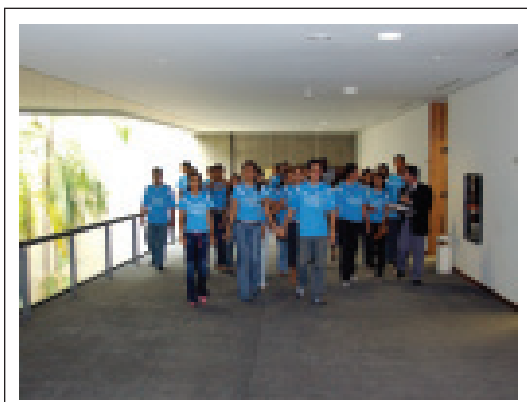
O acesso ao saber historicamente acumulado é fator de cidadania, por isso, para levar ao conhecimento dos estudantes uma parte da história do Poder Judiciário brasileiro, dando ênfase à criação do Superior Tribunal de Justiça, sua missão e filosofia de atuação, foi dada continuidade ao *Projeto Museu-Escola*, o qual atendeu 35 escolas da rede pública e 23 da particular, totalizando um universo de 5.235 alunos.



Participantes do *Projeto Museu-Escola* no Plenário do STJ.

Projeto O Despertar Vocacional Jurídico

Formando agora o Judiciário do futuro



Alunos do ensino médio conhecendo o Tribunal.

Atuar com os olhos voltados para os jurisdicionados inclui uma preocupação também com os futuros agentes da Justiça. Assim, na certeza de que é importante promover orientação para a escolha consciente de uma profissão, esta gestão lançou o projeto *O Despertar Vocacional Jurídico* a fim de propiciar aos estudantes vocacionados para os estudos jurídicos um contato com a realidade do Superior Tribunal. Isso lhes permite conhecer as atividades dos integrantes desta Corte, suas responsabilidades, conduta profissional e papéis institucionais e, de posse de tais conhecimentos, ter critérios objetivos para a escolha de seu futuro profissional. Em 2003, foram recebidos

2.316 alunos, oriundos de 25 escolas públicas e de trinta particulares, além de 145 estagiários.

Exposições temporárias

Tribunal sempre pronto a receber manifestações de arte e cultura

Abrindo as portas para a cultura, consequência do compromisso com a cidadania, o Tribunal acolheu, em seu Espaço Cultural, onze exposições, de 834 artistas, visitadas por aproximadamente dez mil pessoas.

Secretaria de Administração e Finanças

Atendimento às necessidades com presteza e economia

Reduzir os custos continuou sendo um objetivo da Secretaria de Administração e Finanças a par da permanente busca de imprimir celeridade, portanto mais efetividade, ao trabalho de atendimento às necessidades do Tribunal.

Lei de Diretrizes Orçamentárias

Neste ano, pela primeira vez, o Poder Executivo convidou técnicos do Judiciário para trabalhar na preparação do projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias. Técnicos dos dois Poderes elaboraram, conjuntamente, dezoito propostas.

Lei Orçamentária para 2004

O levantamento de necessidades para a elaboração da proposta orçamentária de 2004 contou com a participação efetiva de todas as unidades do Tribunal. A proposta totalizou R\$ 554.244.375,00, sendo R\$ 82.691.858,00 para atividades, R\$ 19.410.000,00 para projetos e R\$ 452.142.527,00 para pessoal e encargos sociais, aí já contemplados os recursos para a implantação da penúltima parcela do plano de carreira dos servidores.

Negociação contratual

Seguindo diretriz fixada para o biênio, a economia na renovação dos contratos foi uma meta definida no planejamento estratégico do Tribunal para o ano de 2003, da ordem de R\$ 1.300.000,00. Até o final do exercício, alcançou-se o valor de R\$ 2.567.919,82; foram negociados durante o período quarenta contratos e um convênio.

Código de barras

Visando otimizar e agilizar os levantamentos periódicos e os inventários anuais dos bens patrimoniais e dos materiais de consumo estocáveis, iniciou-se o processo de implantação do sistema de código de barras para identificação e controle dos referidos itens.

Programa interno de conservação de energia

Programa implementado em 1996, a partir do monitoramento do consumo de energia, gerou, de abril de 1996 a dezembro de 2003, uma economia em valores atualizados de R\$ 3.907.833,26, o que representou 12.373.083 kwh economizados.

Atualização tecnológica da central telefônica

A atualização da central telefônica trouxe ao Tribunal tecnologia de última geração, proporcionando aos usuários diversos recursos antes não disponíveis, a exemplo da instalação de ramais nas residências dos Senhores Ministros, providência que, além de reduzir sobremaneira os custos das ligações, praticamente elimina o risco de *grampo*.

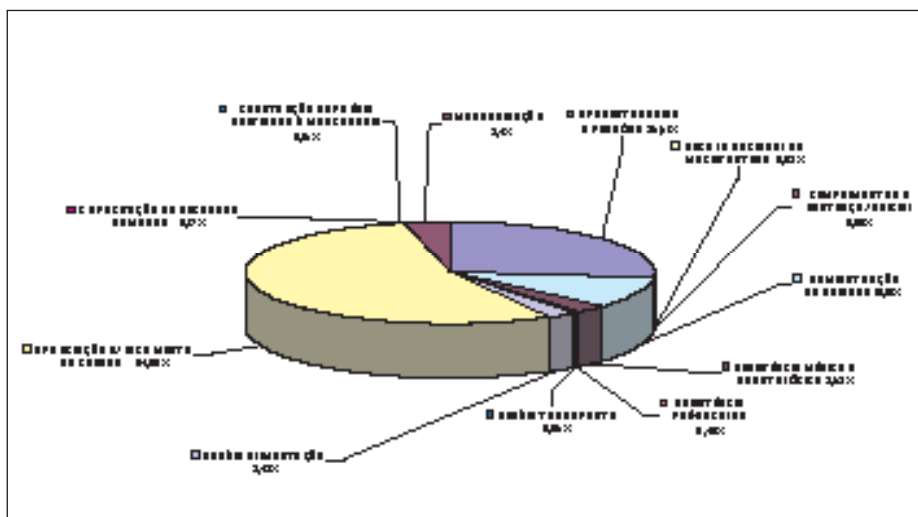
Atesto eletrônico das ligações telefônicas

Implantado em junho de 2003, com o suporte da Secretaria de Informática, o Sistema de Atestação Eletrônica dos Serviços de Telefonia, ademais de proporcionar aos usuários maior agilidade, mais transparência e maior segurança, trouxe ao Tribunal uma redução significativa na impressão de cópias e na mão-de-obra disponibilizada para este serviço.

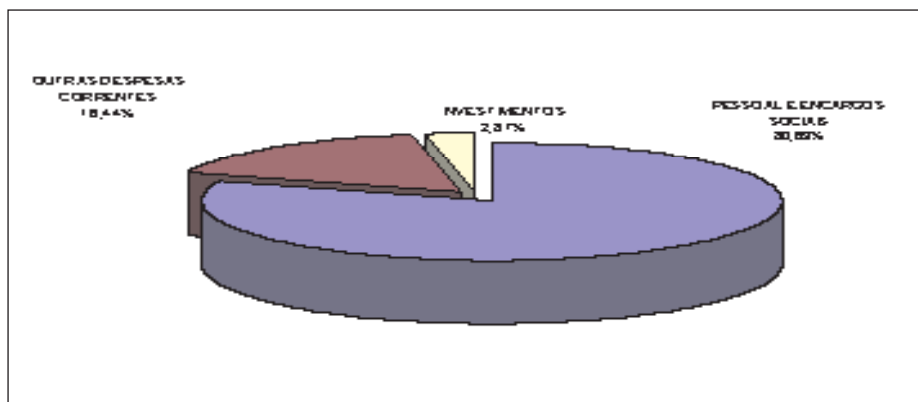
Orçamento e execução orçamentária

Dotação autorizada por projeto/atividade	Valor
Aposentadorias e pensões	109.797.370,00
Cumprimento de sentença judicial	200.000,00
Implantação da Escola Nacional da Magistratura	125.000,00
Administração da unidade	41.312.000,00
Assistência médica e odontológica	10.840.000,00
Assistência pré-escolar	1.655.000,00
Auxílio transporte	265.000,00
Auxílio alimentação	10.025.000,00
Apreciação e julgamento de causas	222.965.716,00
Capacitação de recursos humanos	700.000,00
Construção de estacionamento e de protocolo	-
Construção de prédio destinado à marcenaria	640.000,00
Modernização	14.019.000,00

Dotação autorizada por projeto/atividade

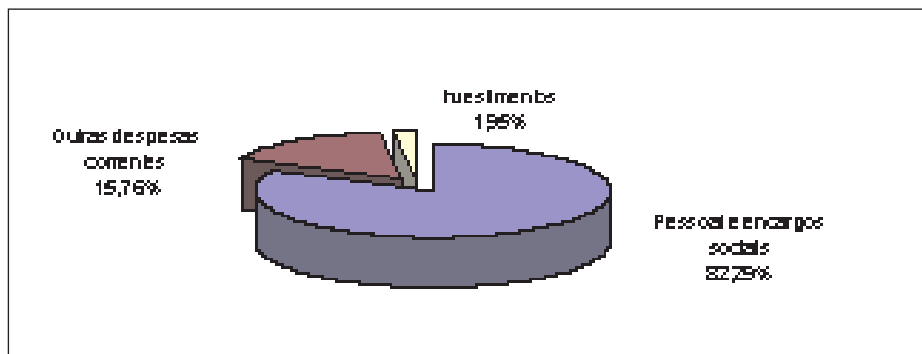


Crédito autorizado por grupo de despesa



Percentual executado pelo total da despesa

Grupo de despesa		Valor
1	Pessoal e encargos sociais	332.224.433,56
2	Outras despesas correntes	63.645.476,20
3	Investimentos	7.866.025,85
Total		403.735.935,61

Execução por grupo de despesa**Secretaria de Recursos Humanos***Valorização dos servidores*

A Secretaria de Recursos Humanos desenvolveu suas ações tendo em vista o fato de que a celeridade e a eficácia da tarefa de distribuir justiça são diretamente proporcionais à existência de um corpo de servidores suficiente, coeso e bem preparado. Considerou também que as relações dinâmicas do trabalho exigem pessoas dispostas a se adequar às mudanças e a propor soluções criativas para os problemas, convicção que redundou nos programas abaixo especificados.

Programa de Treinamento, Desenvolvimento e Educação

A fim de garantir o constante aperfeiçoamento do corpo funcional, foram promovidas ações educacionais para 1.828 treinandos, com investimentos maiores nas áreas administrativa, informática e gerencial. Como urge aumentar os investimentos na área jurídica, foi feito, nos Gabinetes de Ministros e na Secretaria Judiciária, um levantamento das necessidades, tendo sido realizados 31,25% dos treinamentos solicitados por aqueles e 37,5% dos relacionados por esta.

No nível de pós-graduação, o Tribunal concedeu bolsa a três servidores, duas na área jurídica e uma na de informática.

Desenvolvimento gerencial

Os servidores responsáveis pela gerência dos procedimentos precisam buscar, com frequência, formas de aperfeiçoar o dia-a-dia de cada área e, nessa tarefa, devem ser apoiados. Com esse propósito, funcionou o serviço de consultoria interna, que consiste na assessoria prestada para a elaboração e implementação de projetos de mudanças e melhorias nas unidades, ao qual recorreram treze gerentes e cinco equipes de trabalho, num total de oitenta integrantes.

A par dessa providência, 115 gerentes participaram de treinamentos específicos: Projeto Gerência Organizacional (Secretaria de Informática, de Serviços Integrados de Saúde e de Recursos Humanos), Curso de Direcionamento Estratégico e Curso de Gestão da Informação (Secretaria de Recursos Humanos), Curso de Gerência de Projetos em Tecnologia da Informação (Secretaria de Informática) e Desenvolvimento do Pensamento Estratégico (Secretaria de Administração e Finanças).

Ainda como parte das atividades de valorização das ações de gerenciamento, ocorreu o *Encontro de Coordenadores e Oficiais-de-Gabinete*, cujo objetivo foi promover a integração entre os participantes a fim de que pudessem compartilhar experiências e informações, discutir questões de interesse comum e formular propostas alternativas para a solução de problemas.

O *Clube de Líderes* formou seis turmas com o propósito de explorar os seguintes temas: comunicação, motivação, desenvolvimento de equipes, gerência do plano de ação, análise e resolução de problemas e eficiência e economia. Tal projeto contou com a participação de 73 gerentes. Além disso, foram promovidas três palestras, destinadas aos servidores, com temas correlatos aos mencionados, das quais participaram 88 servidores.

Os recursos eletrônicos vieram para ficar. Sua utilização na área de treinamento significa economia de custos e praticidade, já que o servidor estabelece o melhor horário para o estudo. Nessa linha, deu-se continuidade ao programa *Harvard Managementor*, curso gerencial a distância (*on-line*), do qual foram adquiridas 122 assinaturas.

Programa Cidadania Organizacional

Inclusão digital – uma resposta do Tribunal às exigências do mundo globalizado



Clientes do Projeto Inclusão Digital

O domínio dos recursos eletrônicos como ferramentas de trabalho é hoje essencial no mundo globalizado, e o Tribunal não pode ignorar a necessidade da inclusão de todos na era digital. Essa idéia motivou a implementação do projeto de inclusão digital, destinado aos empregados das firmas terceirizadas, cujo objetivo foi capacitar os participantes, duzentos, distribuídos em onze turmas, a usar os recursos básicos de computação. Importa ressaltar que os instrutores

foram servidores voluntários e estagiários, o que representa o compromisso do servidor com as metas da administração.

Promover cursos de ambientação para trinta novos servidores e 250 estagiários foi uma ação destinada a integrar o servidor a seu ambiente.

Programa Qualidade de Vida

Valorização do servidor

O bem-estar biopsicossocial dos servidores foi também contemplado nas metas propostas para o ano de 2003. Em parceria com a Secretaria de Serviços Integrados de Saúde, implementou-se o programa *Qualidade de Vida*, visando à promoção de ações que propiciassem esse estado de satisfação. Entre elas se destacaram a manutenção do Coral, do qual fazem parte 25 servidores; a realização de seis eventos do projeto *Sexta Viva*, com a presença de 677 participantes; a continuidade do projeto *Vida Ativa*, de cuja proposta constaram aulas de alongamento e de ginástica localizada, *jump fit*, caminhada da lua, ginástica laboral e torneio de tênis, atividades que, além de ensejar benefícios à saúde, permitem o sadio entrosamento do corpo funcional; e o lançamento do projeto *Saúde Financeira*, o qual promoveu o curso *Gestão Financeira* para 92 participantes, distribuídos em quatro turmas – foi mais uma forma de o Tribunal tratar o servidor como um ser cujas diversas faces têm de estar em harmonia.

Suprimento de pessoal

Foram nomeados 413 candidatos para compor o quadro efetivo, num total de 210 analistas judiciários e 203 técnicos judiciários. O ganho em contingente deverá permitir sejam mais ágeis os procedimentos internos.

Para o desenvolvimento de suas atividades, o Tribunal contou com uma força de trabalho de 2.218 pessoas, entre as quais 32 ministros, 2.033 servidores, 76 requisitados de diversos órgãos públicos, 75 investidos originariamente e dois servidores com exercício provisório. Além desses, o Tribunal contou com 490 estagiários e 737 empregados terceirizados.



Equipe de novos assessores: maior agilização da função judicante.

Gestão de desempenho

A segunda etapa da avaliação de desempenho gerencial demonstrou uma melhora na atuação dos gerentes em quatro dos nove fatores avaliados, a saber: estímulo à participação dos colaboradores, promovendo descentralização e delegação; estímulo à criatividade (ser inovador); comunicação ágil e precisa; e exercício da proatividade com responsabilidade.

A Gestão de Desempenho Funcional, no estágio probatório, registrou o percentual de 99% dos itens avaliados como *dentro ou acima do esperado*, o que evidenciou uma dificuldade, entre outras, na avaliação. Para minimizar tais problemas, além da elaboração e divulgação de matérias específicas nos meios disponíveis, 286 gerentes participaram de reuniões a fim de debater e esclarecer os fundamentos, objetivos, benefícios e procedimentos relacionados com a gestão de desempenho.

Programa de Gestão por Competência

O projeto teve o objetivo de obter o perfil de competências dos gestores do Tribunal para melhor direcionamento das ações de desenvolvimento gerencial. Inicialmente, foi realizado diagnóstico e levantamento de informações, por meio da análise de documentos e entrevistas com gerentes estratégicos da instituição. A seguir, foram identificadas as competências institucionais e gerenciais, relacionadas abaixo:

Competências institucionais: administração de recursos estratégicos, comunicação institucional, excelência na prestação de serviços, gestão de pessoas, gestão do desempenho institucional, gestão do processo judicial e relações político-institucionais.

Competências gerenciais: comunicação, conhecimentos específicos, criatividade empreendedora, foco na qualidade, gestão da mudança, gestão do desempenho, liderança, negociação, orientação para os resultados, planejamento e visão sistêmica.

Programa de Acompanhamento Funcional

O número total de servidores em acompanhamento funcional no início do ano era maior na área-fim (24 servidores) em comparação à área-meio (12 servidores). Essa proporção se inverteu em razão da diretriz de não lotar servidores com dificuldades funcionais na área-fim.

Secretaria de Serviços Integrados de Saúde

Prevenção e promoção da saúde mental e física

A assistência prestada aos Ministros, servidores e seus dependentes engloba o atendimento médico, odontológico, fisioterápico, psicoterápico e nutricional, além de assistência social e enfermagem, o que é feito tanto por meio da equipe interna quanto por meio da rede credenciada.

É importante destacar que a Secretaria atua, com destaque, na prevenção de doenças, haja vista os exames periódicos de saúde a que submete todos os servidores, procedimento que permite a detecção de pequenos problemas antes de se tornarem graves e incuráveis enfermidades. Com a mesma preocupação, promoveu atendimento dietoterápico, mediante o qual foram acompanhados 1.020 servidores e dependentes com necessidade de orientação nutricional.

A Secretaria responsabilizou-se também por supervisionar as atividades da empresa concessionária dos serviços de alimentação no restaurante e lanchonete, pois a perfeita higiene é fator de prevenção de doenças.

Em sua atuação na prevenção e no tratamento de problemas, destacaram-se algumas ações específicas, a saber:

Programa de Saúde Mental

A Seção de Assistência Psicológica empenhou-se em oferecer aos usuários novas modalidades de atendimento, de forma criativa e adequada à demanda. Assim, desenvolveu atividades tanto de atendimento clínico tradicional como de grupo.

A saúde mental do servidor é responsabilidade também do *Programa Alvo-recer*, destinado à prevenção e ao tratamento da dependência química.

Programa de Visita Hospitalar

O programa de visita hospitalar é desenvolvido com o propósito de se conhecer a realidade social dos servidores e dependentes quando internados e prestar-lhes apoio e orientação, fatores fundamentais para a superação de dificuldades que possam interferir no restabelecimento da saúde. Realizaram-se 334 visitas.

Programa de Assistência Fisioterápica

Desenvolvido pela Seção de Fisioterapia, o Programa ofereceu 6.285 atendimentos mediante procedimentos diversos: tradicionais, reeducação postural global e orientações de caráter educativo-preventivo.

Sempre visando ao bem-estar do servidor, realizou uma avaliação ergonômica dos postos de trabalho para identificar fatores que possam ocasionar patologias de origem ocupacional, realizar ações para diminuir a ocorrência dessas patologias, reduzir gastos com despesas médicas, diminuir o número de licenças de saúde, melhorar a qualidade de vida do servidor e manter seu potencial laborativo.

Programa de Assistência Materno-Infantil

O Lactário atendeu a quarenta crianças de quatro a doze meses durante o horário de expediente, possibilitando



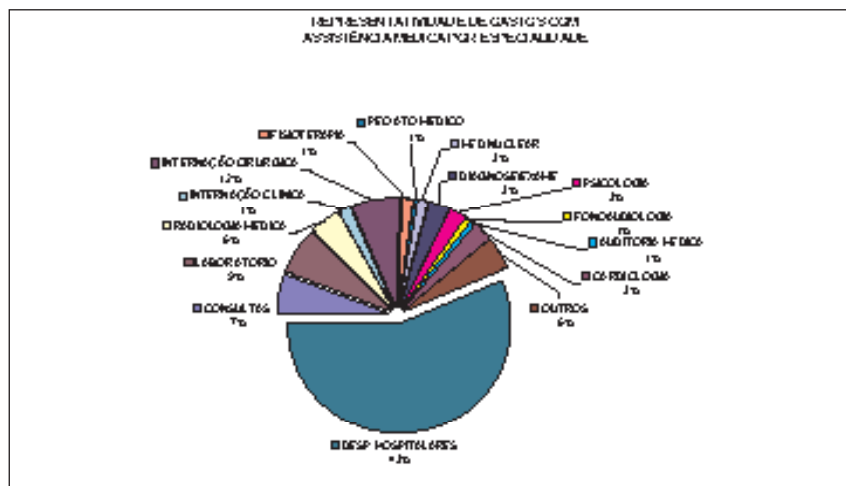
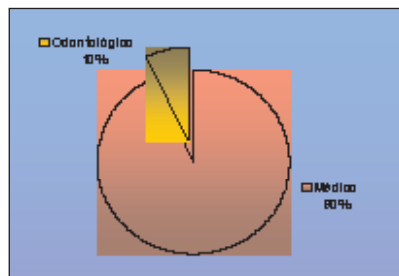
o contato entre a mãe e o bebê, bem como a manutenção da amamentação, fatores fundamentais à saúde física e emocional do lactante e da mãe servidora. Tal medida propiciou tranqüilidade às mães e evitou o absenteísmo no trabalho.

Programa de Assistência aos Servidores – PRÓ-SER

O Programa atingiu a marca de 11.003 beneficiários, isto é, Ministros, servidores ativos e inativos do Tribunal e do Conselho da Justiça Federal, dependentes e pensionistas.

Os gastos com assistência médica e odontológica totalizaram R\$ 17.772.006,75, entre recursos orçamentários e participação dos servidores na utilização dos serviços.

Representatividade de gastos com a assistência médica e a odontológica



OS processuais, priorizou a modernização tecnológica por meio da instalação de novos computadores e da expansão da capacidade dos equipamentos existentes. Também desenvolveu soluções que promoveram a otimização das rotinas de trabalho das unidades e empreendeu ações para facilitar o acesso de advogados aos recursos disponibilizados pelo Tribunal.



Modernização do aparato tecnológico

Em virtude da demanda processual crescente, hoje é impossível conceber o funcionamento do Tribunal sem o suporte primordial dos equipamentos tecnológicos. É também essencial contar com maquinário mais moderno, portanto mais útil para se obter a almejada celeridade. Nesse sentido foram adquiridos 1.915 microcomputadores em substituição aos que existiam nas unidades do Superior Tribunal, 42 *notebooks* de alta

performance e quarenta computadores do tipo servidor de rede. A instalação de equipamentos mais modernos e velozes possibilitou a atualização do sistema para a versão *windows 2000*, que não operava satisfatoriamente no maquinário antigo. Foram distribuídas e instaladas quatrocentas impressoras a *laser* e 25 a jato de tinta e adquiridas mais 312 destas. Também foi implantada a solução de fax corporativa para envio e recepção de fax de modo integrado ao correio eletrônico do Tribunal, com considerável ganho em segurança e economia de papel.

A informatização como fator de celeridade

Quanto ao apoio às tarefas judicantes, é importante ressaltar que, para permitir agilidade no manuseio e no trâmite dos autos, foi implementada a impressão de códigos de barras nos relatórios gerados pelo sistema *Justiça*, e distribuídos, nos gabinetes e áreas-fim, os equipamentos de leitura e impressão das barras. Outra importante contribuição destinada a dar pronta resposta ao jurisdicionado consistiu na automação e simplificação do processamento das desistências da Caixa Econômica Federal em feitos relativos ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.

Na era da tecnologia, é necessário que ela esteja a serviço da sociedade; assim, foi implementada a transferência de dados dos Tribunais Regionais Federais para o sistema *Justiça*, desta Corte, o que permite circulação rápida de informações.

A fim de facilitar o acesso às informações acerca dos processos e da jurisprudência, desenvolveu-se nova versão do sistema de pesquisa de jurisprudência e criaram-se relatórios no sistema *Justiça* específicos para processos criminais.

A informatização e a administração descomplicada

A área administrativa foi também contemplada com recursos eletrônicos para facilitar o gerenciamento, tais como a implementação da nova versão do módulo de automação de gabinetes, bem como o desenvolvimento e aprimoramento de módulos de outros setores como contratos, orçamento, compras, suprimento, patrimônio, área médica, gestão de desempenho e recursos humanos. Destaca-se, ainda, a implantação da metodologia de atesto eletrônico de contas telefônicas. Todas essas medidas tornaram menos burocráticos e mais eficientes os procedimentos administrativos.

Contribuição para a modernização do Poder Judiciário

Dos equipamentos substituídos, foram preparados, para doação a outros órgãos do Judiciário, 500 microcomputadores e 24 *notebooks*.

Projetos dando frutos

Como fruto de parceria entre a Secretaria de Informática e a Assessoria de Imprensa, o *Clipping* da imprensa passou a ser produzido e veiculado por meio eletrônico. Sem a necessidade do suporte em papel, o que reduz consideravelmente os custos, todo o corpo funcional pode acompanhar, por meio eletrônico, a repercussão do trabalho do Tribunal na mídia do país.

Para otimizar o tempo, a Secretaria implantou o serviço 0800 de acesso remoto à rede do Tribunal: Ministros e usuários autorizados podem acessá-la de qualquer lugar do Brasil. Outro recurso voltado para o mesmo fim foi a dualização de servidores, o que permite a substituição automática de equipamentos que apresentem falhas por um equipamento espelho.

Tecnologia com segurança

Em 2003, como ação preventiva, foi implantada uma nova solução antivírus para garantir a segurança, a privacidade e a incolumidade das informações veiculadas por meio eletrônico. Por ser mais barata, representou também redução nos custos.

Secretaria de Segurança e Apoio aos Ministros

Proteção para promover tranqüilidade no ambiente de trabalho

A fim de cumprir com a máxima eficiência suas tarefas essenciais, a Secretaria de Segurança e Apoio aos Ministros ampliou e modernizou o sistema de circuito fechado de televisão, o que constitui, nestes tempos, instrumento indispensável à segurança de todos os que trabalham ou, por variadas razões, transitam nas dependências do Tribunal.

Como corolário da idéia de que, quando se trata de segurança, o importante é prevenir, foi feita a renovação dos veículos utilizados nas rondas ostensivas.

Outras atividades da Secretaria do Tribunal

Assessoria Jurídica

No cumprimento de suas funções institucionais, a Assessoria Jurídica analisou 675 processos administrativos sobre as mais variadas matérias e onze judiciais, estes relativos a mandados de segurança impetrados contra atos de autoridades administrativas do Tribunal.

Dedicou-se, também, a fornecer subsídios às Procuradorias da Advocacia-Geral da União em assuntos de interesse desta Corte, bem como coordenou a elaboração de projetos de lei de interesse da Presidência e auxiliou na elaboração de atos referentes à regulamentação de direitos e serviços concernentes aos servidores e à administração.

Assessoria Técnica

O alcance das metas e objetivos institucionais depende de uma administração criteriosa e planejada, bem como disposta a corrigir os rumos quando necessário; tal administração precisa contar com uma assessoria tecnicamente bem preparada. No Tribunal, ela é formada pelos Núcleos da Qualidade, de Organização e Métodos, de Comunicação Interna e de Programação Visual, os quais, no período, prestaram apoio à Secretaria do Tribunal para a realização destas atividades:

1. Planejamento Estratégico

Visando incluir as coordenadorias das Turmas, Seções e Corte Especial no processo de planejamento do Tribunal, foram realizadas duas *Oficinas de Planejamento Estratégico*, as quais proporcionaram aos representantes dessas áreas instrumentos eficazes para a definição de metas e dos indicadores de seu desempenho.

Para alcançar o alinhamento estratégico do corpo gerencial, acompanhar os resultados alcançados pelas áreas, divulgar as melhores práticas adotadas, buscar soluções conjuntas para os problemas enfrentados e melhorar a comunicação entre as unidades participantes, foi inaugurado o projeto *Planejamento em Ação*, durante cuja realização discutiu-se o planejamento estratégico do Tribunal e definiu-se a adoção de nova metodologia para o estabelecimento de metas institucionais sistêmicas focadas no cumprimento da missão e da visão de futuro.

No final do ano, foi instituído o Comitê de Planejamento Estratégico, formado por representantes de diversos segmentos do Tribunal, responsável por revisar a visão estratégica, elaborar os objetivos e indicadores estratégicos e, ainda, acompanhar a divulgação e o desdobramento desse conjunto de ações e medidas nas diversas unidades.

2. Sistemas de Gestão da Qualidade

A manutenção dos certificados de qualidade é desafio que o Tribunal tem enfrentado e vencido; foi efetuada a transição do Sistema da Qualidade NBR ISO 9002/94 para a versão atualizada, NBR ISO 9001/2000, na Secretaria Judiciária e no Gabinete do Diretor da Revista. Esse trabalho envolveu a adequação da documentação exigida pelo Sistema, o treinamento de servidores e a realização de reuniões de análise crítica e de auditoria interna e externa.

A qualidade do trabalho tem servido de referência para outras instituições como o Tribunal Regional Federal da 4ª Região, o Ministério Público do Distrito Federal e o Superior Tribunal Militar; neste, a convite do diretor-geral, o Núcleo

da Qualidade expôs a bem-sucedida experiência desta Corte com a certificação.

3. Pesquisa de Satisfação do Usuário

Com a finalidade de mensurar a aprovação dos clientes aos serviços prestados pelas unidades participantes do Planejamento Estratégico, foi realizado, em parceria com a Secretaria de Recursos Humanos, treinamento para a elaboração de instrumentos de pesquisa de satisfação, ficando o Núcleo da Qualidade responsável por coordenar sua aplicação e acompanhar os resultados e as providências adotadas pelas unidades.

4. Racionalização de Procedimentos

Objetivando auxiliar as unidades na otimização dos processos de trabalho, foram desenvolvidos, nas Coordenadorias das Turmas, Seções e Corte Especial, trabalhos de identificação e solução de entraves ao bom desempenho das atividades, além da simplificação de rotinas e da melhoria do leiaute.

Desenvolveu-se, também, nas Subsecretarias de Protocolo Judicial, Informações Processuais e Baixa e na de Autuação, Classificação e Distribuição de Feitos, atividade de levantamento dos problemas referentes a recursos materiais e equipamentos, quadro de colaboradores e métodos de trabalho postos em prática. Também foram elaboradas as rotinas da Seção de Protocolo de Processos e os fluxos de entrada, processamento e saída de feitos, bem como os manuais de procedimentos do Gabinete da Ministra Eliana Calmon e da Coordenadoria da Terceira Seção. Encontram-se em fase de levantamento as rotinas do Gabinete do Ministro Castro Meira para posterior confecção desse manual.

5. Normatização

Com o intuito de manter os atos normativos internos atualizados, foram confeccionados os regulamentos dos serviços administrativos das Secretarias, com a descrição das competências das unidades. Ademais, foram redigidos resoluções, atos, ordens de serviço, instruções normativas e portarias relativos a assuntos administrativos, destacando-se, entre eles, a reestruturação orgânica, que permitiu uma melhor distribuição das funções comissionadas e das atividades das unidades.

6. Comunicação interna

Grande desafio da área de comunicação interna foi, além de difundir informações e divulgar os principais fatos que ocorrem no Tribunal, dar voz e participação às pessoas que nele trabalham. Para atingir tal objetivo, foram utilizados os seguintes meios:

Informe-se

Entre os mecanismos de comunicação já em operação, o *Informe-se* é, certamente, o mais tradicional, com lugar cativo na vida dos servidores, estagiários e terceirizados, pois serve como importante instrumento de socialização e integração. Em 2003, foram reformulados o perfil editorial e o projeto gráfico do jornal, sendo mantidas a periodicidade mensal e a tiragem de 1.800 exemplares.

Canal de comunicação direta com a administração

Criado para possibilitar a comunicação entre os servidores, estagiários e terceirizados e a administração do Tribunal, o canal *fale com o DG*, recebeu cerca de 250 mensagens durante o ano, principalmente sugestões e solicitações de informação sobre variados temas, a saber: uso do estacionamento, auxílio-alimentação, horário de expediente, jornada de trabalho, ar condicionado, lanchonete, além de elogios à iniciativa do Diretor-Geral.

Página da comunicação interna na intranet

A intranet também passou por remodelagens para se adequar à proposta de trabalho. Imprimiu-se maior dinamismo à divulgação de notícias e adotou-se linguagem jornalística e publicitária adequada à mídia virtual. Vale ressaltar que foi instituído, em outubro, o Comitê Gestor da Intranet, com o objetivo de rever o atual modelo de intranet do STJ e propor alterações que possam otimizar seu uso, valorizando seu potencial como ferramenta de comunicação interna.

Na página da intranet foi disponibilizado o calendário de eventos do Tribunal, que apresenta o cronograma mensal de palestras, seminários, congressos, comemorações, solenidades e outros.

Foi criada a coluna virtual *Espaço Servidor* para divulgar trabalhos artísticos e artigos literários de autoria de pessoas que aqui trabalham.

Boletim de Serviço Eletrônico

O produto foi desenvolvido pela Secretaria de Informática para substituir o documento impresso, o que gerou economia e agilidade no fluxo de transmissão de informações administrativas. Semanalmente, o banco de dados é alimentado com as novas atas, resoluções, portarias e despachos produzidos no Tribunal.

7. Programação Visual

Dentre os trabalhos desenvolvidos durante o ano, destacam-se: o projeto gráfico da *Coleção História do Direito Brasileiro*; as imagens do *Programa STJ Qualidade de Vida*; a preparação do material da exposição do *II Salão de Talentos e Prêmio Servidor* e do *Boletim de Serviço Eletrônico*; a disponibilização do banner eletrônico na página inicial da nova intranet e a criação da identidade visual e das peças gráficas de divulgação da *IV Reunião Preparatória da VIII Cúpula*

Ibero-Americana de Presidentes de Cortes Supremas e Supremos Tribunais de Justiça e do IV Encontro Ibero-Americano de Conselhos da Magistratura. Além disso, merecem atenção a criação do calendário de 2004, que rende homenagem ao patrimônio cultural e artístico que os Ministros e servidores carregam consigo, exibindo, em cada mês do ano, imagens da diversidade folclórica do Brasil, e a agenda de 2004.

Secretaria de Controle Interno

Garantia de submissão aos princípios da legalidade, legitimidade, economia e eficiência

Ciente de que é sua missão assegurar a boa e regular aplicação dos recursos públicos no âmbito do Tribunal, a Secretaria de Controle Interno dela se desincumbiu procedendo à fiscalização contábil, orçamentária, financeira, patrimonial e operacional, bem como, por meio dessas atividades, avaliando os resultados alcançados e observando a submissão aos princípios da legalidade, legitimidade, economicidade, eficiência e eficácia da ação administrativa.

Neste exercício financeiro, o limitado número de diligências expedidas (574) comprova, não obstante o vultoso número de procedimentos examinados (17.888), o significativo aprimoramento dos controles adotados pelas unidades fiscalizadas, o que denota vir alcançando a eficácia desejada a atuação preventiva e orientadora da Secretaria.

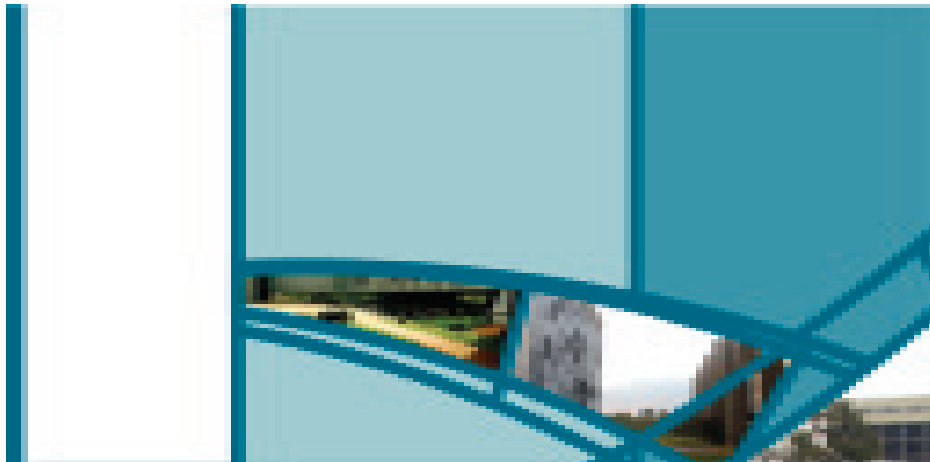
Quanto às ações de assessoramento, prestou contínua assistência à administração com o propósito de oferecer, tempestivamente, no que se refere ao cumprimento de normas regulamentares, as orientações necessárias à tomada de decisões. Para garantir a observância dos princípios norteadores da aplicação dos recursos públicos, levou a efeito a análise da documentação comprobatória das despesas realizadas pelo Tribunal e o exame dos procedimentos geradores de despesas; além disso, cuidou de assegurar a observância da legislação relativa à execução orçamentária, financeira e patrimonial e de acompanhar e controlar a gestão fiscal, objetivando assegurar o equilíbrio das contas públicas nos termos da Lei Complementar n. 101/2000.

No que concerne às atividades de auditoria, foram realizadas as verificações e inspeções físicas de rotina relativas à tomada e prestação de contas do exercício financeiro de 2002, avaliando os resultados alcançados nas áreas administrativa e judiciária. Outras tarefas de auditoria foram efetuadas (Pró-Ser, procedimentos operacionais da Gefip, atividades terceirizadas).

Preocupada em dar total transparência a suas atividades, a Secretaria despendeu esforços na elaboração de página para divulgação de seus trabalhos na intranet, disponibilizada em 3 de outubro.

Importa salientar que, comprometida com a consecução dos objetivos da administração, a Secretaria de Controle Interno forneceu orientações seguras e eficazes, que contribuíram para a boa e regular aplicação dos recursos públicos.

VII - Conclusão



VII - Conclusão

Em 2003, conforme se pôde constatar, o Superior Tribunal de Justiça, por intermédio de seus Ministros e com a assessoria e o apoio dos servidores, atuou com os olhos voltados para o jurisdicionado e suas necessidades prementes.

Comprovam os dados relatados que muito se fez para imprimir mais celeridade e efetividade à atividade-fim nesta última instância das questões de base infraconstitucional, não só quando foi necessário agilizar e modernizar o trabalho interno, mas também quando foi imprescindível lutar diante dos Poderes pela aprovação de projetos de leis, por exemplo.

As atividades de caráter administrativo levaram em conta o fato de que a efetividade da justiça está intimamente relacionada com a questão da acessibilidade - tanto no que tange ao ingresso de ações nos tribunais, quanto no que concerne ao acesso à estrutura, ao funcionamento do Poder e ao próprio entendimento majoritário entre os magistrados. Isso implica transparência institucional, desiderato plenamente alcançado no período.

Inserido no contexto sócio-político nacional e internacional, o Tribunal manteve abertas suas portas às relações institucionais internas e externas, estabelecendo pontes de entendimento entre os Poderes da União e entre nações e buscando parcerias, cujos benefícios deram e ainda darão muitos frutos.

Enfim, tudo isso resultou na ação satisfatória do Superior Tribunal de Justiça na promoção da cidadania, o que fez cumprindo seu papel: distribuir justiça em tempo célere o suficiente para que ela seja efetiva.

Anexo I - Estatística Processual

I - Pet, SL, SS e STA decididas pelo Ministro Presidente - 2003

Decisão	Declaratória			Honorária (ex de ofício)			Indefinidas			Julgado Reputado o Pedido			Negado Seguramento			Total			
	Pet	SL	SS	Pet	SL	SS	Pet	SL	SS	Pet	SL	SS	Pet	SL	SS	Pet	SL	SS	
Janeiro			2	1			0		2				1		1	2			11
Fevereiro	1		2					2	2	1			1			2	2	1	9
Março		2		1				2	1						1		4	2	9
Abril	1		2						2	1			1			2	2	2	9
Maio		2					1		2						2	1	1	19	
Junho		2	2					4	0			1			2		10	11	
Julho		2	2					2	2	1			1		1	1	4	17	4
Agosto		2	1				1		2	2							2	1	4
Setembro		3	0						2	2					2	2		10	0
Outubro			2						2						1			1	11
Novembro	1		2					1	1	2					1		2	20	2
Dezembro		1	4					2	1	1							0	15	0
Total	3	13	19	1	3	1	1	7	28	9	1	1	6	5	10	17	42	29	38

Fonte: Cadastro de Decisões Processuais.
 (1) Computadas 12 decisões no Pet, 1 SL e 3 SS (ex de ofício) pelo Ministro Presidente, no mesmo mês das Reconvocações.

2 - Decisões e despachos proferidos pelo Ministro Presidente - 2003

Processos de Falsas	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Total		
Agosto																				
Setembro	19	4	1	18	9		501	9	1	149	45	232	18	2	1	2	1	2	15	
Fevereiro	2	7	8			1	3			7	3	9							3	19
Março				29	2	9	1			3		4	1						4	10
Abril					5			3		11		8	3						3	11
Maio									1	8	3	57	1						11	17
Junho	2	3	1	9	1					5	1	3							5	19
Julho	8	2	1	10	20	1	625	1		177	57	9	18	2	294	2	2	2	7	22
Agosto					5	6				9					502				5	11
Setembro	5	7		12	2	1	1			3	9	9			4	14			7	24
Outubro				9	1	11	2			14	1	9			2	1			9	18
Novembro	1	2		3	9					19					4	2000	1		4	29
Dezembro	4	9			8	1	31			30	8	9	1		1714				7	20
Total	58	84	4	55	45	8	1212	4	9	452	118	59	1	95	1782	3	4	9	88	303

Fonte: Associação Capela da Pátria.
 Nota: Não foram considerados os 37.020 l.
 total de despachos 9.008.
 total de decisões 2.010.

(*) Considerados 134 despachos e 925 decisões proferidas pelo Ministro, Vice-Presidente, e membros da Presidência.

3 - Processos registrados - Competência do Ministro Presidente - 2003

Mês	Causas de Fatores	Agil.PS. (1)	Ex-3400	Com	F	MC	PM	PE	PD	PC-30	PPV	PL	PS	PTA	Total
Janeiro		43				1	3					2	10	1	17
Fevereiro		114	3				1					4	10	1	128
Março		20			1					1		1	0	0	110
Abril		228				1	1					1	11		249
Maio		208						2		122	3	0	12	1	1364
Junho		408								1018		2	19	4	1444
Julho		20				1			1	200		0	2	0	1024
Agosto		220							1	4200		1	12	2	4901
Setembro		121	1		1					1211		1	11	2	2022
Outubro		149				2		1	1	1		1	10	14	191
Novembro		124								200		2	12	0	421
Dezembro		20										2	15	1	111
Total		1213	2		2	1	1	10	2	2100	3	22	120	20	11330

Fonte: Subseção de Julgamento, Conselho Superior de Desembargadores e Juizes.

(1) Corrigido nos cálculos do Ministério do Planejamento, conforme Ato nº 62, de 29/02/2002.

4 - Despachos diversos proferidos pelo Ministro Presidente junto à Secretaria Judiciária - 2003

Despachos Mês	Processos	Relações	Orçãos	Tribx	Total
Janaria	53	24	18	15	108
Fevereiro	59	24	5		152
Março	1	18	21	20	50
Abril	20	112	15	21	244
Mai	21	10	11	12	54
Junho	24	145	23	15	212
Julho		11	21	48	80
Agosto	18	12	22	15	119
Setembro	24	102	22	43	210
Outubro	22	112	22	22	248
Novembro	40	122	18	22	282
Dezembro		22	11	18	53
Total	282	1000	242	221	1172,000

Fonte: Gabinete do Secretário de Justiça.

(*) Computados 22 despachos proferidos pelo Ministro Edson Vidigal, nos meses de Fevereiro e Março.

5 - Despachos proferidos pelo Ministro Vice-Presidente - 2003

Fórmula	Característica	PAC	PDD	Ag/PAC	Outros		Total
					Proferidos	Procedimentos	
UC							
Un	684			484	70	5	1.194
Un/PAC					27		27
Un/Pr					42		42
Un/Pr	2			2	9	1	3
Un	207			207	8	18	412
Un							
Un	20			13	1		43
Un/UC	1						1
Un/UC							
Un/UC	1			1	50		51
Un/UC	85			40	19	3	140
Un/UC							
Un/UC							
Un/UC	17		100	7	27	5	169
Un							
Un	1			1			3
Un					1		1
Un	19			14	2	3	37
Un	20		80	20	8	3	118
Un	2			1	1	2	8
Un	10			18	9	1	58
Un	9			3			9
Un					20		20
Un	1470			200	128	14	2008
Un	22		4	4	4	1	50
Un	241		9	113	20	3	383
Un					2		2
Un						9	9
Un							
Un					1		1
Un							
Un	2000		100	1201	512	50	3463

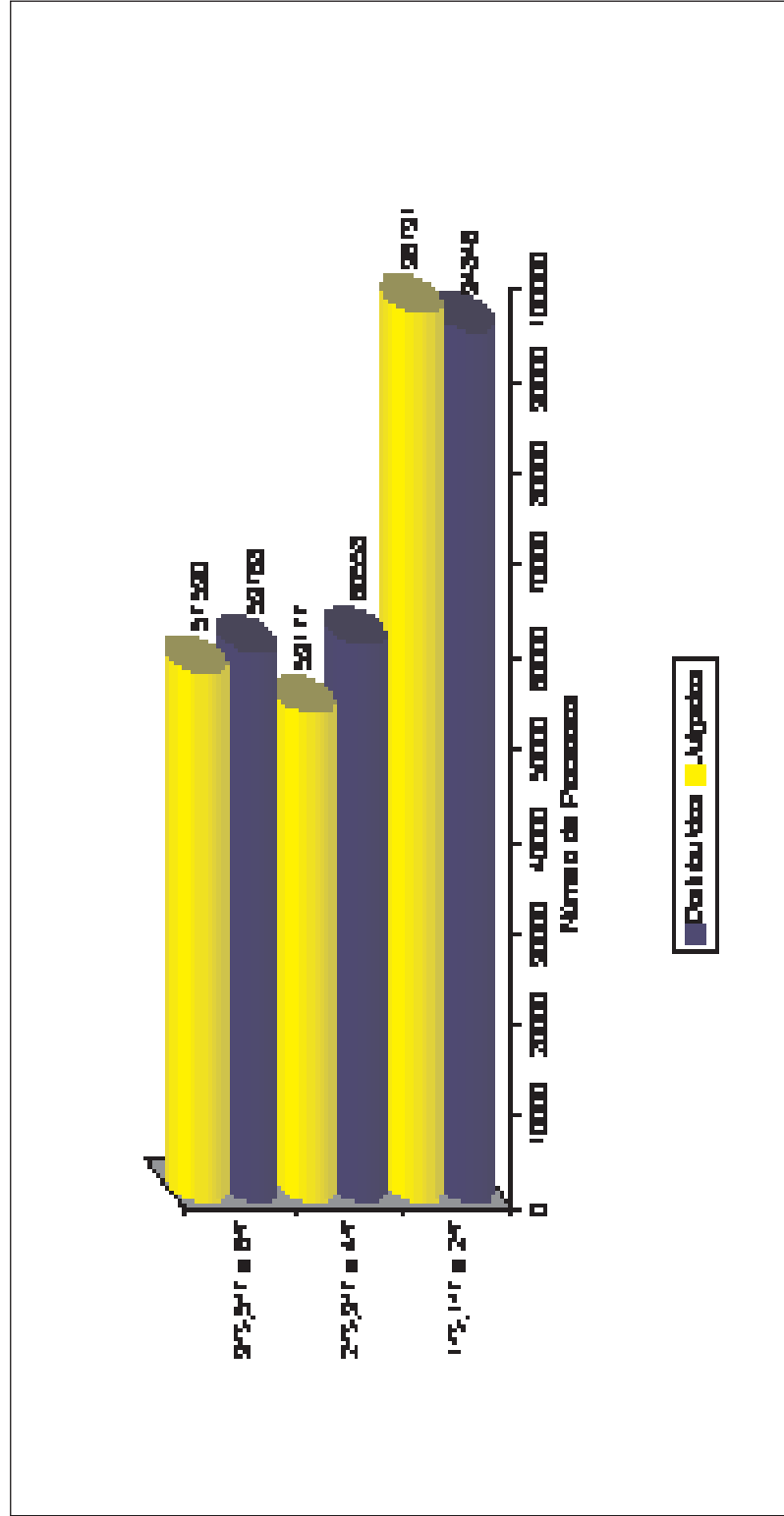
Fonte: Database do Vice-Presidente do STJ.

6 - Decisões proferidas em recursos extraordinários pelo Ministro Vice-Presidente - 2003

Órgão Judiciário	1º Sessão		2º Sessão		3º Sessão		4º Sessão		5º Sessão		6º Sessão	
	1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º
STJ	1		1	1			4	2	2	1	2	1
STJm	2											
STJd		2003			2							
STJF	1	2			2	14			4	8		
STJSC	1											
STJSP	43	11		1		11			4	10		
STJm												
STJm d												
STC							9				9	2
F	1											
STC							2				9	1
STC	9	9								1	12	
STC	2											
STd	1											
STd		2										
STJm	1		90	900	19	211	2	2	82	4	91	9
STC							2					9
STC							2					9
STC			19	19	4	11			1		9	1
STd												
STC												
STC												
Total	1	81	4	209	90	211	2	91	8	112	8	180

F = Outros; STC = STC do Vice-Presidente;
 STJm = STJm do Vice-Presidente;
 STC = STC do Vice-Presidente.

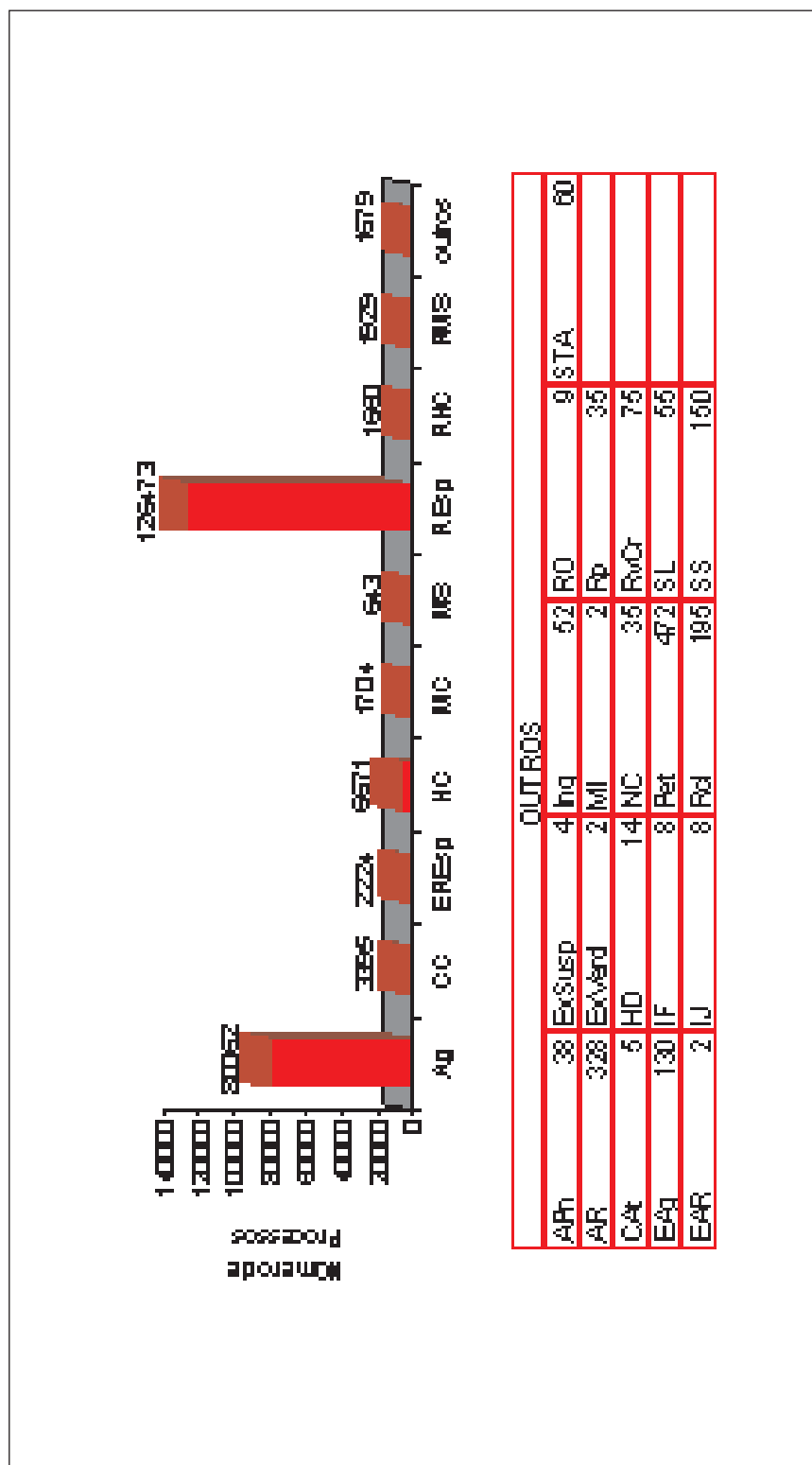
7 - Processos distribuídos e julgados nas Seções e respectivas Turmas - 2003



Fonte: Subsecretaria de Gestão, Comunicação e Distribuição de Fatos; Coordenadorias: Coord. Especializ. Seções e Turmas; Subsecretaria de Informações. Nota: Nos processos julgados anteriormente, 1.526 julgados em 2002 e 1.307 em 2001 foram distribuídos em 2003. Contribuição de processos distribuídos em 2003 (em milhares):

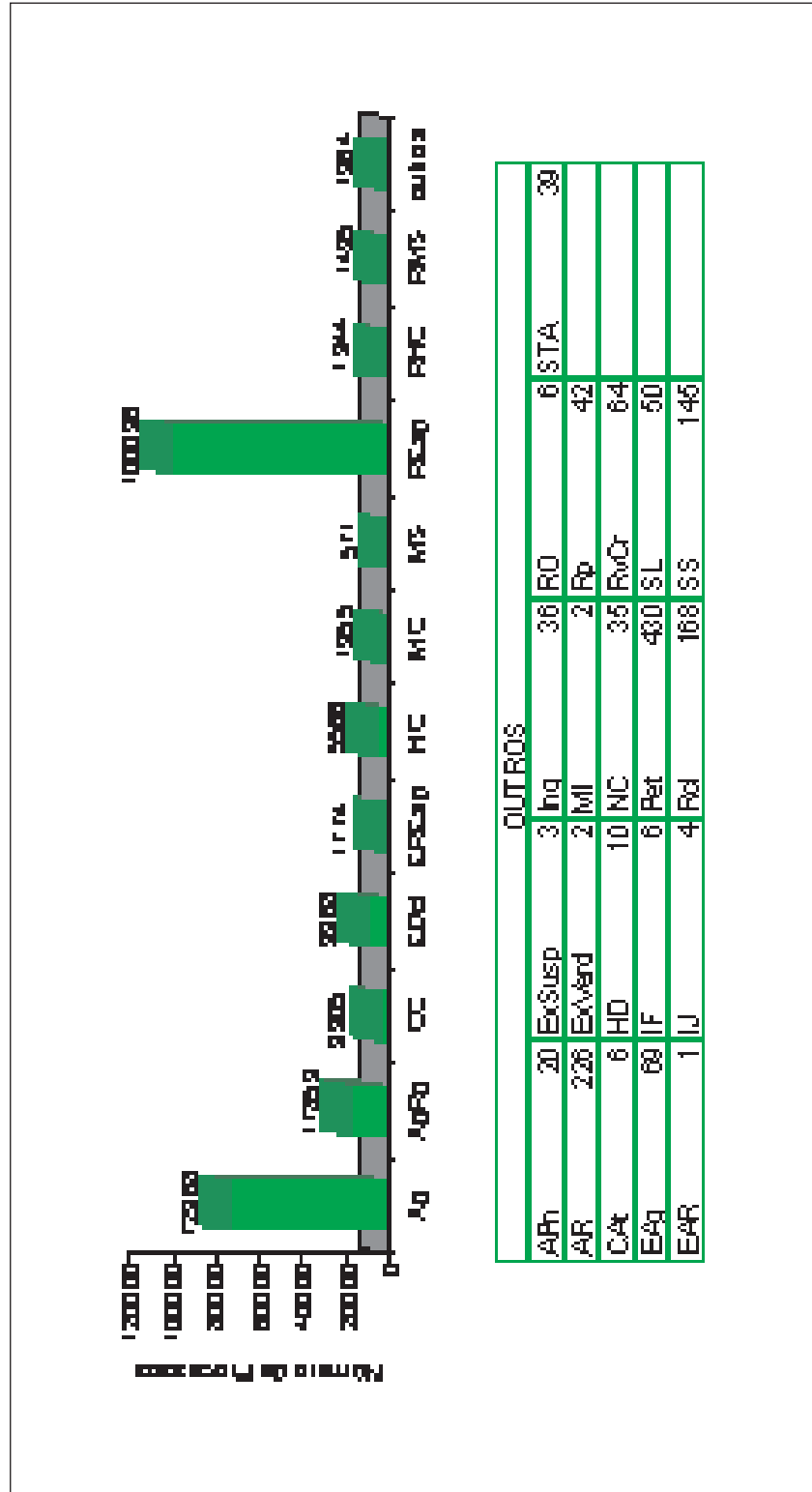
Contribuição de processos distribuídos em 2003 (em milhares):

8 - Processos distribuídos por classes - 2003



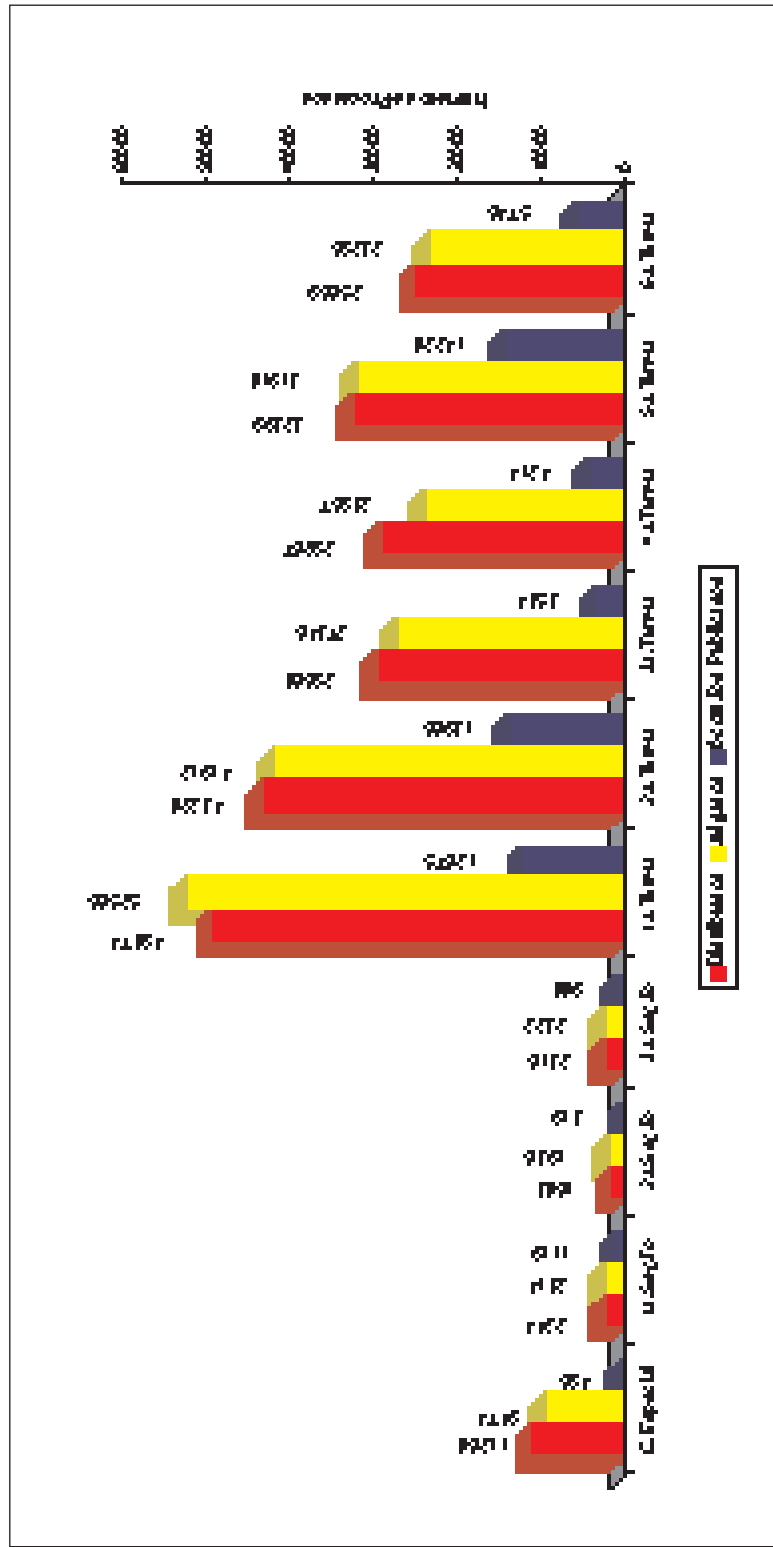
Fonte: Subsecretaria de Autuação, Classificação e Distribuição de Feitos.

9 - Processos julgados por classes - 2003



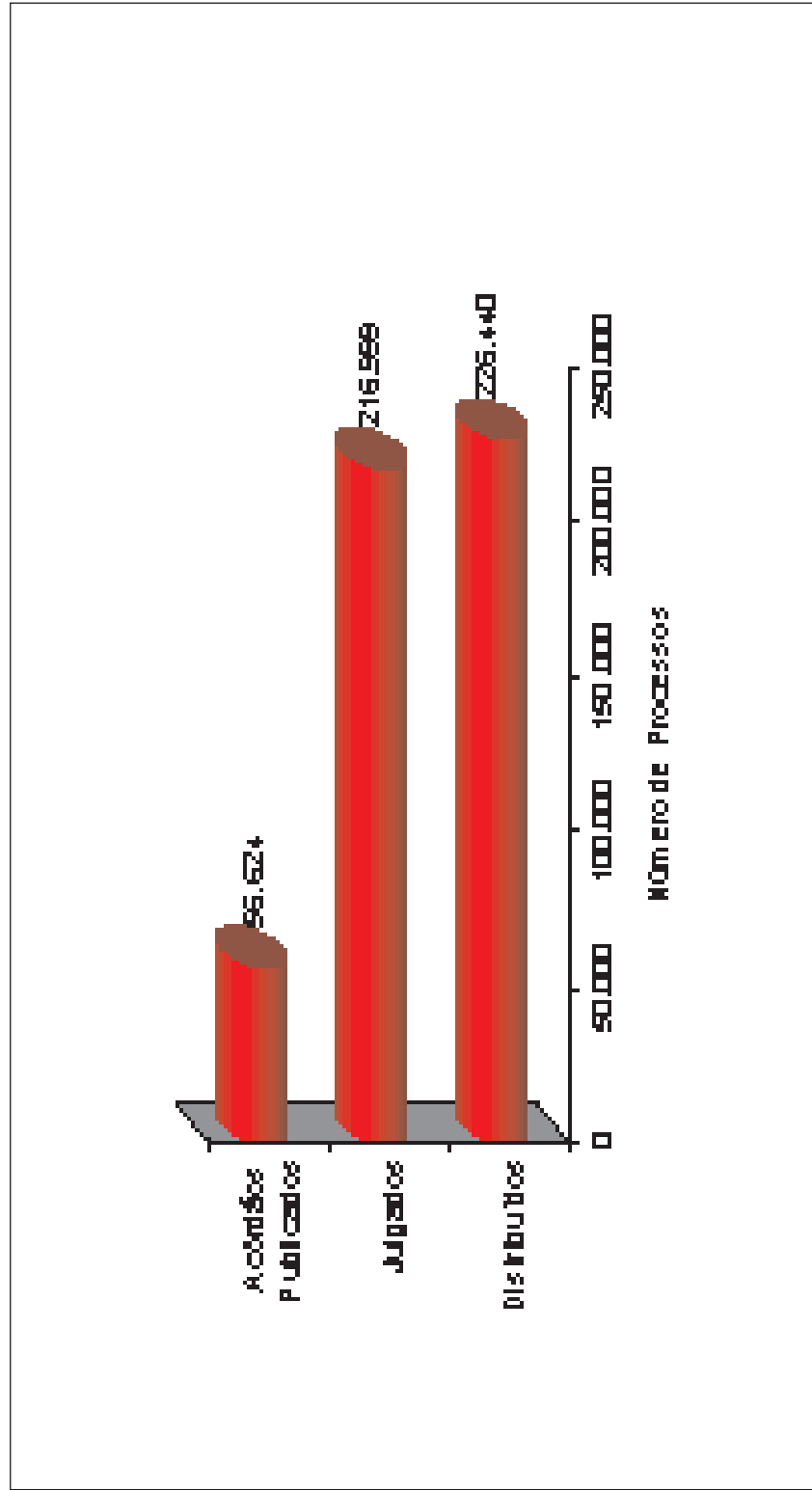
Fontes: Coordenadorias: Corte Especial, Seções e Turmas; Gabinetes de Ministros.
 Nota: No gráfico acima estão incluídos os 55.058 processos julgados em sessão e os 161.941 decididos monocraticamente, totalizando 216.999 feitos.

10 - Processos distribuídos, julgados e acórdãos publicados na Corte Especial, Seções e Turmas - 2003



Para mais informações consulte o Relatório de Atividades do STJ no site do Conselho Superior do Poder Judiciário Brasileiro. Para mais informações consulte o Relatório de Atividades do STJ no site do STJ.

II - Processos distribuídos, julgados e acórdãos publicados - 2003



Fontes: Subsecretaria de Autuação, Classificação e Distribuição de Feitos; Coordenadorias: Corte Especial, Seções e Turmas; Gabinetes de Ministros.

Nota: Nos processos julgados estão incluídos 17.853 agravos regimentais e 9.368 embargos de declaração, totalizando 27.221 feitos.

12 - Processos distribuídos e julgados no período de 7/4/1989 a 31/12/2003

Mês	2001		2002		2003		2004		2005		2006		2007		2008		2009	
	Julg	Distrib	Julg	Distrib	Julg	Distrib	Julg	Distrib	Julg	Distrib	Julg	Distrib	Julg	Distrib	Julg	Distrib	Julg	Distrib
Jan	11376	570	7590	788	9583	239	13474	18495	13836	16161	15038	18103	15745	21722	13834	18055	16146	15027
Fev	11278	13483	16850	18113	18400	13253	13979	20803	11931	15318	21925	21300	11290	15709	10239	15599	19996	21746
Mar	6784	478	10982	792	20900	4438	13787	17174	15725	17311	29745	29239	18724	17547	17837	17213	28147	25016
Abr	31060	28821	14529	21596	22046	26712	24535	29237	12370	19393	15627	26245	12446	14574	10228	11641	8987	15681
Maio	184478	198613	155959	171980	226440	216999												

Ano	2001		2002		2003		Total
	AgRg	Ebol	AgRg	Ebol	AgRg	Ebol	
1989	90	71					161
1990	507	406	913				1416
1991	1139	601	1740				3479
1992	1926	823	2755				5681
1993	2372	1438	3810				7618
1994	2378	1620	3998				8006
1995	3245	1749	4994				10244
1996	4263	2244	6507				13014
1997	7095	3895	10791				21586
1998	10591	6182	16773				33364
1999	7441	4677	12018				24436
2000	11741	6243	17984				35725
2001	13852	6297	19249				43101
2002	14852	7406	22258				47060
2003	17863	8988	27221				55151
Total	99445	50727	150172				300344

Recursos julgados de decisões proferidas no Superior Tribunal de Justiça
 Período: 7/4/1989 a 31/12/2003
 Embargos de declaração e agravos regimentais

Fontes: Subsecretaria de Autuação, Classificação e Distribuição de Feitos; Coordenadorias: Corte Especial, Seções e Turmas; Gabinetes de Ministros.

Notas: Total de distribuídos no período: 1.320.119.
 Total de julgados no período: 1.357.565.

No total de julgados estão incluídos os agravos regimentais e os embargos de declaração, em número de 150.172.

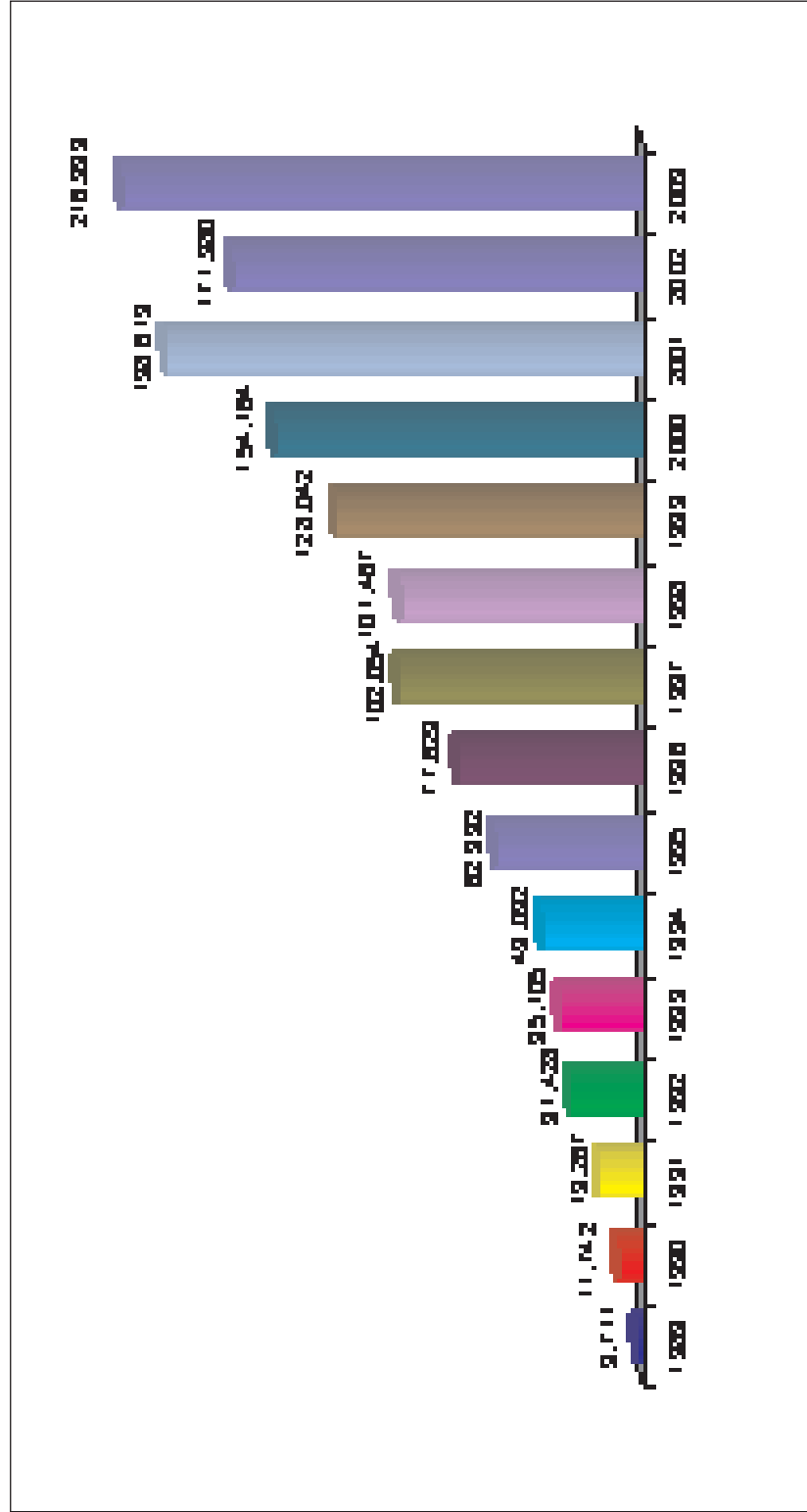
Sinais convencionais utilizados:

.. Não se aplica dado numérico.

... Dado numérico não disponível.

(1) Processos referentes ao período de abril a junho/89.

13 - Processos julgados no período de 7/4/1989 a 31/12/2003



Fontes: Subsecretaria de Autuação, Classificação e Distribuição de Feitos; Coordenadorias: Corte Especial, Seções e Turmas; Gabinetes de Ministros.
 Nota: Nos processos julgados estão incluídos os 99.445 agravos regimentais e os 50.727 embargos de declaração, totalizando 150.172 processos.

I4 - Processos distribuídos, julgados e pendentes de julgamento no período de 7/4/1989 a 31/12/2003

Processos Anos	Pendentes do(s) Ano(s) Anterior(es)	Distribuídos	Julgados (1)	Pendentes do Ano		Pendentes Acumulados	
				V. Releitu	(%)	V. Releitu	(%)
1989	..	6103	3650	2553	41,83	2553	41,83
1990	2553	14087	10829	3258	23,13	5811	28,78
1991	5811	23068	17927	5341	25,00	11652	26,75
1992	11652	33872	28873	5199	15,35	16851	21,76
1993	16851	33336	31295	2041	6,12	18892	17,06
1994	18892	39670	39034	-364	-0,94	18528	12,40
1995	18528	63576	57338	11238	16,39	29766	13,65
1996	29766	77032	71122	8910	7,67	38676	12,09
1997	38676	96376	91253	5113	5,31	40789	10,42
1998	40789	92107	89894	6413	6,96	47202	9,89
1999	47202	118977	116024	2953	2,48	50155	8,61
2000	50155	150736	136180	14558	9,65	64713	8,59
2001	64713	184478	179364	5114	2,77	69827	7,45
2002	69827	199889	149722	6237	4,00	76064	6,99
2003	76064	226440	189778	36662	16,19	112726	8,54
Total		1320119	1207393	112726		112726	8,54

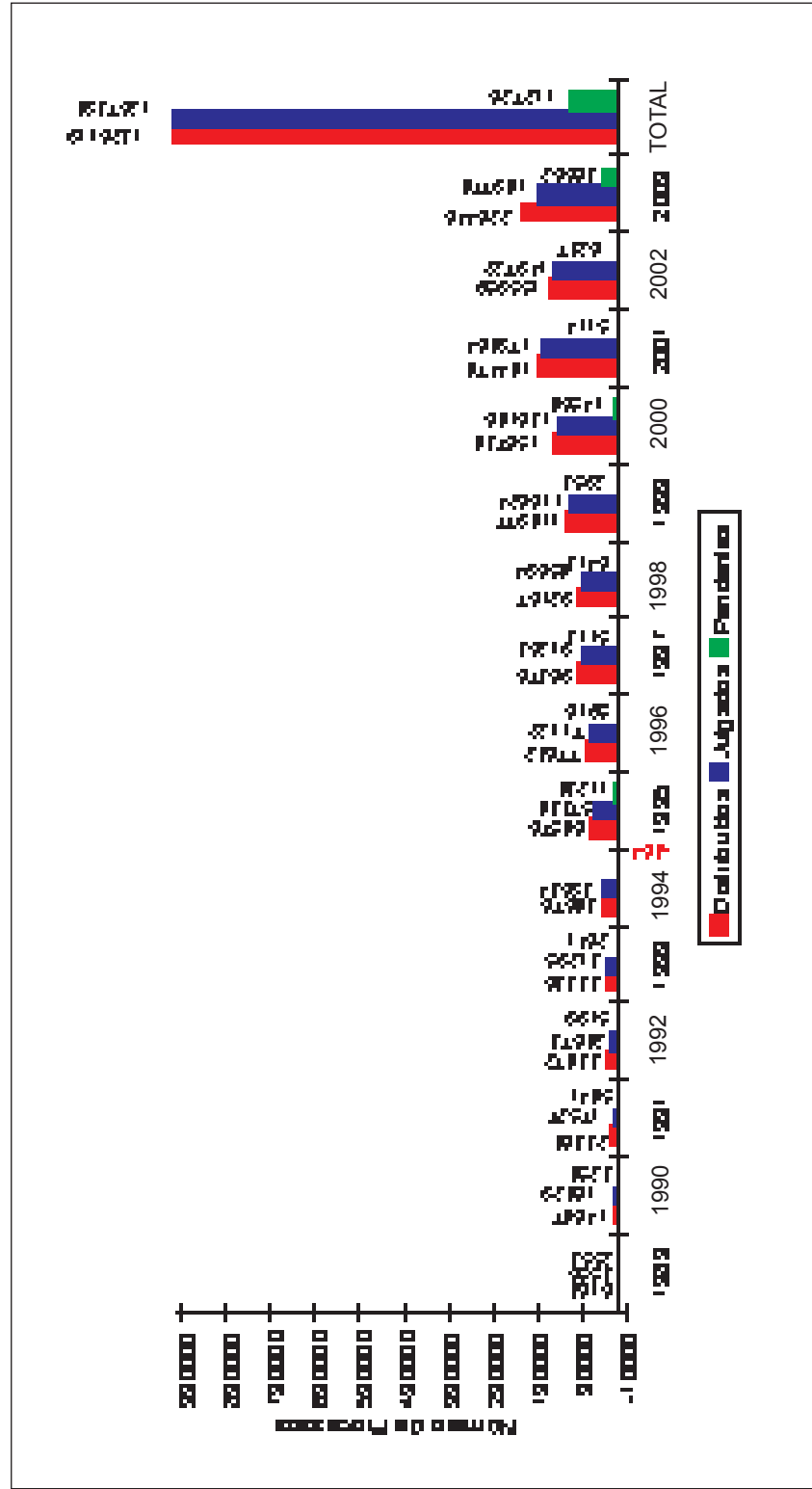
Fonte: Sistema de Inquérito, Consulta, Juízo, Distribuição, Memória (de e para), Correio Judicial, Correio Especial, SigaSis e Tarefas Distribuídas e Híbridos.
 Nota: Situações em colchetes.

- Info-esp-juiz-estatisticas

O presente relatório, em 1999, é o primeiro de processos distribuídos nos Juízos de Direito e de Justiça de Primeira Instância.

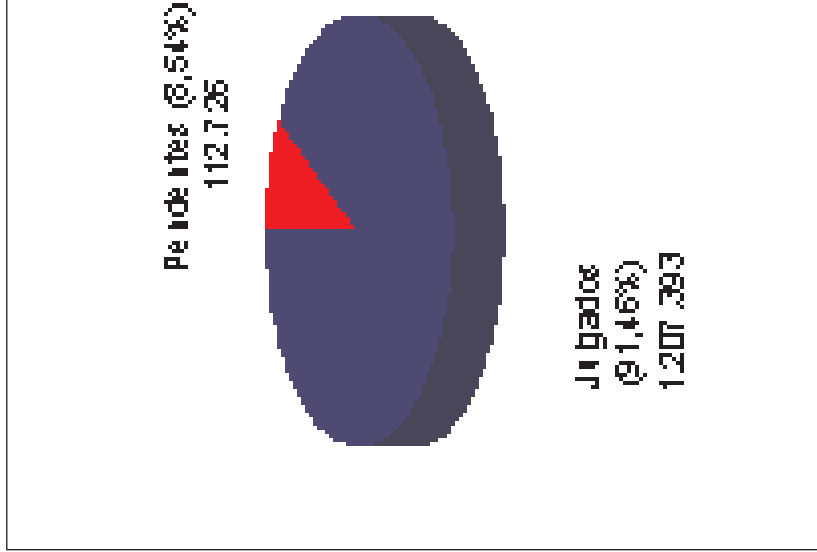
(1) Informações de 2003 - após a implementação do SigaSis em 2002, o número de decisões distribuídas em 2003 foi de 1.127.226 processos julgados.

15 - Processos distribuídos, julgados e pendentes no período de 7/4/1989 a 31/12/2003

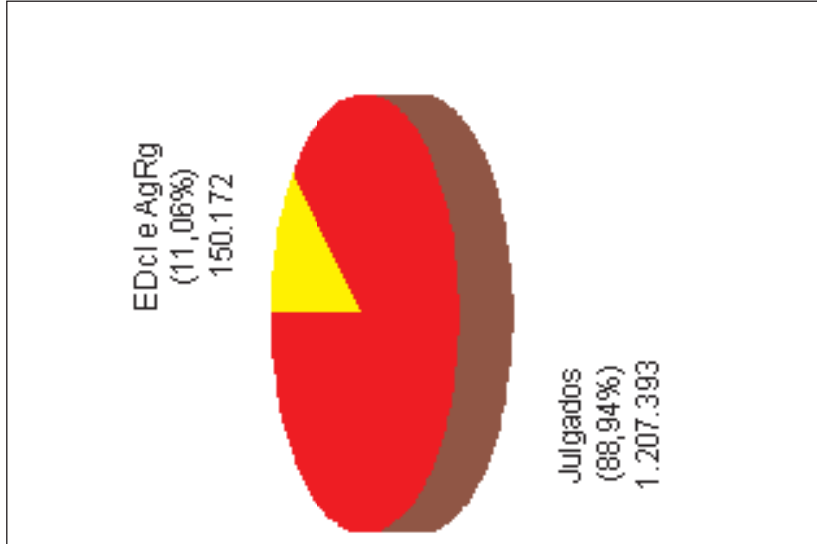


Fonte: Subsecretaria de Estatística, Coordenação de Distribuição de Feitos; Coordenadorias: Corte Especial, Seções e Turmas; Diretoria de Habilitação. Nota: Nos processos julgados são incluídos os agraves regimentais e os embargos de declaração, em número de 156.172 feitos. O número regular, em 1989, é o número de processos distribuídos no primeiro julgamento no curso do ano.

16 - Processos julgados e pendentes de julgamento
 Período: 7/4/1989 a 31/12/2003



17 - Agravos regimentais e embargos de declaração julgados
 Período: 7/4/1989 a 31/12/2003



Fonte: Sistema Informatizado do STJ, Consulta de Processos e Dados do STJ e Relat. Coor. de Justiça e Cont. Exped. (SisCoEx) - Tribunal Superior do Trabalho

18 - Processos com vista ao Ministério Público em 31/12/2003

Feitos	Total
Ag	607
AP n	9
AR	48
CC	297
EAG	3
EAR	1
EREsp	35
ExVerd	2
HC	1125
IF	2
Ing	23
MC	39
MS	65
NC	24
Pet	25
Rd	37
REsp	1698
RHC	487
RMS	720
RO	4
Rp	8
RwCr	3
SS	1
Total	5263

Fonte: Secretaria de Informática.

19 - Processos recebidos, atuados e respectiva procedência - 2003.

Processos recebidos: 2.13.968

(continua...)

Superior Tribunal de Justiça	2387	Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região (PB)	14	Jus Liga Federal de 1ª Instância no Rio Grande do Norte	1
Tribunal Regional Federal da 1ª Região	15153	Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região (RO)	3	Jus Liga Federal de 1ª Instância em Alagoas	14
Tribunal Regional Federal da 2ª Região	13976	Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região (SE)	12	Jus Liga Beltoral em Minas Gerais	2
Tribunal Regional Federal da 3ª Região	12562	Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região (MA)	1	Jus Liga Beltoral no Mato Grosso do Sul	2
Tribunal Regional Federal da 4ª Região	38022	Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região (ES)	1	Jus Liga Beltoral no Espírito Santo	1
Tribunal Regional Federal da 5ª Região	44274	Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região (GO)	6	Jus Liga Beltoral no Amapá	1
Tribunal Regional Beltoral do Espírito Santo		Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região (AL)	3	Jus Liga Beltoral em Santa Catarina	1
Tribunal Regional Beltoral da Paraíba		Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região (SE)	1	Jus Liga Beltoral no Rio de Janeiro	1
Tribunal Regional Beltoral de Santa Catarina		Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região (RN)	1	Jus Liga Beltoral em São Paulo	2
Tribunal Regional Beltoral do Rio Grande do Sul		Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região (PI)	1	Jus Liga Beltoral no Distrito Federal	1
Tribunal Regional Beltoral de Alagoas		Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região (MT)	1	Jus Liga Beltoral na Bahia	2
Tribunal Regional Beltoral de Sergipe		Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região (MS)	2	Jus Liga Beltoral em Alagoas	1
Tribunal Regional Beltoral de Goiás		Jus Liga Federal de 1ª Instância no Distrito Federal	27	Jus Liga Beltoral na Paraíba	1
Tribunal Regional Beltoral no Piauí		Jus Liga Federal de 1ª Instância em Rondônia	2	Jus Liga Militar no Rio de Janeiro	3
Tribunal Regional Beltoral do Mato Grosso		Jus Liga Federal de 1ª Instância no Rio Grande do Sul	250	Jus Liga Militar em Minas Gerais	2
Tribunal Regional Beltoral de Minas Gerais		Jus Liga Federal de 1ª Instância em Roraima	4	Jus Liga Militar em Pernambuco	1
Tribunal Regional Beltoral de Pernambuco		Jus Liga Federal de 1ª Instância no Rio de Janeiro	56	Jus Liga Militar no Mato Grosso do Sul	1
Tribunal Regional Beltoral de São Paulo		Jus Liga Federal de 1ª Instância em Minas Gerais	74	Jus Liga Militar em Santa Catarina	1
Tribunal Regional Beltoral do Ceará		Jus Liga Federal de 1ª Instância no Mato Grosso	5	Jus Liga Militar no Rio Grande do Sul	16
Tribunal Regional Beltoral do Maranhão		Jus Liga Federal de 1ª Instância em São Paulo	241	Jus Liga Militar em São Paulo	8
Tribunal Regional Beltoral do Paraná		Jus Liga Federal de 1ª Instância em Pernambuco	18	Jus Liga Militar na Bahia	1
Tribunal Regional Beltoral do Rio Grande do Norte		Jus Liga Federal de 1ª Instância em Paraíba	17	Jus Ligado Trabalhista de 1ª Instância no Rio Grande do Norte	3
Tribunal Regional Beltoral do Rio Grande do Sul		Jus Liga Federal de 1ª Instância na Bahia	75	Jus Ligado Trabalhista de 1ª Instância no Mato Grosso do Sul	17
Tribunal Regional Beltoral do Rio de Janeiro		Jus Liga Federal de 1ª Instância em Santa Catarina	82	Jus Ligado Trabalhista de 1ª Instância em São Paulo	411
Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região (RJ)		Jus Liga Federal de 1ª Instância no Mato Grosso do Sul	10	Jus Ligado Trabalhista de 1ª Instância no RJ	5
Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região (SP)		Jus Liga Federal de 1ª Instância no Maranhão	14	Jus Ligado Trabalhista de 1ª Instância no Rio Grande do Sul	34
Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região (MG)		Jus Liga Federal de 1ª Instância no Ceará	7	Jus Ligado Trabalhista de 1ª Instância no Distrito Federal	5
Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região (RS)		Jus Liga Federal de 1ª Instância no Pará	21	Jus Ligado Trabalhista de 1ª Instância em Rondônia	11
Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região (BA)		Jus Liga Federal de 1ª Instância no Acre	1	Jus Ligado Trabalhista de 1ª Instância no Rio de Janeiro	118
Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região (PE)		Jus Liga Federal de 1ª Instância no Paraná	42	Jus Ligado Trabalhista de 1ª Instância no Paraná	20
Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região (CE)		Jus Liga Federal de 1ª Instância em Goiás	18	Jus Ligado Trabalhista de 1ª Instância em Sergipe	5
Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região (PA)		Jus Liga Federal de 1ª Instância no Pará	3	Jus Ligado Trabalhista de 1ª Instância no Pará	26
Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região (PR)		Jus Liga Federal de 1ª Instância no Sergipe	1	Jus Ligado Trabalhista de 1ª Instância no Espírito Santo	2
Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região (DF)		Jus Liga Federal de 1ª Instância em Alagoas	5	Jus Ligado Trabalhista de 1ª Instância em Alagoas	2
Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região (AM)		Jus Liga Federal de 1ª Instância no Tocantins	4	Jus Ligado Trabalhista de 1ª Instância em Goiás	40
Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região (AC)		Jus Liga Federal de 1ª Instância no Amazonas	7	Jus Ligado Trabalhista de 1ª Instância no Ceará	9

Fonte: Subsecretaria de Atuacão, Classificação e Distribuição de Feitos.

Juiz de Trabalho de 1ª Instância em Santa Catarina	171	Tribunal de Justiça de Rondônia	496	Juiz de Pequenas Causas do Rio Grande do Sul	6
Juiz de Trabalho de 1ª Instância da Bahia	27	Tribunal de Justiça de Roraima	56	Juiz de 1ª Instância da Bahia	17
Juiz de Trabalho de 1ª Instância em Minas Gerais	81	Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro	1208	Juiz de 1ª Instância do Mato Grosso do Sul	25
Juiz de Trabalho de 1ª Instância do Tocantins	2	Tribunal de Alçada de Minas Gerais	4530	Juiz de Pequenas Causas do Mato Grosso do Sul	1
Juiz de Trabalho de 1ª Instância da Paraíba	14	Tribunal de Alçada do Paraná	1972	Juiz de 1ª Instância de Sergipe	2
Juiz de Trabalho de 1ª Instância do Amapá	1	Tribunal de Justiça Militar em Minas Gerais	6	Juiz de 1ª Instância em Roraima	1
Juiz de Trabalho de 1ª Instância em Pernambuco	3	Tribunal de Justiça Militar em São Paulo	173	Juiz de 1ª Instância do Maranhão	7
Juiz de Trabalho de 1ª Instância do Mato Grosso	1	Primeiro Tribunal de Alçada Civil de São Paulo	4089	Juiz de 1ª Instância da Paraíba	23
Tribunal de Justiça do Tocantins	97	Segundo Tribunal de Alçada Civil de São Paulo	7058	Juiz de 1ª Instância do Pará	34
Tribunal de Justiça da Bahia	886	Tribunal de Alçada Criminal do Rio de Janeiro	72	Juiz de Pequenas Causas do Pará	1
Tribunal de Justiça da Paraíba	702	Tribunal de Alçada Criminal de São Paulo	2196	Juiz de 1ª Instância de Pernambuco	15
Tribunal de Justiça de Goiás	1653	Juiz de 1ª Instância do Rio de Janeiro	182	Juiz de Pequenas Causas de Pernambuco	1
Tribunal de Justiça de Minas Gerais	4144	Juiz de Pequenas Causas do Rio de Janeiro	3	Juiz de 1ª Instância do Tocantins	3
Tribunal de Justiça de Pernambuco	905	Juiz de 1ª Instância de Goiás	39	Juiz de 1ª Instância do Amazonas	5
Tribunal de Justiça de Santa Catarina	1989	Juiz de Pequenas Causas de Goiás	3	Juiz de 1ª Instância do Distrito Federal	20
Tribunal de Justiça de São Paulo	10411	Juiz de 1ª Instância do Ceará	13	Juiz de 1ª Instância do Mato Grosso	12
Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte	294	Juiz de Pequenas Causas do Ceará	1	Juiz de 1ª Instância do Piauí	10
Tribunal de Justiça de Sergipe	546	Juiz de 1ª Instância do Paraná	52	Juiz de Pequenas Causas do Piauí	1
Tribunal de Justiça de Alagoas	205	Juiz de Pequenas Causas do Paraíba	5	Outros	637
Tribunal de Justiça do Acre	167	Juiz de 1ª Instância do Espírito Santo	12		
Tribunal de Justiça do Amazonas	107	Juiz de 1ª Instância de Rondônia	7		
Tribunal de Justiça do Ceará	503	Juiz de Pequenas Causas de Roraima	1		
Tribunal de Justiça do Distrito Federal	2847	Juiz de 1ª Instância do Acre	8		
Tribunal de Justiça do Paraná	1741	Juiz de 1ª Instância do Rio Grande do Norte	12		
Tribunal de Justiça do Mato Grosso do Sul	1147	Juiz de 1ª Instância de Santa Catarina	55		
Tribunal de Justiça do Espírito Santo	944	Juiz de Pequenas Causas de Santa Catarina	1		
Tribunal de Justiça do Amapá	63	Juiz de 1ª Instância de Alagoas	5		
Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul	4299	Juiz de 1ª Instância de Minas Gerais	76		
Tribunal de Justiça do Piauí	258	Juiz de Pequenas Causas de Minas Gerais	21		
Tribunal de Justiça do Maranhão	452	Juiz de 1ª Instância de São Paulo	502		
Tribunal de Justiça do Mato Grosso	883	Juiz de Pequenas Causas de São Paulo	22		
Tribunal de Justiça do Pará	488	Juiz de 1ª Instância do Rio Grande do Sul	205	Total	238.309

Fonte: Subsecretaria de Autuação, Classificação e Distribuição de Feitos.

Anexo II - Agenda da Presidência

AUDIÊNCIAS CONCEDIDAS PELO PRESIDENTE

- Deputado Nelson Pelegrini, líder do PT na Câmara dos Deputados (8/1);
- Coronel Peixoto, Comando do Exército (8/1);
- Dr. Ruy Barros, Advogado (8/1);
- Deputado Michel Temer, PMDB/SP (8/1);
- Jornalista Luiz Orlando Carneiro, dos Diários Associados (9/1);
- Deputado Sigmaringa Seixas, PT/DF (9/1);
- Jornalista Gilberto Amaral, do Jornal de Brasília (9/1);
- Dr. José Emmanuel Burle Filho, Advogado (9/1);
- Jornalista Wanderval Calaça, da TV Record (9/1);
- Deputado Gonzaga Patriota, PSB/PE (14/1);
- Dra. Patrícia Audi, Coordenadora do Projeto contra o Trabalho Escravo da OIT (14/1);
- Dr. Plauto Afonso da Silva Ribeiro, do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (14/1);
- Dr. Eduardo Marini e Presidente e Diretor da Universidade de Lavras (15/1);
- Dr. Paulo Chamon, Advogado (15/1);
- Deputado Aloísio Mercadante, PT/SP (15/1);
- Dr. Walfredo Frederico de Siqueira Cabral Dias, Procurador-Geral da República em exercício (16/1);
- Desembargador José Napoleão Tavares de Oliveira, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco (16/1);
- Ministro Marcelo Pimentel, aposentado do Tribunal Superior do Trabalho (17/1);
- Dr. Plauto Afonso da Silva Ribeiro, do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (29/1);
- General Francisco Roberto de Albuquerque, Comandante do Exército (29/1);
- Ministro Márcio Thomaz Bastos, da Justiça (4/2);
- Deputado João Alfredo, PT/CE (4/2);
- Ministro Álvaro Augusto Ribeiro da Costa, Advogado-Geral da União, e Dr. Moacir Antônio Machado da Silva, Procurador-Geral da União (4/2);
- Desembargador José Aquino Flores de Camargo, Presidente da Associação dos Juízes do Estado do Rio Grande do Sul – Ajufe (5/2);
- Dr. Newton de Lucca, do Tribunal Regional Federal da 3ª Região (7/2);
- Dr. Ruy Barros, Advogado (7/2);
- Drs. João Afonso de Assis e Leonardo Viveiros, Advogados (7/2);
- Dr. Teori Zavascki, Presidente do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (7/2);
- Dr. Ruy Barros, Advogado (12/2);
- Dra. Nilza Bistene (12/2);
- Dr. Nélcio Machado, Advogado (13/2);
- Juiz Jorge Antonio Maurique, da Ajufe (13/2);
- Dr. Ricardo Oliveira, Procurador-Geral do Estado do Amapá (13/2);
- Dr. Carlos Mathias, Vice-Presidente do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (13/2);
- Dr. Aristides Junqueira, Advogado (13/2);

- Ministros Vantuil Abdala e José Luciano Castilho Pereira, do Tribunal Superior do Trabalho (13/2);
- Dra. Suzana Camargo, do Tribunal Regional Federal da 3ª Região (17/2);
- Componentes do Colégio Permanente de Presidentes de Tribunais de Justiça do Brasil (17/2);
- Sr. Joaquim Roriz, Governador do Distrito Federal (18/2);
- Dr. Avelino Amaral, Advogado (18/2);
- Dr. Roberto Lemos, Vice-Presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros (18/2);
- Deputado Eduardo Gomes, PSDB/TO (18/2);
- Juiz Paulo Sérgio Domingues, Presidente da Ajufe (19/2);
- Juiz Federal João Carlos da Rocha Mattos, da 4ª Vara Criminal de São Paulo (20/2);
- Dr. João Quevedo Ferreira Lopes, Advogado (20/2);
- Dr. Arnaldo Esteves Lima, Presidente do Tribunal Regional Federal da 2ª Região (20/2);
- Dr. Wander Pinto, Advogado (21/2);
- Juiz Plauto Ribeiro, do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (24/2);
- Dr. Alfredo Campos, Advogado (24/2);
- Presidente e Diretores da Associação dos Servidores do Superior Tribunal de Justiça, ASSTJ (24/2);
- Jornalista Fábio, do Paineis da Folha de S. Paulo (25/2);
- Dra. Suzana Camargo, do Tribunal Regional Federal da 3ª Região (25/2);
- Dr. Salvador Franklin de Miranda, Advogado, acompanhado do Deputado José Militão e do Advogado José la Penha (25/2);
- Juízes Federais recentemente empossados na 1ª Região (26/2);
- Ministro Francisco Fausto Paula de Medeiros, Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, acompanhado do Ministro Vantuil Abdala, Vice-Presidente, bem como dos Ministros José Luciano e João Orestes Dalazen (12/3);
- Dr. Plauto Ribeiro, do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (12/3);
- Dr. Márcio Moraes, Presidente do Tribunal Regional Federal da 3ª Região (13/3);
- Cel. Carlos Roberto de Sousa Peixoto, da 2ª Assessoria do Comando do Exército (17/3);
- Dr. Celso Dias, Presidente do Parlamento Mundial de ONGs (17/3);
- Dr. Newton de Lucca, do Tribunal Regional Federal da 3ª Região (18/3);
- Delegação de juízes da Guatemala (18/3);
- Dr. Castro Meira, do Tribunal Regional Federal da 5ª Região (20/3);
- Dr. Paulo Menicucci, Diretor Comercial da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (20/3);
- Dr. Roberto Wagner, Advogado (20/3);
- Drs. Denis Lopes Franco, Alexandre Dias Mesquita e Severino Dias de Abreu, representantes da Federação Nacional das Associações de Oficiais de Justiça Avaliadores Federais – Fenassoja e Associação dos Oficiais de Justiça Federais do Distrito Federal – Assojaf/DF (20/3);
- Dr. Rogério Antônio de Freitas Noronha, Procurador-Geral do Departamento Nacional de Infra-estrutura de Transportes (21/3);
- Dra. Suzana Camargo, do Tribunal Regional Federal da 3ª Região (25/3);

- Drs. Osmar Brina e Gustavo César de Souza Mourão, Advogados (25/3);
- Dr. Avelino Amaral, Advogado (25/3);
- Dr. Newton de Lucca e comissão de juízes do Tribunal Regional Federal da 3ª Região (26/3);
- Dr. Márcio Moraes, Presidente do Tribunal Regional Federal da 3ª Região (27/3);
- Dr. Nabor Bulhões, Advogado (28/3);
- Desembargador Marco Anthony Steveson Villas Boas, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins (1º/4);
- Dr. Paulo Sérgio Domingues, Presidente da Ajufe (4/4);
- Dr. Patrích Frydman, Secretário-Geral do Conselho de Estado da França, acompanhado do Dr. Guillaume Ernst, Adido de Cooperação (8/4);
- Núcleo Agrário da Bancada do PT no Congresso Nacional (8/4);
- Deputado Tarcísio Zimmermann, PT/RS (9/4);
- Ministro Nelson Jobim, do Supremo Tribunal Federal (9/4);
- Dra. Anna Maria Pimentel, do Tribunal Regional Federal da 3ª Região (10/4);
- Dr. Adalberto Nóbrega, Subprocurador-Geral da República (11/4);
- Dra. Maria Helena Galante, do Tribunal Regional Federal da 3ª Região (14/4);
- Dr. Afrânio Nabuco, Advogado (14/4);
- Dr. Paulo Sérgio Domingues, Presidente da Ajufe (14/4);
- Drs. Rosanila Maria Feitosa Pantoja, Subprocuradora-Geral da Câmara Municipal de Manaus, e Sílvio Caíres, Procurador da Câmara (14/4);
- Deputado Eliseu Padilha, PMDB/RS, acompanhado do Sr. Oscar Birlem, Prefeito de Capão da Canoa (29/4);
- Deputado Chico Vigilante, da Câmara Legislativa do Distrito Federal (30/4);
- Dr. Ruy Barros, Advogado (30/4);
- Deputado Federal Wanderley Alves de Oliveira, PV/RJ (6/5);
- Deputados Federais Cleuber Carneiro, PFL/MG, Romeu Queiroz, PTB/MG, e José Militão, PTB/MG (8/5);
- Comissão executiva do Colégio Permanente de Presidentes de Tribunais de Justiça, presidida pelo Desembargador José Fernandes Filho (8/5);
- Dr. Nicolau Dino, Procurador da República e Presidente eleito da Associação Nacional dos Procuradores da República (8/5);
- Dr. Castro Meira, do Tribunal Regional Federal da 5ª Região (8/5);
- Dr. Esdras Dantas, Diretor da OAB nacional (12/5);
- Delegação do Memorial Robert Francis Kennedy, RFK (14/5);
- Dr. Saulo de Castro Bezerra, Procurador-Geral de Justiça Substituto do Estado de Goiás e Presidente da Associação Brasileira de Magistrados e Promotores de Justiça da Infância e da Juventude, e Dra. Lítia Teresa Costa Cavalcante, Promotora de Justiça e Coordenadora da ABMF no Estado do Maranhão (20/5);
- Drs. João Lopes Guimarães, Advogado, Marfan Martins Vieira, Presidente da Confederação Nacional do Ministério Público, José Cosenzo, Presidente da Associação Paulista do Ministério Público, e Desembargador Cláudio Baldino Maciel, Presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros (20/5);
- Sr. Marcelo de Carvalho Miranda, Governador do Estado do Tocantins, acompanhado do Sr. Britto Miranda, Secretário de Estado, e Dr. Hélio Miranda, Advogado (23/5);
- Dr. Eduardo Silveira Melo Rodrigues, Advogado (23/5);

- Dra. Marisa Abreu, Advogada (16/5);
- Cacique Kurubo Amazonas, acompanhado de representantes indígenas (28/5);
- Drs. Valdir Vitor, Prefeito de Belford Roxo, e Adelson de Miranda, Procurador-Geral do Município (28/5);
- Ministro Márcio Thomaz Bastos, da Justiça, acompanhado do Dr. Sérgio Rabello Tamm Renault, Secretário da Reforma do Judiciário (2/6);
- Desembargadora Marilza Maynard Salgado de Carvalho, do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe (2/6);
- Drs. Ari Ferreira de Queiroz, Eliane Piza de Queiroz e Luanda Stanislaw, Coordenadora do curso de pós-graduação do Instituto de Ensino e Pesquisa Científica, de Goiânia/GO (2/6);
- Drs. José Augusto Silvestre Ferreira da Costa, Gerente do PAB/CEF no STJ, e Hermínio Basso, Superintendente de Negócios do Escritório Congresso (3/6);
- Deputado Paulo Bernardo, PT/PR (3/6);
- Dr. Luiz Antônio Guimarães Marrey, Procurador-Geral de Justiça do Estado de São Paulo (3/6);
- Promotor e Deputado Federal Afonso Gil, PC do B/PI, acompanhado dos Drs. William Carvalho e Silva, Coordenador-Geral do Sindicato dos Servidores do Judiciário do Piauí, Alexandre José Sá Oliveira, Presidente da Associação dos Oficiais de Justiça do Piauí, Marinalva de Santana Maia e Maércio José Sá Oliveira, membros da base sindical (3/6);
- Dr. Caio Augusto Miranda Ramos, Advogado (5/6);
- Dra. Teresa Cruvinel, do Jornal O Globo (6/6);
- Drs. Mário Mamede, Secretário Adjunto da Secretaria Especial de Direitos Humanos, Perly Cipriano e Mônica Carolina Ventocilla, Assessores (6/6);
- Embaixador João Augusto de Médicis, Secretário-Executivo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – CPLP (11/6);
- Drs. Manoel Felipe Rêgo Brandão, Procurador-Geral da Fazenda Nacional, e Francisco Tadeu Barbosa de Alencar, Procurador Adjunto (13/6);
- Desembargador Marco Villas Boas, Presidente do Tribunal de Justiça do Tocantins (17/6);
- Dr. Júlio César Ferreira Pereira, Procurador-Geral do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT (17/6);
- Deputado João Paulo Cunha, Presidente da Câmara dos Deputados (18/6);
- Prefeito José Humberto da Silva e vereadores de Patos de Minas/MG (24/6);
- Dra. Viviane Atalah, Juíza Titular da Vara Única de Rialma/GO (23/6);
- Dra. Leda Janot, Advogada (24/6);
- Dr. Ubaldino Dantas Machado, acompanhado do Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, PSDB/SP (25/6);
- Juiz Renato Sartorelli, Presidente do Tribunal de Alçada Cível do Estado de São Paulo (25/6);
- Drs. Antônio Bedran, Procurador-Geral da Anatel, e Luís Alberto, Conselheiro da Anatel (25/6);
- Deputado Paulo Sérgio Paranhos de Magalhães, PFL/BA (25/6);
- Desembargador Antonio Carlos Viana, do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, e Juíza Sônia Amaral, do Estado do Maranhão (25/6);
- Dr. Osmann de Oliveira, Advogado (30/6);

- Drs. Antônio Carlos Ferreira, Diretor Jurídico da Caixa Econômica Federal – CEF, Jailton Zanon da Silveira, Gerente Nacional do Contencioso da CEF, e Flávio Queiroz Rodrigues, Advogado (30/6);
- Drs. Artur Araújo e José Eduardo Guerra Jardim, Coordenadores da Procuradoria-Geral do Município de São Paulo (2/7);
- Drs. Luiz Ribeiro de Andrade, Subprocurador do Banco Central, e César Cardoso, Procurador do BC (2/7);
- Drs. Alexandre Garcia e Amir Sarti, Advogados (2/7);
- Dr. Paulo Sérgio Domingues, Presidente da Ajufe (2/7);
- Dra. Edycea de Paula, Advogada (3/7);
- Dr. Ronaldo Camilo, Advogado (3/7);
- Drs. Luís Antônio Nabhan Garcia, Presidente da União Democrática Ruralista, e Fernando Antônio Neves Baptista, do Departamento Jurídico da UDR (3/7);
- Dr. Ronaldo labrud, Presidente da Telemar Norte-Leste (4/7);
- Deputado Mário Frota, da Assembléia Legislativa do Estado do Amazonas (4/7);
- Dr. Carlos Alberto Serpa, Presidente da Fundação Cesgranrio (4/7);
- Dr. Luiz Neto, Chefe da Procuradoria Judicial do Município de Belém/PA (4/7);
- Dr. Mário Garnerio, Advogado (4/7);
- Dra. Cleide Queiroz e Farias, Advogada (7/7);
- Ministro Cid Scartezzini e Dr. Fernando Xavier, Presidente da Telefônica (7/7);
- Dra. Delza Curvelo Rocha, Subprocuradora-Geral da República (8/7);
- Sr. Roberto Policarpo, do Sindjus (8/7);
- Dr. Fernando Pimentel, Prefeito de Belo Horizonte/MG (8/7);
- Dr. Júlio César Ferreira Pereira, Procurador-Geral do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transporte – DNIT (9/7);
- Dr. Antônio Carlos Gonçalves, Advogado (9/7);
- Dr. Júlio Rebelo Horta, Procurador-Geral do Município do Rio de Janeiro (9/7);
- Dr. Antônio Carlos Gonçalves, Advogado (10/7);
- Deputado Luiz Antônio Fleury Filho, PTB/SP (10/7);
- Deputada Maria Helena, PMDB/RR (10/7);
- Dr. Aluísio Lundgren Corrêa Régis, Procurador do Estado de Alagoas (11/7);
- Dr. Gustavo Torreão, Advogado (14/7);
- Drs. Carlos Roberto dos Santos Okamoto, Gislaine Aparecida dos Santos e Judith Martins da Silva e a universitária Vanélli Cristina Hernandes Garcia (14/7);
- Dr. Reinaldo Rabelo de Moraes Filho, Advogado (14/7);
- Dra. Fátima Fernandes, Advogada (15/7);
- Desembargador João de Deus Barros Bringel, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará (16/7);
- Dr. José Antônio Nascimento Brito, Diretor-Presidente do Jornal do Brasil (16/7);
- Dr. Antônio Curi, Advogado (16/7);
- Deputados Eduardo Sciarra, PFL/PR, Luiz Carlos Hauly, PSDB/PR, e Gustavo Fruet, PMDB/PR (16/7);
- Dr. Flávio Cascaes de Barros Barreto, Advogado (16/7);
- Dr. José Túlio Barbosa, Procurador do Estado do Rio Grande do Sul (16/7);
- Dr. Paulo Tonet, Diretor da Rede Brasil Sul de Comunicação – RBS (17/7);

- Dr. Joaquim Jair Ximenes, Advogado (17/7);
- Dra. Maria Angélica David Kreile, Advogada (17/7);
- Dr. Pedro Paulo Castelo Branco, Advogado (17/7);
- Drs. Carlos Suplicy de Figueiredo Forbes e Ana Flávia Lopes Braga, Advogados (17/7);
- Dr. Celso Renato D'Ávila, Advogado (17/7);
- Deputado José Francisco Paes Landim, PFL/PI (17/7);
- Representante do Ministério Público de Santa Catarina (21/7);
- Dr. Bernardo Fusco Pessoa, Advogado (21/7);
- Dr. Emerson Luiz Laurente, Advogado (21/7);
- Drs. Alberto Gonçalves e Elidia Penha Gonçalves, Advogados (21/7);
- Dr. Francisco Teixeira da Silva Teles, Advogado, acompanhado do Vereador Eliomar de Souza Coelho e da Advogada Sônia Rabello de Castro (21/7);
- Dr. Benjamin Gallotti Beserra, Advogado (22/7);
- Dr. Marcelo Duarte Martins, Advogado (22/7);
- Deputado Luiz Eduardo Greenhalgh, PT/SP (22/7);
- Drs. Carlos Souto e André Serrão, Advogados (22/7);
- Ministro Luiz Carlos Lopes Madeira, do Tribunal Superior Eleitoral (22/7);
- Senador Renan Calheiros, Líder do PMDB (22/7);
- Drs. Cássio Casseb Lima, Presidente do Banco Central do Brasil, Ricardo Alves da Conceição, Vice-Presidente, Miguel Viana Peixoto, Diretor Jurídico (30/7);
- Conselheiro Agenor Resende, do Tribunal de Contas de Minas Gerais (31/7);
- Drs. Meire Monteiro, Vice-Presidente da Associação Nacional dos Procuradores da Previdência Social, Vera Samet e Antônio Rodrigues, Procuradores (31/7);
- Comando Nacional Unificado de Greve dos Servidores Federais – CNUG (31/7);
- Dra. Leda Janot, Advogada (5/8);
- Desembargadora Márcia Milanez Carneiro, do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (13/8);
- Dr. Miguel Ângelo Barros da Silva, Advogado (13/8);
- Dra. Cristina Aires Corrêa Lima, Procuradora do Estado do Rio de Janeiro em Brasília (13/8);
- Sr. Joaquim Roriz, Governador do Distrito Federal, acompanhado do Dr. Miguel Farage, Procurador do Distrito Federal (13/8);
- Desembargador Roberto Antônio Vallim Bellocchi, do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (14/8);
- Desembargador Carlos Cintra, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia (14/8);
- Dr. Roberto Wagner Monteiro, da Rede Record (14/8);
- Drs. Murat Valadares, Juiz aposentado do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, e Ruy Barros, Advogado (14/8);
- Dr. José Emmanuel Burle Filho, Advogado (15/8);
- Dr. Libânio Alves Rodrigues, da Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público e Social (18/8);
- Drs. Manoel Felipe Rego Brandão e Francisco Tadeu Barbosa de Alencar, Procurador-Geral e Procurador-Geral Adjunto da Fazenda Nacional (18/8);

- Desembargador Hélio Quaglia, do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (19/8);
- Desembargador Rêmolio Letteriello, do Tribunal de Justiça do Estado do Mato Grosso do Sul (19/8);
- Drs. César Cardoso, Procurador do Banco Central, e Túlio Freitas do Egito Coelho, Advogado (19/8);
- Dr. Miguel Farage, Procurador-Geral do Distrito Federal (19/8);
- Dra. Solange Salgado, Presidente da Associação dos Juizes Federais da 1ª Região (22/8);
- Juiz Massimo Vari, Vice-Presidente emérito da Corte Constitucional da Itália (28/8);
- Drs. André Serrão e Carlos Souto, Advogados (28/8);
- Dr. Carlos Catebe, Advogado (28/8);
- Dra. Margarida Cantarelli, Presidente do Tribunal Regional Federal da 5ª Região (2/9);
- Drs. Eduardo Isaías Gurevich, Maria Beatriz Penetta, Ana Cândida Cristofolletti e Maria Emília Evangelista, Advogados (2/9);
- Desembargador Henrique Lewandowisk, do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (2/9);
- Sr. Fabiano Machado, Presidente da Comissão de Formatura da Faculdade de Direito da PUC/RS (2/9);
- Dra. Selene Almeida, do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (2/9);
- Dr. Paulo Sérgio Domingues, Presidente da Ajufe (4/9);
- Deputado Antônio Fleury Filho, PTB/SP, e Dr. Cláudio Alvarenga, Procurador do Estado de São Paulo (4/9);
- Dr. Ennio Ferreira Bastos, Advogado (4/9);
- Deputados Adão Pretto, PT/RS, Luci Choinacki, PT/SC, Orlando Desconsi, PT/RS, e João Grandão, PT/MS (4/9);
- Dr. Pedro Celso, Secretário do Patrimônio da União (4/9);
- Desembargador Dácio Vieira, do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (4/9);
- Desembargadora Denise Arruda, do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná (4/9);
- Desembargador Honildo Amaral de Mello Castro, do Tribunal de Justiça do Estado do Amapá (4/9);
- Dr. Milton Córdova, Assessor do Senador Valdir Raupp, PMDB/RO, ex-Superintendente da Caixa Econômica Federal em Rondônia (9/9);
- Desembargadora Clara Leite Rezende, Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe (10/9);
- Desembargador Paulo Sanseverino, do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul (16/9);
- Desembargador José Fernandes, do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (16/9);
- Desembargador Oto Luiz Sponholz, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná (17/9);
- Sr. Wellington Barroso de Araújo Dias, Governador do Estado do Piauí (18/9);
- Deputado João Caldas, PL/AL (18/9);

- Dr. Carlos Fernando Mathias de Souza, Vice-Presidente do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (19/9);
- Srs. Francisco de Assis Silva, Eugênio Macedo e Luís Fernando Viegas, do Comitê Nacional dos Demitidos da Petrobrás (24/9);
- Srs. Lázaro José Piunti, Prefeito da Estância Turística de Itu, Francisco Adolfo de Arruda Fanchini, Diretor-Presidente do Serviço Autônomo de Água e Esgoto, e Pilzio Nunciato Di Lelli, Prefeito da Estância Turística de Salto (24/9);
- Desembargadora Willamara Leila de Almeida, do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins (24/9);
- Dr. Antonio Fernandes, da DS Consultoria (7/10);
- Sr. Roberto Policarpo, do Sindjus (8/10);
- Deputados Luiz Eduardo Greenhalgh, PT/SP, e Sigmaringa Seixas, PT/DF (14/10);
- Deputado João Paulo Cunha, Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Cláudio Magrão, PPS/SP, Sr. Jorge Nazareno Rodrigues, Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco, e Dr. Ivo Gobar, Advogado (14/10);
- Drs. Jorge B. Lacerda e Francisco Motta, Advogados (14/10);
- Representantes do Conselho de Colégios e Ordens dos Advogados do Mercosul (14/10);
- Drs. Fabrício da Soller e Tadeu Alencar, Procuradores da Fazenda Nacional (14/10);
- Deputado Federal Francisco Dornelles, PPB/RJ (14/10);
- Sr. Paulo César Hartung Gomes, Governador do Estado do Espírito Santo (14/10);
- Ministro Luiz Vicente Cernicchiaro (15/10);
- Sr. White Villela e servidores da Taquigrafia do STJ (20/10);
- Dr. Paulo Sérgio Domingues, Presidente da Ajufe (21/10);
- Dr. Éder Souza, Advogado e Procurador do Estado de Minas Gerais (21/10);
- Drs. Fátima Ferreira de Souza, Saulo Francisco Nunes e Silvana Rodvalho Guerra, Comissão de Saúde do Trabalhador (21/10);
- Deputado Federal Rodolfo Pereira, PDT/RR, e Senador Augusto Botelho, PDT/RR, acompanhados do Juiz de Direito da 2ª Vara Criminal de Roraima, bem como do Professor Alcir Gursen de Miranda, da Universidade Federal de Roraima (21/10);
- Dra. Célia Márcia Tavares de Carvalho, servidora do STJ (22/10);
- Dr. Alexandre Lobão, Defensor Público da União (23/10);
- Dra. Anna Maria Pimentel, Presidente do Tribunal Regional Federal da 3ª Região (11/11);
- Desembargador Luiz Gonzaga Brandão de Carvalho, do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí (11/11);
- Drs. José Nilton Ribeiro de Araújo, Superintendente de Projetos e Construção de Transmissão, Roberto Múcio Aguiar e Polybio Brandão, Diretores da Companhia Hidrelétrica do São Francisco – Chesf (11/11);
- Deputado Adolpho Lobbe Neto, PSDB/SP (11/11);
- Dr. Paulo Sérgio Domingues, Presidente da Ajufe (11/11);
- Srs. Severino de Abreu, Moacir Castro, Mário Lúcio Vasconcelos, Conceição Leal e Francisco Barbosa, da Associação dos Oficiais de Justiça Federais (12/11);

- Dr. Plauto Ribeiro, do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (12/11);
- Srs. Denis Lopes Franco, Alexandre Dias Mesquita, Abrahan Moysés Melul e Edison Pereira de Santana, da Federação Nacional das Associações de Oficiais de Justiça Avaliadores Federais – Fenassojaf (13/11);
- Dr. Ruy Barros, Advogado (13/11);
- Sra. Rosinha Garotinho, Governadora do Estado do Rio de Janeiro (18/11);
- Grupo de servidores da Subsecretaria de Taquigrafia do STJ (21/11);
- Dr. Luís Paulino Mora Mora, Presidente da Corte Suprema de Justiça da República de Costa Rica (21/11);
- Desembargadora Marinildes Costeira de Mendonça, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas (21/11);
- Dra. Anna Maria Pimentel, Presidente do Tribunal Regional Federal da 3ª Região (21/11);
- Srs. Patrick Linehan, Diretor da Seção de Imprensa, Educação e Cultura, Caryn Danz, Adida Cultural, e Vera Galante, Assessora Cultural, todos da Embaixada dos Estados Unidos da América (24/11);
- Dr. Osvaldo Flauzino, Procurador-Geral de Rancharia (24/11);
- Professor Canísio Ignácio Lunkes, Reitor do Centro Universitário de Lavras – Unilavras (25/11);
- Juíza Federal Elizabeth Leão, organizadora do Instituto Nacional da Qualidade Judiciária (25/11);
- Dr. José Antônio Cardinalle e professores da Faculdade Comunitária de Campinas/SP (25/11);
- Dra. Célia Márcia Tavares de Carvalho, servidora do STJ (25/11);
- Dra. Laura Maria Ferreira Bueno, Procuradora-Geral de Justiça do Estado de Goiás (25/11);
- Srs. Antônio Alcides, Marcos Tavares, Aldeir Neves, José Ricardo e Cristina Reis, da Associação dos Servidores do Superior Tribunal de Justiça (1º/12);
- Grupo de servidores da Subsecretaria de Taquigrafia do STJ (1º/12);
- Drs. Marcos Barros, Presidente do Ibama, Sebastião Azevedo, Procurador-Geral do Ibama, Ricardo Cavalcante, Procurador do Ibama, e Isabella Lemos, Procuradora-Geral Adjunta (2/12);
- Drs. Ramiro Lopez e Roberto Policarpo Fagundes, Coordenadores da Funajufe (2/12);
- Professor Fabiano Ribeiro do Vale, Reitor da UFLA (Lavras) (2/12);
- Senador Demóstenes Torres, PFL/GO, acompanhado dos Drs. Cleyton Korbs Jarczewski, Promotor de Justiça do Estado de Goiás, e Luiz César, Chefe-de-Gabinete do Senador (2/12);
- Dr. Douglas Alencar Rodrigues, Vice-Presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros (2/12);
- Drs. Manoel Felipe Rego Brandão, Procurador-Geral da Fazenda Nacional, e Francisco Tadeu Barbosa de Alencar, Procurador-Geral Adjunto da Fazenda Nacional (4/12);
- Drs. Carlos Tagliari e Francisco Simião, Advogados (4/12);
- Dr. João Geraldo Piquet Carneiro, Presidente do Instituto Hélio Beltrão, Professor Joaquim de Arruda Falcão Neto, Diretor da Fundação Getúlio Vargas, e Juízes Paulo Sérgio Domingues e Flávio Dino (4/12);

- Senador Eduardo Siqueira Campos, PSDB/TO (5/12);
- Dra. Anna Maria Pimentel, Presidente do Tribunal Regional Federal da 3ª Região (5/12);
- Senador Magno Malta, PL/ES, e Dr. Ari Friedenbach (9/12);
- Drs. Manuel Quero Carrillo, Diretor-Presidente, Jair Antonio Sasso, Diretor Jurídico, Edson Marconato, Assessor Técnico, e Milton Caçador, Coordenador-Executivo, todos da Associação Nacional dos Importadores, Exportadores, Produtores, Representantes, Distribuidores, Revendedores e Recicladores de Pneumáticos e Artefatos de Borracha (9/12);
- Deputada Vanessa Grazziotin, PC do B/AM (10/12);
- Dra. Luciane Pinto Brandão, Advogada (10/12);
- Deputado Anivaldo Vale, PSDB/PA, acompanhado da Dra. Carla Zahlouth, Advogada (11/12);
- Srs. Sérgio Três, Sulamita Avelino e Márcia Carvalho, servidores do STJ (12/12);
- Drs. Luiz Tarcísio Teixeira Ferreira, Secretário dos Negócios Jurídicos, e Antonio Miguel Aith Neto, Procurador-Geral do Município de São Paulo (18/12);
- Sra. Luciana Godoy, servidora do STJ (18/12);
- Senador Arthur Virgílio, PSDB/AM, e ex-Deputados Federais Edson Khair e Luiz Fernando (19/12);
- Dr. João Pimenta da Veiga, Advogado (19/12);
- Drs. José Maria Nova da Costa Filho, representante da Prefeitura de Macapá em Brasília, e Francisco Antônio Mendes, Procurador do Município de Macapá (19/12);
- Drs. Marcelo Bessa e Eduardo Ferrão, Advogados (23/12);
- Dr. Marcelo Vinícius Gouveia Martins, Advogado (23/12);
- Drs. Miguel Ângelo, Délio Lins e Silva e Humberto Teles, Advogados (23/12);
- Drs. Manoel Felipe Rego Brandão, Procurador-Geral da Fazenda Nacional, Márcia Ribeiro e Cínara Kichinel, Procuradoras da Fazenda Nacional (23/12);
- Sr. Valdir Camilo Vitor, Prefeito do Município de Belford Roxo, e Dr. Adeloni de Miranda, Procurador-Geral daquele município (29/12);
- Dr. Hércules Fajoses, Advogado (29/12);
- Drs. Eduardo Alckmin e Antônio Marra, Advogados (29/12).

AUDIÊNCIAS CONCEDIDAS AO PRESIDENTE

- Senhor Luiz Inácio Lula da Silva, Presidente da República (8/1);
- Senador José Sarney, Presidente do Senado Federal (4/2);
- Ministro Antonio Palocci, da Fazenda (11/2);
- Ministro Márcio Thomaz Bastos, da Justiça (24/2);
- Deputado João Paulo Cunha, Presidente da Câmara dos Deputados (24/2);
- Dr. Geraldo Brindeiro, Procurador-Geral da República (24/2);
- Dr. Henrique de Campos Meirelles, Presidente do Banco Central (10/3);
- Ministro Márcio Thomaz Bastos, da Justiça (25/3);
- Senador Edison Lobão, Presidente da Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal (1º/4);
- Drs. João Roberto Marinho, Presidente das Organizações Globo, Luiz Eduardo Vasconcelos, Presidente do Infoglobo, e Merval Pereira, Diretor do Jornal O Globo, Rio de Janeiro/RJ (7/4);
- Ministro Sydney Sanches, do Supremo Tribunal Federal (8/4);

- Ministro Moreira Alves, do Supremo Tribunal Federal (11/4);
- Ministro Ilmar Galvão, do Supremo Tribunal Federal (18/4);
- Ministro Guido Mantega, do Planejamento, Orçamento e Gestão (23/4);
- Ministro Maurício Corrêa, Presidente do Supremo Tribunal Federal (10/6);
- Dr. José Alencar, Vice-Presidente, no exercício da Presidência da República (10/7);
- Ministro Maurício Corrêa, Presidente do Supremo Tribunal Federal (15/7);
- Ministro Márcio Thomaz Bastos, da Justiça (24/9);
- Ministro Guido Mantega, do Planejamento, Orçamento e Gestão (8/10);
- Senador Edison Lobão, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal (18/11);
- Desembargador Márcio Antônio Correia Marins, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, Belo Horizonte/MG (15/12).

ENTREVISTAS A JORNALISTAS E VEÍCULOS DA MÍDIA

- Jornalista Laís, do *Valor Econômico* (9/1);
- *TV Justiça* (4/4);
- Jornalista Bóris Casoy, da *Rede Record* (20/4);
- *Rede Globo* (23/4);
- Jornalistas Dora Kramer, do *Jornal do Brasil*, e Luiz Orlando Carneiro, dos *Diários Associados* (1º/5);
- Debate na *TV Justiça*: Ministro Nilson Naves, Senador Edison Lobão e o representante do Ministério da Justiça para a Reforma do Judiciário (3/6);
- Jornalista Viviane, da *Folha Dirigida* (24/6);
- Jornalista Isabela Abdala, do jornal *O Tempo* (8/7);
- Jornalista Tuca, Programa ETC, da *TV Justiça* (4/9);
- Assessoria de Imprensa do STJ (5/9);
- Jornalista Franklin Martins, da *Globo News* (10/9);
- Assessoria de Imprensa do STJ, responder a questionário para documentário da Exposição Permanente do STJ (18/9);
- Jornalista Poliana Abritta, jornal *Hoje*, da *Rede Globo* (23/9);
- Jornalista Carla, *Agência Lusa*, de Portugal (22/10);
- Jornalista Natália Leite, da *TV Justiça* (23/10);
- *TV Bandeirantes* (24/11);
- Jornalista Cláudia Moreira, da *Rede Amazônica de Televisão* (27/11);
- Jornalista Luciano Barroso, da *Rádio Nacional* (28/11);
- Jornalista Clarissa Furtado, do *Diário do Comércio* (4/12);
- *TV Senado* (4/12);
- *TV Justiça* (4/12);
- *Jornal Correio Braziliense* (4/12).

SOLENIIDADES DE POSSE

- Senhores Luiz Inácio Lula da Silva e José Alencar nos cargos de Presidente e Vice-Presidente da República (1º/1);
- Transmissão do cargo de Advogado-Geral da União ao Dr. Álvaro Augusto

Ribeiro da Costa (2/1);

- Transmissão do cargo de Ministro de Estado da Justiça ao Dr. Márcio Thomaz Bastos (2/1);
- Novos dirigentes do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás (1º/2);
- Novos dirigentes do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, Recife/PE (31/3);
- Novos dirigentes do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, Rio de Janeiro/RJ (3/4);
- Novos dirigentes do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, São Paulo/SP (5/5);
- Novos dirigentes do Supremo Tribunal Federal (5/6);
- Ministro Ruy Rosado na função de Coordenador-Geral do Conselho da Justiça Federal (18/6);
- Novos dirigentes do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, Porto Alegre/RS (23/6);
- Drs. Cesar Peluso, Joaquim Barbosa e Carlos Ayres no cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal (25/6);
- Ministro Humberto Gomes de Barros na Academia Alagoana de Letras (26/6);
- Dr. Cláudio Lemos Fonteles no cargo de Procurador-Geral da República (30/6);
- Dr. José Renato Nalini na Academia Paulista de Letras (7/8);
- Desembargador Márcio Antônio Abreu Corrêa de Marins no cargo de Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (27/8);
- Dr. Humberto Adjuto Ulhôa no cargo de Desembargador do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (19/9);
- Drs. Luiz de Lima Stefanini, Luís Paulo Cotrim Guimarães e Maria Cecília Pereira de Mello no cargo de Juiz do Tribunal Regional Federal da 3ª Região (6/10);
- Novos membros do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, São Paulo/SP (16/12);
- Novos dirigentes do Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo (22/12).

ENCONTROS, SEMINÁRIOS E CONGRESSOS

- Proferiu palestra sobre *Reforma do Poder Judiciário*, na semana inaugural da Escola da Magistratura do Distrito Federal (7/2);
- *Seminário sobre a Reforma do Poder Judiciário*, Brasília (24/2);
- *Seminário Juizados Especiais Federais: processo eletrônico e juizado itinerante*, São Paulo/SP (10/3);
- Proferiu palestra no *Seminário A Reforma do Poder Judiciário – diferentes visões*, Ribeirão Preto/SP (15/3);
- *Seminário sobre Direito Autoral*, Rio de Janeiro/RJ (17/3);
- Proferiu palestra sobre *O Superior Tribunal de Justiça e a Reforma do Poder Judiciário* no programa *Segundas Culturais*, da Associação dos Magistrados do Estado do Rio de Janeiro (4/4);
- Pronunciamento de abertura do *60º Encontro do Colégio Permanente de Presidentes de Tribunais de Justiça do Brasil*, Belo Horizonte/MG (24/4);
- Abertura do *Seminário sobre o Acesso à Justiça*, Belo Horizonte/MG (24/4);
- Abertura do *Seminário sobre as Novas Tendências do Direito Penal*, STJ (8/5);
- *VIII Jornada Internacional de Direito de Gramado* (16/5);
- Pronunciamento na solenidade de lançamento do *Movimento Nacional da Justiça contra a Violência*, Câmara dos Deputados (20/5);

- *I Congresso Goiano de Temas Constitucionais*, Goiânia/GO (22/5);
- *Seminário Propostas para um novo Brasil*, STJ (29/5);
- *Abertura do I Simpósio Internacional Combate ao Crime Organizado: Defesa da Ordem Democrática*, Brasília/DF (2/6);
- *Abertura do XIII Encontro do Fórum Permanente de Coordenadores de Juizados Especiais*, Campo Grande/MS (11/6);
- *Abertura do XIII Congresso Mundial de Criminologia*, Rio de Janeiro/RJ (10/8);
- *Conferência sobre Direito, Sociedade e Informática*, STJ (12/8);
- Proferiu palestra aos acadêmicos das Faculdades Integradas de Guarulhos – FIG, São Paulo (15/8);
- *Abertura do 61º Encontro do Colégio Permanente de Presidentes de Tribunais de Justiça do Brasil*, Salvador/BA (21/8);
- *Abertura do XX Seminário Roma-Brasília*, STJ (28/8);
- *Conferência Judicial sobre Liberdade de Imprensa no Brasil*, São Paulo/SP (29/8);
- *XI Congresso Nacional dos Procuradores da Previdência*, Câmara dos Deputados (3/9);
- *Abertura do Seminário Nacional sobre Tráfico e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes*, STJ (17/9);
- *Abertura do 62º Encontro do Colégio Permanente de Presidentes de Tribunais de Justiça do Brasil*, Porto Alegre/RS (9/10);
- *Abertura do Congresso Nacional dos Juizados Especiais Federais*, CJF (20/10);
- *Conferência dos Presidentes dos Supremos Tribunais de Justiça da Comunidade dos Países e Territórios de Língua Portuguesa*, Macau/República Popular da China (27 a 29/10);
- *III Congresso Nacional de Direito da Universidade de Caxias do Sul/RS* (7/11);
- Proferiu palestra na Universidade Paulista – Unip, São Paulo/SP (14/11);
- *Abertura da II Jornada de Direito Civil*, STJ (20/11);
- *I Encontro Nacional sobre Administração Judiciária*, STF (21/11);
- *Abertura do 20º Encontro Nacional dos Juizes Federais*, Florianópolis/SC (26/11);
- *Abertura da V Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente*, Brasília/DF (1º/12);
- *Abertura do Encontro dos Dirigentes da Área Judiciária dos Tribunais*, STJ (5/12);
- *Abertura do evento Apresentação e Debate das Propostas da Comissão de Efetividade do Poder Judiciário*, promovido pela Associação dos Magistrados Brasileiros, Brasília/DF (11/12).

CONDECORAÇÕES

- Promoção ao grau Grã-Cruz do Quadro Especial da Ordem do Mérito Judiciário Militar, Brasília/DF (1º/4);
- Promoção ao grau de Grande Oficial da Ordem do Mérito Militar, Comando do Exército (14/4);
- Comenda Benjamin Colucci, concedida pela Ordem dos Advogados de Minas Gerais, Subseção de Juiz de Fora (9/8);
- Ministério Público do Estado de São Paulo (25/8);
- Colar do Mérito Judiciário, concedido pelo Tribunal de Justiça do Estado do

Rio de Janeiro (8/12);

- Comenda no grau de Cavaleiro da Ordem dos Cavaleiros da Boca Maldita, Curitiba/PR (13/12);
- Comenda Grã-Cruz do Mérito Judiciário, concedida pelo Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo (22/12).

VISITAS OFICIAIS

- Almoço com os Presidentes dos Tribunais de Alçada de São Paulo, no Segundo Tribunal de Alçada Civil do Estado (5/5);
- Almoço com o Comandante do Exército, General-de-Exército Francisco Roberto de Albuquerque (19/5);
- Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba (26/5);
- Seção Judiciária do Estado da Paraíba (26/5);
- Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco (27/5);
- Seção Judiciária do Estado de Pernambuco (27/5);
- Jornal *Correio Braziliense* (24/9);
- Supremo Tribunal de Justiça de Portugal (28/9 a 3/10);
- Ministério Público de Minas Gerais (10/10);
- Tribunal Regional Federal da 2ª Região, Centro Cultural do TRF-2ª e Seção Judiciária do Estado do Rio de Janeiro (13/10);
- Almoço com o Ministro Francisco Fausto, Presidente do Tribunal Superior do Trabalho (15/10);
- Tribunal de Justiça e Seção Judiciária do Estado de Sergipe (17/10);
- Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo (17/11).

EVENTOS INTERNOS

- Sessão plenária para tratar do preenchimento da vaga do Ministro Milton Luiz Pereira e de assuntos gerais (4/2);
- Abertura da exposição *Entradas e Bandeiras* (18/2);
- Café da manhã com o Deputado Aldo Rebelo, Líder do Governo na Câmara dos Deputados, e Deputados Professor Luizinho, Renildo Calheiros, Beto Albuquerque, Sigmaringa Seixas e Vicente Cascione, Vice-Líderes do Governo (20/2);
- Sessão plenária em homenagem ao Ministro William Patterson em decorrência de sua aposentadoria (20/2);
- Apresentação dos resultados dos trabalhos da Comissão Especial de Ministros (26/2);
- Café da manhã com o Deputado Eunício de Oliveira, líder do PMDB na Câmara dos Deputados (11/3);
- Café da manhã com o Deputado José Carlos Aleluia, líder do PFL na Câmara dos Deputados (12/3);
- Sessão plenária em homenagem ao Ministro Waldemar Zveiter em decorrência de sua aposentadoria (19/3);
- Café da manhã com o Embaixador de Moçambique, Amadeo Paulo da Con-

- ceição (20/3);
- Sessão plenária para elaboração da lista tríplice para preenchimento da vaga decorrente da aposentadoria do Ministro Milton Luiz Pereira (1º/4);
 - Sessão plenária - Comissão Especial de Ministros designada pela Portaria nº 043/2002 (2/4);
 - Café da manhã com o Embaixador Celso Amorim, Ministro de Estado das Relações Exteriores (9/4);
 - II Salão de Arte dos Talentos Internos do STJ e entrega do Prêmio Servidor para as Melhores Idéias (9/4);
 - Lançamento do *Clipping* Eletrônico (14/4);
 - Café da manhã com o Deputado Sigmaringa Seixas, PT/DF (30/4);
 - Recebimento do Certificado ISO 9001/2000 – Fundação Carlos Alberto Vanzolini (30/4);
 - Café da manhã com os jornalistas Dora Kramer e Luiz Orlando Carneiro (1º/5);
 - Sessão solene de posse do Dr. Teori Zavascki no cargo de Ministro deste Tribunal (8/5);
 - Café da manhã com os Ministros Álvaro Augusto Ribeiro da Costa, da Advocacia-Geral da União, e Valdir Pires, da Controladoria-Geral da União (9/5);
 - Evento comemorativo do Dia das Mães (9/5);
 - Café da manhã com o Embaixador da República Federal da Alemanha, Senhor Uew Kaestner (20/5);
 - Lançamento do Programa de Escolarização Supletiva do Superior Tribunal de Justiça – Telecurso 2000 (23/5);
 - Sessão solene de homenagem ao Ministro Hélio Mosimann em razão de sua aposentadoria (28/5);
 - Sessão solene de posse do Dr. José de Castro Meira no cargo de Ministro deste Tribunal (4/6);
 - Lançamento da Coleção *História do Direito Brasileiro* (10/6);
 - Sessão plenária para eleição de membro efetivo e membro suplente do Conselho da Justiça Federal (18/6);
 - Café da manhã com o Senador José Jorge, PFL/PE (25/6);
 - Café da manhã com o Deputado João Paulo Cunha, Presidente da Câmara dos Deputados (8/7);
 - Sessão solene de assinatura do termo de doação de equipamentos de informática do Superior Tribunal de Justiça ao governo angolano (15/7);
 - Café da manhã com os Senadores Eduardo Azeredo, PSDB/MG, Aelton Freitas, PL/MG, e Hélio Costa, PMDB/MG (16/7);
 - Lançamento do Boletim do STJ eletrônico e apresentação do projeto gráfico da Revista Eletrônica do STJ (4/8);
 - Sessão plenária para eleger e empossar membro efetivo do Conselho da Justiça Federal, bem como empossar o novo Ministro Diretor da Revista, biênio 2003/2005 (6/8);
 - Café da manhã com os Drs. Álvaro Teixeira da Costa e Evaristo de Oliveira, respectivamente, Presidente e Diretor do Correio Braziliense (14/8);
 - Sessão plenária em homenagem ao Ministro Paulo Costa Leite em razão de sua aposentadoria (26/8);
 - Café da manhã com o Sr. Guy Canivet, Presidente da Corte de Cassação da França, acompanhado dos Srs. Valérie Sagant, Diretora de Cooperação e Re-

lações Internacionais do Ministério da Justiça da República francesa, Philippe Darriex, Diretor de Relações Internacionais da Escola Nacional da Magistratura daquele país, Guillaume Ernst, Adido de Cooperação da Embaixada da França no Brasil (12/9);

- Café da manhã com o Dr. Guilherme Dias, Secretário de Planejamento, Orçamento e Gestão do Estado do Espírito Santo (16/9);
- Sessão plenária para elaboração da lista tríplice para preenchimento da vaga decorrente da aposentadoria do Ministro Ruy Rosado de Aguiar (23/9);
- Gravação do vídeo institucional do STJ, Assessoria de Imprensa (8/10);
- Lançamento do Projeto de Gestão por Competência (22/10);
- Abertura da Semana STJ de Qualidade de Vida (10/11);
- Café da manhã com o Vice-Presidente do Supremo Tribunal da República Popular da China (12/11);
- Sessão solene de posse da Desembargadora Denise Arruda no cargo de Ministro deste Tribunal (18/11);
- Hasteamento do Pavilhão Nacional no pátio de entrada do STJ, em comemoração do Dia da Bandeira (19/11);
- Coquetel de abertura da exposição *Jogando com Formas e Cores*, de Glicínia Shermann (20/11);
- Abertura da II Mostra Lúdica dos Projetos Educativos do STJ – Museu-Escola e Despertar Vocacional Jurídico (28/11);
- Sessão plenária (2/12);
- Festa de Natal dos servidores do STJ (12/12);
- Sessão plenária (18/12);
- Posse dos novos assessores do STJ (18/12);
- Cerimônia para entrega oficial dos equipamentos de informática doados pelo STJ ao Poder Judiciário de Cabo Verde, de Guiné-Bissau e de Moçambique (18/12).

OUTROS EVENTOS

- Lançamento do *Livro do Cidadão*, Ministério da Justiça (16/1);
- Instalação da Comissão de Altos Estudos da Justiça Federal, CJF (4/2);
- Instalação do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, Brasília/DF (13/2);
- Palestra do Senador Bernado Cabral, auditório do STJ (25/2);
- Recepção por ocasião da data nacional do Estado do Kuwait, Brasília/DF (25/2);
- Apresentação do relatório sobre lavagem de dinheiro, CJF (26/2);
- Cerimônia de lançamento do Plano Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo, Palácio do Planalto (11/3);
- Coquetel de lançamento do jornal *Diário de Brasília*, da Rede TV (11/3);
- Aposição de fotografia dos Ministros Edson Vidigal e Garcia Vieira na Galeria dos Corregedores-Gerais da Justiça Eleitoral, Tribunal Superior Eleitoral, (18/3);
- Recepção por ocasião do 55º aniversário da independência do Estado de Israel, Brasília/DF (6/5);
- Evento comemorativo do Dia das Mães, CJF (12/5);
- Cerimônia de aposição da fotografia do Ministro Milton Luiz Pereira na Galeria

- de ex-Coordenadores-Gerais do Conselho da Justiça Federal (5/6);
- Instalação da 1ª Vara Especializada em Lavagem de Dinheiro, Porto Alegre/RS (9/6);
 - Recepção por ocasião da data nacional de Portugal, Brasília/DF (10/6);
 - Instalação da Vara Especializada em Lavagem de Dinheiro em Curitiba/PR (12/6);
 - Fórum de Debates sobre a Reforma do Judiciário e a Reforma da Previdência no tocante à magistratura (17/6);
 - Cerimônia de aposição da fotografia do Ministro Cesar Asfor Rocha na Galeria dos ex-Coordenadores da Justiça Federal (18/6);
 - Segunda reunião preparatória da VIII Cúpula Ibero-Americana de Presidentes de Cortes Supremas e Tribunais Supremos de Justiça, bem como do IV Encontro Ibero-Americano de Conselhos da Magistratura. O STJ foi representado pelo Ministro Edson Vidigal, Vice-Presidente, São Domingos/República Dominicana (23/6);
 - Solenidade de comemoração dos 181 anos do Ministério da Justiça, Brasília/DF (2/7);
 - Solenidade de sanção do projeto de lei que altera a estrutura organizacional da Corregedoria-Geral do Distrito Federal, Palácio do Buriti (3/7);
 - Recepção por ocasião da data nacional da França, Brasília/DF (14/7);
 - Solenidade de aposição de fotografia do Ministro Ruy Rosado de Aguiar na Galeria de ex-Coordenadores da Justiça Federal, CJF (4/8);
 - Sessão de julgamento da turma de uniformização das decisões das turmas recursais dos Juizados Especiais Federais, CJF (5/8);
 - Solenidade de entrega do Diploma e do Colar do Mérito Acadêmico ao Ministro Maurício Corrêa, Presidente do Supremo Tribunal Federal, pela outorga do Título de Acadêmico *Honoris Causa*, STF (14/8);
 - Homenagem póstuma ao jornalista Roberto Marinho, Câmara dos Deputados (14/8);
 - Inauguração do Sistema Integrado de Divulgação Jornalística e do Estúdio de Rádio e Televisão do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (1º/9);
 - Lançamento do livro *O constitucionalismo e D. Pedro I no Brasil e em Portugal*, Senado Federal (9/9);
 - Audiência pública para instruir a apreciação da Proposta de Emenda à Constituição nº 29/2000, que introduz modificações na estrutura do Poder Judiciário, Senado Federal (10/9);
 - Abertura da Semana da Saúde, CJF (16/9);
 - Sessão solene em comemoração do 175º aniversário da lei que criou o Supremo Tribunal Federal (18/9);
 - Lançamento das publicações *Revista Jurídica da Procuradoria-Geral do Distrito Federal*, edição especial em homenagem ao Ministro Eduardo Ribeiro, e *Legislação Consolidada da Procuradoria-Geral do Distrito Federal*, Procuradoria-Geral de Justiça do Distrito Federal (14/10);
 - Sétimo sorteio do Programa de Fiscalização por Sorteios, do Governo Federal, auditório da Caixa Econômica Federal (12/11);
 - Inauguração do prédio anexo da Seção Judiciária do Espírito Santo e instalação do 2º Juizado Especial Federal daquele Estado (17/11);

- Cerimônia de sanção de atos que criam varas e cargos no âmbito da Justiça Federal e da Justiça do Trabalho, bem como cargos no Ministério Público Federal, Palácio do Planalto (21/11).